

**VALDIR IUSIF DAINÉZ**

**O DESAFIO DO EMPREGO: UM ESTUDO SOBRE A  
RELAÇÃO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E  
GLOBALIZAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE  
SOCIOLOGIA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE CAMPINAS, SOB A  
ORIENTAÇÃO DO PROF. DR. ANDRÉ MARIA  
POMPEU VILLOBOS E DO PROF. DR. JOSUÉ  
PEREIRA DA SILVA

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 29/08/97.

Banca:

Prof. Dr. André Maria Pompeu Villalobos (Orientador)

Prof. (a) Dr. (a) Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rêgo (Titular)

Prof. Dr. Glauco Antonio Truzzi Arbix (Titular)

Prof. (a) Dr. (a) Regina Célia Bega dos Santos (Suplente)

*André Villalobos*  
*Walquíria Rêgo*  
*Arbix*

**AGOSTO/1997**

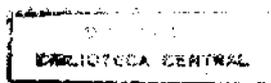
**UNICAMP  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**O DESAFIO DO EMPREGO: UM ESTUDO SOBRE A  
RELAÇÃO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E  
GLOBALIZAÇÃO**

**VALDIR IUSIF DAINÉZ**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO PRÉ-  
REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO  
TÍTULO DE MESTRE EM SOCIOLOGIA, SOB A  
ORIENTAÇÃO DO PROF. DR. ANDRÉ MARIA  
POMPEU VILLALOBOS E DO PROF. DR. JOSUÉ  
PEREIRA DA SILVA**

**CAMPINAS  
AGOSTO DE 1997**



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
T/Unicamp	
D144d	
V. Ex.	
FORMA B.	31918
PR. N.	284/97
C. D.	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	21/10/97
N.º CPD	

CM-00101373-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

D144d

Dainez, Valdir Iusif

O desafio do emprego: um estudo sobre a relação entre mercado de trabalho e globalização / Valdir Iusif Dainez .- - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: André Maria Pompeu Villalobos; Co-orientador: Josué Pereira da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Globalização. X 2. Mercado de trabalho. X 3. Desemprego tecnológico. X I. Villalobos, Andre M.P. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Para meu filho André.**

**“Passados exemplares nos quais o presente pudesse confiantemente orientar-se esvaneceram-se. A modernidade já não pode emprestar seus padrões de orientação de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada a si mesma, tem de extrair de si mesma sua normatividade. Daqui em diante, a atualidade autêntica é o lugar onde se entrelaçam a continuação da tradição e a inovação.”**

**Jürgen Habermas, “A Nova Intransparência”**

## **AGRADECIMENTOS**

**Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus orientadores André Maria Pompeu Villa Lobos e Josué Pereira da Silva. Sem eles, a elaboração desta dissertação não teria sido possível. Agradeço ainda ao professor Glauco Arbix, cujas críticas e sugestões no exame de qualificação me permitiram melhorar o argumento do texto e superar algumas contradições existentes.**

**Agradeço a todos os meus professores do curso de mestrado, nomeadamente Jorge Miglioli, Ricardo Antunes, Élide Rugai Bastos e, em especial, a Octavio Ianni. Todos, de certa forma, contribuíram para tornar possível esta pesquisa.**

**Por fim, gostaria de agradecer aos amigos Sebastião Neto Ribeiro Guedes, Alex Fiuza, José de Lima Soares, Marcos Bernardi, Luis Henrique Paiva, Rui Braga, Jesus José Ranieri, Luiz Antonio Gropo e Carlos Alberto Mattos. Nossas discussões sempre proveitosas em muito contribuíram para minha formação.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO.....</b>	<b>6</b>
<b>A ETAPA COMPETITIVA.....</b>	<b>7</b>
<b>O IMPERIALISMO.....</b>	<b>20</b>
<b>A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>46</b>
<b>O MERCADO NA TEORIA.....</b>	<b>47</b>
<b>MERCADO E CAPITALISMO MADURO.....</b>	<b>60</b>
<b>AS MERCADORIAS FICTÍCIAS.....</b>	<b>68</b>
<b>O MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>72</b>
<b>O CONTRATO DE TRABALHO.....</b>	<b>80</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A GLOBALIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>85</b>
<b>O DESEMPREGO E A ECONOMIA POLÍTICA.....</b>	<b>88</b>
<b>TECNOLOGIA E DESEMPREGO.....</b>	<b>99</b>
<b>A REVOLUÇÃO TÉCNICO/INFORMACIONAL.....</b>	<b>104</b>
<b>A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO.....</b>	<b>110</b>
<b>A CIRCULAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO     GLOBALIZADO.....</b>	<b>119</b>

## **CAPÍTULO 4**

<b>PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>125</b>
<b>O DEBATE SOBRE O FUTURO DA SOCIEDADE DO</b>	
<b>TRABALHO.....</b>	<b>126</b>
<b>OS LIMTES DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.</b>	<b>133</b>
<b>UMA PROPOSTA COMPLEMENTAR PARA A ALOCAÇÃO DO</b>	
<b>TRABALHO E DA RENDA.....</b>	<b>140</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>159</b>

# Introdução

O fim do século XX lança às Ciências Sociais um desafio: pensar o mundo, pela primeira vez, como uma sociedade global. As estruturas e processos que se desenvolvem ao nível mundial têm, em vários contextos, subsumido as estruturas e processos que se desenvolvem ao nível nacional. Parece que o nacional vem gradativamente perdendo autonomia frente a realidade global que é cada vez mais articulada segundo uma lógica própria.

É verdade que o nacional ainda preserva certa autonomia, ainda possui boa margem de autodeterminação, capaz mesmo de influir e condicionar a realidade maior — o global. No entanto, o alucinante ritmo em que se processa a globalização levanta a questão de até que ponto esta autonomia relativa pode se preservar.

O objetivo desta dissertação é discutir a relação entre globalização e mercado de trabalho. A idéia que norteia este estudo, e que discutirei ao longo deste trabalho, é que o mercado de trabalho está rapidamente se tornando insuficiente, enquanto mecanismo de alocação da renda e da força de trabalho, e que isso é extremamente preocupante num contexto em que, devido à globalização, o Estado Nacional tem sua capacidade de intervenção reduzida.

Vários autores têm sustentado<sup>1</sup> que, em face da revolução tecnológica em curso, o mecanismo de mercado já não pode mais proceder sozinho a alocação da força de

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo, Claus Offe e André Gorz.

trabalho e da renda. Portanto, é necessário criar à margem do mercado atividades úteis e significativas e mecanismos para a distribuição da renda desvinculados do trabalho. Estas análises, porém, independente de seus méritos, não levam em conta, ou não levam em conta na devida proporção, a nova realidade e os novos desafios que a globalização do capitalismo colocou para o mercado de trabalho e para os Estados Nacionais. Falta, assim, uma análise sobre o mercado de trabalho que se refira a um paradigma mais amplo, criado pela emergência da sociedade global.

São dois os objetivos a que nos propomos ao empreender esta pesquisa. Primeiro, discutir o impacto da globalização e da atual revolução tecnológica sobre o mercado de trabalho. Segundo, discutir quais os desafios e as limitações que a globalização do capitalismo cria para os Estados Nacionais no tocante à implementação de políticas compensatórias aos problemas criados pelo desemprego.

Para concluir este objetivo, a dissertação está dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, discute-se o conceito de globalização. A globalização tem sido, até aqui, predominantemente explicada por dois tipos de interpretações irreconciliáveis entre si. Por um lado, os liberais tentam conceituá-la como o produto da vitória definitiva do mercado sobre aquelas estruturas que até então tinham premido seu desenvolvimento. Desse ponto de vista, tanto a crise do “socialismo real”, como do *welfare state*, assim como do sindicalismo, exprimem, em última instância, as consequências do restabelecimento da soberania do mercado. Por outro, alguns autores marxistas ortodoxos insistem em negar que a globalização tenha alguma especificidade, que tenha alterado a dinâmica capitalista. Embora tenha havido a difusão do capitalismo por todo o globo e a veiculação, agora em escala global, da ideologia liberal ou burguesa, “o capitalismo continua o mesmo”.

Nenhuma das posições, entretanto, é inteiramente aceitável. A liberal porque não capta as especificidades tanto da crise do “socialismo real”<sup>2</sup>, quanto do *welfare state*<sup>3</sup>. Adicionalmente, porque os liberais parecem desconsiderar o fato de que, seja no comércio mundial, seja no nacional, o que tem prevalecido são estruturas de mercado não-concorrenciais e empresas que ao invés de se submeterem ao mercado, submetem o mercado aos seus imperativos de acumulação. Algumas análises marxistas ortodoxas, ao seu turno, porque simplesmente não tem percebido que a atual etapa de desenvolvimento do capitalismo é qualitativamente diferente das anteriores, na medida em que as forças produtivas e as relações de produção são tramadas, agora, predominantemente, ao nível mundial e não mais nacional. Ignorar que a dinâmica capitalista tenha se alterada é tão perigoso como se entregar às políticas neoliberais propaladas pelos arautos da ortodoxia liberal, uma vez que impede a consecução de políticas econômicas e/ou sociais apropriadas.

Aqui, procuramos entender a globalização como o produto de um aprofundamento do processo de racionalização progressiva da vida que tem origem com o capitalismo, racionalização esta que, ao estar subordinada aos imperativos da reprodução ampliada do capital, da racionalidade instrumental, é inerentemente contraditória.

No capítulo 2, discute-se o conceito de mercado de trabalho. Como o objeto da pesquisa é a relação entre globalização e mercado de trabalho, faz-se necessário entender no que consiste o mercado de trabalho. Para tanto, começa-se conceituando o

---

<sup>2</sup> Causada predominantemente por fatores endógenos, entre os quais se pode destacar a impossibilidade do planejamento centralizado em substituir plenamente as funções do mercado.

<sup>3</sup> A crise do *welfare state* é basicamente produto da crise fiscal do Estado e da perda de efetividade das políticas macroeconômicas de tipo “keynesiano”.

mercado e, a partir de então, procura-se captar as peculiaridades do mercado de trabalho.

O que se procura mostrar é o seguinte. A característica central do capitalismo é que ele generalizou a produção de mercadorias, convertendo o mercado em mecanismo diretor do processo econômico e em meio de integração social. Embora troca e mercado tenham existido em quase todos os sistemas sociais, sob o capitalismo, além da generalização da produção de mercadorias, há o aparecimento de uma mercadoria especial: a força de trabalho. A força de trabalho é uma mercadoria especial, tanto porque sua forma de engajamento no mercado difere das demais mercadorias, como porque, pelo menos nos primórdios do capitalismo, é ela fonte do próprio valor de troca das demais mercadorias. Além da força de trabalho ter se transformado em mercadoria —o que é específico ao capitalismo — há a formação de um mercado específico onde esta mercadoria especial é transacionada. Neste mercado de trabalho, os possuidores desta mercadoria *sui generis* se defrontam com os compradores, estabelecendo-se um valor de troca para a força de trabalho. Se até um certo período do desenvolvimento capitalista era o mercado que determinava o valor da força de trabalho, isto é, os salários, — muito embora o próprio capital em geral, através dos movimentos de expansão e contração da acumulação e da utilização da capacidade produtiva instalada, determinasse em última instância a magnitude do exército industrial de reserva e, com ele, dos próprios salários — o advento dos sindicatos e dos oligopólios modificarão a forma de determinação dos salários, de forma que eles serão determinados predominantemente por critérios políticos.

No capítulo 3, aborda-se o impacto da globalização sobre o mercado de trabalho. Argumenta-se que a utilização crescente da microeletrônica, da robótica e da

tecnologia da informação no processo produtivo e no setor de serviços tende a criar não apenas um desemprego passageiro, próprio de períodos de transição entre duas fases de desenvolvimento, mas um desemprego tecnológico crescente. A atual revolução no processo produtivo tem sido de tal profundidade que está desfazendo a equação entre investimento e nível de emprego. Como consequência, levanta-se toda uma discussão sobre se o trabalho está deixando ou não de ser elemento central do processo produtivo e da existência pessoal e social.

Ainda no capítulo 3, pretende-se mostrar também que, embora tenham sido removidos muitos dos obstáculos que impediam a migração, o mercado de trabalho continua predominantemente nacional e/ou regional.

No capítulo 4, a partir do reconhecimento de que o mercado de trabalho está rapidamente se tornando insuficiente enquanto mecanismo de distribuição da força de trabalho e da renda, discuto algumas propostas de autores contemporâneos sobre formas alternativas de distribuição da renda e da força de trabalho à margem do mecanismo de mercado. Alerto, porém, que qualquer proposta que permita minorar as contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista atual se defronta com um problema, que ganha importância à medida em que se aprofunda o processo de globalização: a demanda por iniciativas políticas que permitam contrabalançar as mazelas criadas pelo processo global de acumulação se multiplicam exatamente num contexto em que a capacidade de intervenção do Estado Nacional se torna cada vez menor.

# **1- A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO.**

**A constituição da sociedade global em processo, embora tenha se acelerado assustadoramente a partir da desintegração do bloco “socialista”, é um fenômeno que já vem se explicitando há algumas décadas. Creio que podemos tomar a metade dos anos 70 como um marco, como um ponto de inflexão, entre duas fases do desenvolvimento capitalista: uma em que o desenvolvimento capitalista reforçava e ampliava o poder dos Estados Nacionais, e outra em que o desenvolvimento capitalista mina a capacidade de intervenção e a soberania dos Estados Nacionais.**

**Esta segunda fase do desenvolvimento capitalista, que daria origem à sociedade global, não pode ser tomada como um mero prolongamento da fase anterior, como uma mera difusão da forma de produção e de sociabilidade capitalistas por todo globo. Se isso fosse verdadeiro, a lógica de funcionamento da sociedade global nada teria de novo. No entanto, o que se percebe é que os eventos que se desenvolvem ao nível mundial têm subsumido as estruturas e processos que se desenvolvem ao nível nacional, levando a crer que aquelas têm uma lógica de funcionamento que perpassa a mera somatória dos diversos localismos. Em outros termos, o nacional vem perdendo gradativamente autonomia frente à realidade global que é cada vez mais articulada segundo uma lógica própria.**

**Dessa forma, o correto é conceber a fase do desenvolvimento capitalista que se inaugura no pós-guerra como uma ruptura em relação à fase anterior. Ruptura esta**

que tem a ver em grande parte, mas não exclusivamente, com o esgotamento da fase anterior. A mundialização do capitalismo, pois, como procuraremos mostrar, é qualitativamente diferente dos ciclos de difusão anteriores, a saber, mercantilismo, colonialismo e imperialismo.

Creio que para se conceituar a globalização do capitalismo e entender sua especificidade é necessário retomar os aspectos principais do desenvolvimento capitalista anterior a fim contrastá-los com os da fase presente. Isto possibilitará tanto entender como se dá o processo de inflexão, como captar as novas características que o capitalismo assume neste final de milênio.

## **1.1- A ETAPA COMPETITIVA**

Historiadores e cientistas sociais, independentemente de suas matrizes teóricas, têm, freqüentemente, divergido sobre a data precisa em que se pode falar de gênese do capitalismo. Para nós, independente do fato de já existirem empreendimentos capitalísticos com boa dose de racionalidade antes do século XVIII,<sup>1</sup> elegemos a segunda metade do século XVIII como ponto de partida do capitalismo. A razão da escolha é devida ao fato de o capitalismo, enquanto modo de produção de mercadorias, só está plenamente constituído uma vez gestadas forças produtivas especificamente capitalistas.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Em termos aproximados, é possível dizer que empresas operando com trabalho assalariado, produzindo mercadorias e onde o capital já domina o processo produtivo, podem ser encontradas, não como regra, mas também não como exceção, já a partir do século XIV. Veja-se a respeito, Maurice Dobb, A Evolução do Capitalismo, SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, especialmente cap. IV.

<sup>2</sup> Karl Marx, O Capital, 5 Volumes, 3a. ed., SP, Nova Cultural, Col. Os Economistas, 1988 e Max Weber, História Geral da Economia, 1a. ed., SP, Mestre Jou, 1968.

Considere-se o capitalismo meramente um modo de produção, um sistema social, ou ainda um processo civilizatório, a verdade é que a generalização da produção de mercadorias, ou seja, o caráter mercantil, é o pilar principal de toda essa construção. Abstraia-se esse fato e o que restar pode ser chamado do que se queira, menos de capitalismo.

É bom deixar claro que não se trata de nenhuma espécie de “economicismo”, ou de “marxismo vulgar”, mas de reconhecer a especificidade que o capitalismo inaugura na história da humanidade. Antes da época capitalista, a produção e o consumo dos resultados da produção estavam inteiramente subordinados a elementos que lhe eram exteriores: só importava o que os indivíduos faziam além de seu consumo material. O consumo era só condição material para o desenvolvimento de atividades que correspondiam à dignidade humana (a guerra, a cultura, etc.).<sup>3</sup> O processo econômico, desta forma, não encontrava nele próprio sua justificativa e sentido. É só quando, sob o capitalismo, o consumo dos operários e dos próprios capitalistas se constituem em momento interno da produção, consumo produtivo pois, que o processo econômico apresenta-se como autônomo. Ele não mais necessitará buscar em elementos que lhe são alheios sua justificativa e seu sentido. O capitalismo assim inaugura, pela primeira vez na história, um período em que a produção se autonomiza em relação às demais instâncias do sistema social,<sup>4</sup> e que a propriedade se converte de relação política, em relação de produção, legitimada pela racionalidade do mercado.<sup>5</sup> O mercado a partir

---

<sup>3</sup> Cláudio Napoleoni, O Valor na Ciência Econômica, Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1977, págs. 8 a 10.

<sup>4</sup> Cláudio Napoleoni, *op.cit.*, págs. 8 a 10.

<sup>5</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’”, in Habermas et al., Os Pensadores, SP, Nova Cultural, 1985.

de então acumulará a função de direção do sistema e de estabilizador das relações de classe.<sup>6</sup>

Se concordamos quanto a essencialidade do caráter mercantil do capitalismo, é pacífico admitir que o objetivo da produção capitalista é o lucro, ou mais especificamente, a valorização do capital.<sup>7</sup> Para que tal valorização seja possível e tenha o caráter da regularidade, é necessário que o lucro que permite esta valorização seja o resultado de oportunidades formalmente pacíficas de troca<sup>8</sup> ou, o que dá no mesmo, que seja fruto da troca de equivalentes.<sup>9</sup> Para que isto seja possível, é necessário que mecanismos presentes no próprio processo produtivo garantam a existência e a apropriação do excedente gerado pelos produtores. Na ausência de tais mecanismos, só é possível capitalismo aventureiro e espoliativo, diria Weber, ou só é possível extração de mais-valia absoluta mediante apoios externos, diria Marx.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Jürgen Habermas, “Para a Reconstrução do Materialismo Histórico”, in Jürgen Habermas, Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, SP, Brasiliense, 1983, págs. 111 a 162. Também Jürgen Habermas, A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, RJ, Tempo Brasileiro, 1994, Parte I, Caps. 3 e 4.

<sup>7</sup> Quando argumentamos que o objetivo da produção capitalista é a satisfação das necessidades, nada mais fazemos do que expressar uma meia verdade, uma das faces da moeda. Dizer que a produção deve satisfazer necessidades é o mesmo que dizer que as mercadorias precisam possuir valor de uso. Da mesma forma que o valor de uso é pré-condição indispensável à realização do valor de troca das mercadorias, satisfazer necessidades é condição *sine qua non* à realização da mais-valia produzida. Portanto, não deixa de ser verdade argumentar que o objetivo da produção capitalista é a satisfação das necessidades, caso contrário, a produção não seria vendável. Não obstante, parar por aí é ignorar que a satisfação das necessidades pressupõe a existência de bens, de meios materiais para a satisfação das necessidades. Como esses bens devem ser produzidos, há que se indagar qual o motivo que leva o produtor a produzi-los. Esse motivo é o lucro.

<sup>8</sup> Max Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, 7ª ed., SP, Pioneira, 1992, págs. 4 a 6.

<sup>9</sup> Karl Marx, O Capital, Livro 1, Vol.1, Parte Primeira.

<sup>10</sup> Max Weber, História Geral da Economia, Cap. 4 e Karl Marx, O Capital, Livro 1, Seção III e IV.

Para que houvesse criação de mais-valia e para que esta fosse “pacificamente apropriada”, foi necessária a existência de forças produtivas especificamente capitalistas. Do período que compreende o declínio do feudalismo (grosso modo, século XIV) até o início do que convencionamos chamar de Primeira Revolução Industrial (1750/1830), a burguesia obteve seus rendimentos não só por meio do comércio<sup>11</sup> (D-M-D') — inclusive de seres humanos —, dos empréstimos a juros (D-D') e dos lucros na produção manufatureira<sup>12</sup>, mas também por meio de pirataria, roubo, etc.<sup>13</sup> De uma forma ou de outra, até o século XVII, aproximadamente, ou os ganhos tinham o estigma da truculência extra-econômica garantida por meio de apoios externos — refiro-me especialmente ao Estado Moderno —, ou eram garantidos por meios irracionais<sup>14</sup> (troca de não-equivalentes).<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Da diferença auferida entre os preços de compra e de venda das diversas mercadorias, quantia que não era nada desprezível dados os inúmeros entraves à concorrência, tais como a distância entre produtor e consumidor, os diversos monopólios de comércio naturais ou garantidos pelo próprio Estado, o Exclusivo Metropolitano (Sistema Colonial). Esses entraves que refletiam a inexistência de um mercado *latu sensu* e a inoperância do mecanismo concorrencial entre as diversas frações do capital social, significam, nos termos de Marx, que não tem plena vigência a lei do valor e que, por consequência, os preços de compra e venda não possuem parâmetro algum.

<sup>12</sup> Que por sinal não eram exorbitantes dadas as limitações ditadas pela estreita base técnica da manufatura que obstruía a extração de mais-valia relativa e sua incapacidade de reduzir o valor da força de trabalho, já que grande parte dos bens de consumo cujo valor determinava o salário eram produzidos por unidades pré-capitalistas.

<sup>13</sup> Karl Marx, O Capital, Livro 1, Vol. II, Cap. XXIV- “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”.

<sup>14</sup> Irracional, sempre no sentido em que Weber utiliza o termo. Veja-se Max Weber, História Geral da Economia, cap. 4.

<sup>15</sup> A esse respeito, Maurice Dobb escreve que: “Em primeiro lugar, boa parte do comércio naqueles tempos, sobretudo o exterior, consistia na exploração de alguma vantagem política ou pilhagem quase declarada. Em segundo lugar, a classe de mercadores, assim que assumiu alguma forma de corporação, adquiriu prontamente poderes de monopólio que protegiam suas fileiras da concorrência e serviam para transformar as relações de troca em sua própria vantagem, em seus negócios com produtor e consumidor. É evidente que esse caráter duplo do comércio em tal período

Uma situação como essa era claramente insustentável a longo prazo. Em primeiro lugar, porque a continuidade da expansão do comércio que, após um período de relativa dormência na Europa Ocidental e Central ( séculos V ao XI ), havia se intensificado com as cruzadas e adquirido uma força descomunal a partir das Grandes Navegações levaria inexoravelmente à remoção dos entraves à concorrência, eliminando os ganhos extraordinários de monopólio do comércio.<sup>16</sup>

Segundo, e quem sabe mais importante, porque a eliminação progressiva da magia no mundo — fruto do surgimento das profecias racionais — e a generalização, nas massas, de uma conduta ascética — obra da Reforma Protestante, após seu movimento de secularização —, possibilitaram os fundamentos para a ciência moderna e para a técnica e deram ensejo ao surgimento de uma ideologia racional na economia, que acabaram desalojando, aos poucos, os empreendimentos de tipo aventureiro e especulativo, enfim, irracionais; bem como dispensando certos apoios externos que eram necessários para garantir a disciplina nas fábricas<sup>17</sup>:

“Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por

---

constitua a base essencial da riqueza da burguesia emergente e da acumulação de capital mercantil”. Maurice Dobb, A Evolução do Capitalismo, Cap. III, pág. 65.

<sup>16</sup> Karl Marx, O Capital, Livro 3, Volume IV, Parte 1, Seção IV, Cap. XX-“Considerações Históricas Sobre o Capital Comercial”.

<sup>17</sup> Max Weber, História Geral da Economia, cap. 4 e A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.”<sup>18</sup>

Sob o capitalismo, portanto, tem origem um sistema de dominação racional, ou seja, de tipo legal-burocrática que aos poucos tende a se sobrepor à legitimação de tipo tradicional e carismática e à qual torna possível a utilização do potencial técnico anteriormente conhecido, porém não-valorizado.

“A superioridade do modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado tem um duplo fundamento: a instalação de um mecanismo econômico que assegure a longo prazo a propagação dos subsistemas do agir racional-com- respeito-a-fins e a criação de uma legitimação econômica, em nome da qual o sistema de dominação pode ser adaptado a novas exigências de racionalização desses subsistemas em progresso. É esse processo de adaptação que Max Weber concebe como ‘racionalização’.”<sup>19</sup>

Terceiro, porque no âmbito da produção de mercadorias, a valorização do capital esbarrava na incapacidade técnica da manufatura em incrementar a produtividade do trabalho. Se esta havia incrementado a intensidade e a produtividade do trabalho em relação ao artesanato, ainda era o trabalhador quem comandava os instrumentos de trabalho e imprimia o ritmo ao processo produtivo. Apesar da desqualificação sofrida pelo trabalhador da manufatura — fruto do aprofundamento

---

<sup>18</sup> Karl Marx, O Capital, Livro 1, Vol. II, Capítulo XXIV- “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, pág. 267.

<sup>19</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’”, págs. 315 e 316.

da divisão do trabalho que se verifica sob sua égide — , ele ainda é relativamente especializado. Na medida em que o trabalhador da manufatura comandava os instrumentos de trabalho e o ritmo do processo produtivo, ele obstruía a extração de mais-valia relativa. Dado ainda que os instrumentos de trabalho e os bens de consumo que determinavam o valor da força de trabalho eram produzidos por unidades produtivas ainda mais débeis tecnicamente, a valorização do capital produtivo só era possível mediante longas jornadas de trabalho, em que os produtores estavam obrigados a uma disciplina de trabalho desumana.<sup>20</sup> Nessas circunstâncias, a acumulação do capital manufatureiro estava seriamente ameaçada de continuidade pelos movimentos da taxa de salários passíveis de ocorrer dado o ritmo em que se processava a acumulação,<sup>21</sup> bem como pelos constantes movimentos de rebeldia dos trabalhadores que poderiam potencialmente, mantidos o ritmo e a forma de exploração vigentes, transformar-se em uma revolução. Quem sabe a consciência dos produtores e da sociedade em geral vai “progredindo” e exigindo formas mais veladas de apropriação do excedente.<sup>22</sup>

O que importa é que o poder de difusão do capitalismo até o século XVIII era extremamente limitado. A debilidade técnica da manufatura, que expressa em última

---

<sup>20</sup> Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, “Considerações Sobre a Formação do Capitalismo”, dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1977, mimeo, cap.I.

<sup>21</sup> Obviamente, a acumulação é apenas momentaneamente ameaçada de continuidade; apenas momentaneamente amortece a metamorfose do capital dinheiro em força de trabalho e meios de produção adicionais. Como tão bem demonstrou Marx — e isso vale também para a manufatura — , o amortecimento da acumulação recompõe os salários nos níveis anteriores, ou em níveis ainda menores. Mantida esta situação, a acumulação estaria restrita ao crescimento da população e se atingiria uma situação parecida com o estado estacionário de Adam Smith.

<sup>22</sup> A conclusão a que se chega, é que houve, até então, uma tendência ao progressivo incremento das forças produtivas do trabalho e uma tendência — claro que ambas sempre estiveram sujeitas a movimentos espasmódicos em sentido inverso — a que a apropriação do excedente seja cada vez mais velada, cada vez mais difícil de ser percebida pelos próprios produtores.

instância a ausência de forças produtivas especificamente capitalistas, tornava-a incapaz de destruir pela concorrência as formas de produção pretéritas. Em um sentido, pelo menos, pode-se dizer que a manufatura recriava mesmo o artesanato.<sup>23</sup> ao se expandir ela gerava efeitos de encadeamento para trás que rebatiam sobre estruturas pré-capitalistas, vale dizer, gerava demanda por instrumentos de trabalho e por bens de consumo que eram, em grande parte, produzidos por unidades pré-capitalistas (artesanato e agricultura não-capitalista).

Alguns dirão, certamente, que a análise acima, no mínimo, se choca, entra em contradição, com o desenvolvimento real do capitalismo. Não foi justamente neste período, chamado de mercantilismo (do século XV ao XVII), que o capitalismo, na forma de colonialismo, se difundiu aos três continentes até então desconhecidos (África, América e Oceania)? Os enclaves de produção mercantil que se desenvolveram nas colônias, não obstante o caráter reflexo e complementar à economia metropolitana, não eram, pelo menos formalmente, capitalistas ?

Sem dúvida alguma, a resposta a estas questões só pode ser afirmativa.<sup>24</sup> Porém a contradição é só aparente. Em primeiro lugar, o capitalismo que está se propagando nesses novos continentes ainda é um capitalismo embrionário, essencialmente aventureiro e espoliativo, mas ainda assim, um germe do capitalismo passível de ulterior desenvolvimento.<sup>25</sup> O fato de que as metrópoles procuraram de

---

<sup>23</sup> Não é demais insistir que o artesanato é uma estrutura feudal, não obstante exigir como pré-condição ao seu desenvolvimento um grau acentuado de divisão do trabalho e de mercantilização da economia. Assim Marx se referiu a ele: "A essa estrutura feudal da posse da terra correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios." (Karl Marx, e Friedrich Engels, A Ideologia Alemã (Feuerbach) 9a. ed., SP, Hucitec, 1993, pág. 34).

<sup>24</sup> Veja-se a respeito Fernando A. Novais, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 3a. ed., SP, Hucitec, 1985.

<sup>25</sup> "O desenfreado interesse de lucro só deu lugar a conseqüências econômicas de caráter irracional: homens, como Cortez e Pizarro, que são, sem dúvida, seus

toda forma coibir o desenvolvimento de manufaturas nas colônias é mais um fator na explicação do fraco poder de difusão do capitalismo até o século XVIII. Em segundo lugar, há que se ter claro que a penetração do capitalismo nesses três continentes se deveu à própria debilidade dos sistemas sociais vigentes nesses recantos que, dado o grau ainda pouco complexo de seu desenvolvimento,<sup>26</sup> não puderam opor resistência à truculência dos invasores, que acabaram por europeizá-los e desenvolveram ali sistemas mercantis, que vieram cumprir certos pré-requisitos necessários ao futuro desenvolvimento de um capitalismo racional. Nesse mesmo sentido, cabe ainda lembrar que o capitalismo na sua forma pré-industrial, manufatureira, não foi capaz de penetrar decisivamente no Oriente, onde os sistemas sociais estabelecidos possuíam um certo grau de complexidade. Essa incapacidade do capitalismo pré-industrial em se desenvolver no Oriente se explica tanto pela debilidade técnica da manufatura em destruir as formas de produção pretéritas, como também pelo não desenvolvimento ali de um conduta racional, que poderia surgir, por exemplo, do budismo, caso ele fosse acessível, em sua forma, às massas:<sup>27</sup> para a população em

---

representantes mais genuínos, não pensaram, de modo algum, na economia racional.” (Max Weber, História Geral da Economia, pág. 311.)

<sup>26</sup> Não se trata de conceber a superioridade da cultura ocidental sobre as demais, mas apenas de reconhecer que existem “graus de evolução” que não são, de maneira nenhuma, únicos, ou necessários. Como mostrou Lévi-Strauss, nenhum povo jamais esteve isolado e sua evolução é uma síntese de várias influências e tradições, que são impossíveis reconstituir, uma vez que muitas dessas influências já desapareceram. Desse ponto de vista, o que determina o “ grau de evolução ” de uma sociedade é a extensão, duração e variabilidade de suas relações com os demais povos e sua capacidade de compreender e conhecer a cultura de seus vizinhos para delas tirar proveito. Veja-se Claude Lévi-Strauss, Raça e História, 3a. ed., Lisboa, Editorial Presença, s/d. e, do mesmo autor, Tristes Trópicos, Português, ed. Martins Fontes, s/d., cap. XXIV.

<sup>27</sup> É claro que condições puramente geográficas — como o caráter interiorano do mar mediterrâneo e a abundância de comunicações fluviais —, entre outras, contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente e o obstaram no Oriente. Veja-se Max Weber, História Geral da Economia, págs. 308 a 321.

geral, a iniciação em uma seita budista, longe de gerar uma conduta metódica e racional, significou tão somente a possibilidade de culto aos santos.<sup>28</sup>

O cenário inverte-se completamente a partir do nascimento do capitalismo industrial, do modo especificamente capitalista de produção, que tem sua gênese a partir da Primeira Revolução Industrial (1750/1830). A grande revolução que se opera nesse período é eminentemente técnica: a generalização do uso de máquinas na produção de mercadorias. Esse foi um passo decisivo rumo ao desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção. A generalização do uso de máquinas e o advento do sistema de máquinas incrementam a produtividade do trabalho, sendo, portanto, meio apropriado para a extração de mais-valia relativa. A substituição da força motriz humana pelo vapor, torna dispensável a força física do trabalhador e a intensificação da divisão do trabalho desqualifica o trabalhador, possibilitando o emprego de mulheres e crianças como força de trabalho, bem como a extensão da jornada de trabalho.<sup>29</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII já se pode falar de modo especificamente capitalista de produção, porque a partir desse momento, são dispensáveis certos apoios externos. É dispensável a regulação do Estado sobre o mercado de trabalho. A maquinofatura ao desqualificar o trabalhador permitindo a utilização da força de trabalho infantil e feminina, ao substituir trabalho vivo por trabalho morto (que se expressa na tendência ao aumento da composição orgânica do capital) e ao destruir pela concorrência as unidades produtivas pré-capitalistas (liberando os trabalhadores nelas envolvidos), cria um exército de reserva. Este

---

<sup>28</sup> *Ibidem.*

<sup>29</sup> Karl Marx, O Capital, Livro 1, Seção IV- “A Produção da Mais-Valia Relativa ”; também Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, “Considerações Sobre a Formação do Capitalismo”, Cap. II .

exército de reserva permitirá ao capital, através dos movimentos de expansão e contração da acumulação e através da incorporação do progresso técnico, determinar os níveis de salário e a oferta de trabalho. O capital produtivo liberta-se também, gradativamente, de sua dependência para com o capital mercantil, acabando por subordiná-lo, ao dominar o processo produtivo. O capital mercantil fica assim restrito à esfera da circulação de mercadorias, onde cumpre o papel de dinamizador da realização dos lucros.<sup>30</sup>

A racionalização progressiva da vida, que havia se desenvolvido a partir da ascese cristã, possibilitou o desenvolvimento da técnica racional contabilizável e mecanizada — ao mesmo tempo, pressuposto e produto da Revolução Industrial —, bem como do direito racional, sem o qual seria impossível empresas racionais, uma vez que estas pressupõem certas regras jurídicas passíveis de se conhecer de antemão.<sup>31</sup>

A partir portanto da Primeira Revolução Industrial o capitalismo já está constituído, seja ao nível econômico propriamente dito, seja ao nível das idéias capitalistas, da ideologia racional.<sup>32</sup> Desse momento em diante, o poder de difusão do capitalismo se potencializa. De uma base relativamente estreita (Inglaterra e França) ele começa a ganhar o mundo.

A difusão do capitalismo assume, ao mesmo tempo, a forma econômica, política e ideológica. A expansão é econômica na medida em que o núcleo dinâmico (os setores propriamente industriais dos países capitalistas, principalmente da Inglaterra) vai

---

<sup>30</sup> *Ibidem.*

<sup>31</sup> Max Weber, História Geral da Economia, cap. 4.

<sup>32</sup> “O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu abrigo... a procura de riqueza, despida de sua roupagem ético-religiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que frequentemente lhe dão o caráter de esporte.” (Max Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, pág. 131)

penetrando as regiões não capitalistas, os “mercados externos” de Rosa Luxemburg,<sup>33</sup> destruindo as formações pré-capitalistas e na medida em que gera estímulos (demanda por matérias-primas e bens semi-manufaturados e novas necessidades) que vão direcionando as forças produtivas das nações ainda não capitalistas. Na verdade, onde quer que o capitalismo tenha penetrado, ele impôs muito mais que sua forma específica de produção de mercadorias e de um determinado padrão de consumo — o que reflexivamente já determina um certo tipo de relação entre os homens e as coisas (mercadorias) e entre os homens entre si (relações de produção) —, mas também uma certa forma de os homens se sentirem e sentirem o mundo.<sup>34</sup> Nesse sentido, portanto, à medida em que o capitalismo não é somente um modo de produção material, mas também espiritual, é ele muito mais que um sistema social: é um processo civilizatório.

A expansão é política na medida em que a burguesia trava inúmeras batalhas contra as restrições à livre concorrência dentro dos Estados Nacionais, e na medida em que as nações dominantes e a nação hegemônica industrialmente — a Inglaterra — pressionam as nações periféricas a participarem da nova divisão do trabalho como produtoras de matérias-primas e alimentos e consumidoras de artigos manufaturados.

A expansão é ideológica, na medida em que as idéias capitalistas, a ideologia racional, vão se afirmando e se tornando dominante. Nesse sentido, a apologia do livre mercado, das “leis naturais” da Economia Política e da ética do trabalho podem ser consideradas como um poderoso mecanismo de difusão do capitalismo.

---

<sup>33</sup> Rosa Luxemburg, A Acumulação do Capital, 2 volumes, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, volume II, Cap. XXVI-“A Luta Contra a Economia Natural”.

<sup>34</sup> Marshall Berman, Tudo que é Sólido Desmancha no Ar- A Aventura da Modernidade, SP, Companhia das Letras, 1986, Introdução.

Mantida esta situação, era evidente que tudo se encaminhava no sentido de se assegurar a hegemonia daquelas nações que, por terem primeiro passado pela Revolução Industrial, possuíam vantagens comparativas adquiridas<sup>35</sup> no comércio mundial. O livre cambismo, ao ser adotado por inúmeras nações, levou a hegemonia industrial inglesa ao seu auge.

Não tardou para que alguns pensadores e políticos das nações não hegemônicas da época percebessem que a livre entrada dos produtos ingleses arruinava as manufaturas dos países importadores, tornando impossível seu próprio desenvolvimento econômico e para que surgissem teorias advogando o protecionismo às indústrias nascentes como a única forma de se assegurar a industrialização.<sup>36</sup>

Esses países que passaram a proteger suas manufaturas da concorrência externa não tardaram a desenvolver sua “própria” revolução industrial.<sup>37</sup> Uma vez que a tecnologia resultante da Primeira Revolução Industrial era pouco complexa, quase de domínio público, e exigia um esforço de acumulação de capital bastante modesto, foi-lhes possível ir pouco a pouco desenvolvendo suas indústrias de bens de consumo a ponto de poderem, juntamente com países de industrialização originária (Inglaterra e França) adentrarem a Segunda Revolução Industrial.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> Sobre o conceito de vantagens comparativas adquiridas, veja-se David Ricardo, Principles of Political Economy and Taxation, Cambridge Univ. Press, 1951, Cap. VII e XIX.

<sup>36</sup> Um dos pioneiros neste sentido foi List, que atacou ferrenhamente a doutrina do liberalismo irrestrito de Adam Smith e David Ricardo. Veja-se, Georg Friedrich List, Sistema Nacional de Economia Política, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, especialmente, cap. XXVI- “Os Direitos Alfandegários Como Meio Primordial para Implantar e Proteger o Potencial Manufatureiro Interno”. Veja-se também Karl Marx e Friedrich Engels, A Ideologia Alemã (Feurbach), págs. 77 a 96.

<sup>37</sup> Na verdade, incorporar as inovações que haviam sido gestadas na Primeira Revolução Industrial, uma vez que já possuíam manufaturas relativamente desenvolvidas.

<sup>38</sup> Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, “O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado”, Tese de Doutorado, IE-UNICAMP, s/d, mimeo, Partes I e II.

## **1.2- O IMPERIALISMO**

Findada a Primeira Revolução Industrial, o capitalismo já está constituído, porém não plenamente. Restava ainda uma limitação insuportável ao desenvolvimento da produção capitalista: a produção de máquinas em bases manufatureiras que, devido à sua base técnica limitada e sua dependência de trabalhadores hábeis e especializados, resultava em produção limitada e com custos elevados. É só a partir do momento em que a grande indústria se apodera da produção de máquinas e que máquinas passam a produzir máquinas (Segunda Revolução Industrial, que ocorre na segunda metade do século XIX, aproximadamente entre 1837/1873) que a acumulação de capital pode se autodeterminar e que o capitalismo estará plenamente constituído.

As características principais da Segunda Revolução Industrial, desse verdadeiro “ciclo de inovações” schumpeterianas, são as seguintes:

- a) substituição do vapor pelo motor a explosão, como força motriz;
- b) complexificação da tecnologia empregada, que passa a estar crescentemente embasada no conhecimento científico, especialmente no desenvolvimento da química e da física a serviço da acumulação de capital;
- c) aumento do volume inicial de capital necessário para um novo empreendimento, em decorrência do aumento das dimensões da planta industrial mínima e, como consequência, aumento da escala de produção mínima lucrativa.<sup>39</sup>

Após a Segunda Revolução Industrial o panorama mundial se modificou plenamente. Em lugar de uma potência hegemônica — a Inglaterra —, surgem várias

---

<sup>39</sup> Veja-se a respeito os dois trabalhos já citados de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

potências (EUA, França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Japão) que disputam entre si a hegemonia industrial.<sup>40</sup> O que é importante nesta fase é entender a forma pela qual as nações capitalistas disputam esta hegemonia. Uma vez que o crescimento industrial era tido como uma verdadeira panacéia e que este era tanto maior quanto maior fossem as vendas, era quase um consenso nacional que o mercado interno das nações deveria ser protegido contra a concorrência externa e que todos os meios disponíveis deveriam ser mobilizados para incrementar as exportações. Do ponto de vista dos capitalistas individuais, ou mesmo da classe capitalista como um todo, é-nos claro hoje a razão do esforço para se obter um excedente na balança comercial: os lucros agregados da economia se elevam no mesmo montante do saldo da balança comercial.<sup>41</sup> Nas palavras de Kalecki:

“Esse excedente, como a ampliação da atividade de investimento, leva a tal aumento geral da produção e do lucro por unidade de produto que os lucros agregados se elevam num montante igual ao incremento do saldo de comércio. A maior rentabilidade dos estabelecimentos existentes, que resulta disso, age como um estímulo à atividade de investimento; o movimento ascendente resultante de um novo saldo no comércio exterior gera assim uma expansão econômica ‘normal’ ”.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Vladimir Ilich Lênin, Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, 5a. ed., SP, Global, 1989, coleção Bases, número 23; também Eric J. Hobsbawn, Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, RJ, Forense Universitária, 1978, Cap. 7.

<sup>41</sup> Veja-se Michal Kalecki, Teoria da Dinâmica Econômica, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, col. Os Economistas, Parte Segunda, cap. 3. Também Valdir Iusif Dainez, Say, Malthus, Keynes e Kalecki: um estudo sobre o princípio da demanda efetiva, monografia, Piracicaba, UNIMEP, 1991, mimeo, cap. 4.

<sup>42</sup> Michal Kalecki, “Comércio Internacional e ‘Exportações Internas’ ”, in Jorge Miglioli, org., Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, SP, Hucitec, 1987, pág. 44.

Novamente o saldo da balança comercial, a diferença entre exportações e importações, era o objetivo da política externa das potências. No entanto, como cada país almejava exportar o máximo possível e importar o mínimo possível e como as importações de uns eram as exportações de outros, o resultado prático era um nível bastante modesto de intercâmbio entre as potências.

Se o nível de comércio era pequeno entre as potências, a saída era disputar o mercado dos países de capitalismo retardatário<sup>43</sup> e o mercado dos países pré-capitalistas. No primeiro grupo de países, o grau incipiente de crescimento industrial, concentrado no setor de bens de consumo não-duráveis, determinava a necessidade de vultuosas importações, que eram pagas com as divisas obtidas basicamente mediante as exportações de produtos primários (alimentos, matérias-primas e produtos tropicais). Como esses mercados limitados eram disputados pelas potências, a concorrência era bastante acirrada. Entre os mecanismos de concorrência entre as potências estavam inclusos expedientes como *dumping*, incentivos fiscais e subsídios às exportações (bancados pelo Estado) e a exportação de capital. A exportação de capital era um expediente pelo qual as potências emprestavam uma soma de dinheiro aos países subdesenvolvidos, desde que o país receptor se comprometesse a absorver

---

<sup>43</sup> Capitalismo Retardatário foi o termo forjado por João Manuel Cardoso de Mello para designar os países de passado colonial que começaram a se industrializar após o pleno desenvolvimento do capitalismo, portanto, após a Segunda Revolução Industrial, e que, por esse motivo, estavam sujeitos a descontinuidades técnicas e a um esforço de acumulação — especialmente nos setores produtores de bens de produção e de bens de consumo duráveis — quase insuperáveis. A plena constituição do capitalismo nesses países (o que só ocorreu no século XX) só foi possível mediante o apoio do Estado e a entrada das empresas multinacionais. Veja-se João Manuel Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio, SP, Brasiliense, 1987.

mercadorias do país credor.<sup>44</sup> Se esse mecanismo, por um lado, era externamente eficiente para ampliar a acumulação de capital no país exportador — ao gerar demanda, mercados, para as mercadorias e serviços —, era, por outro lado, eficiente mecanismo de difusão do capitalismo, uma vez que essas quantias estimulavam o desenvolvimento interno do país receptor.<sup>45</sup> Estimulavam, ao permitir remover certos obstáculos à produção de mercadorias derivados da falta de capital, ao gerar um acréscimo na capacidade interna de absorção de mercadorias e ao tornar a população desses países cada vez mais dependentes do desenvolvimento do mercado para a satisfação de suas necessidades.

Mas a disputa pela hegemonia industrial não se restringiu a isto. O último quartel do século XIX assiste a uma verdadeira corrida entre as nações industrializadas pela posse das áreas ainda “desocupadas” do globo. As porções do continente Africano e a Polinésia, que ainda não pertenciam a nenhum Estado Nacional são partilhados pelas potências capitalistas que ali desenvolvem colônias: “Os países exportadores de capital partilharam (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo.”<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> A exportação de elevadas somas de capital era possível não só porque a quantidade de capital disponível sobrepujava as necessidades de acumulação (como insiste a maioria dos autores) — o que se dava graças ao desenvolvimento vertiginoso do sistema bancário que permitia a centralização dos capitais dispersos —, mas também porque boa parte do capital exportado retornava sob a forma de exportação de mercadorias e serviços e, assim, se tratava de mera transação contábil. Não é demais insistir que a exportação de capital gerava dependência política do país devedor para com o país credor.

<sup>45</sup> Vladimir Ilich Lênin, op. cit., cap. IV e Rudolf Hilferding, O Capital Financeiro, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, col. Os Economistas, especialmente, Cap. XXII- “A Exportação de Capital e a Luta pelo Território Econômico”.

<sup>46</sup> V. I. Lênin, op. cit., pág. 65. Grifos do autor. A concepção de Lênin de “capitalismo financeiro” como uma fusão entre o capital bancário e o industrial tem sido bastante questionada face a fusão das várias formas de se gerir e realizar riqueza, como será discutido adiante.

Tal qual no colonialismo do período mercantil, as colônias modernas deveriam também ser complementares à economia “metropolitana”. As colônias deveriam fornecer mercados, os mais amplos possíveis, para sua “metrópole”, mas ao invés de produzirem produtos coloniais, deveriam fornecer alimentos, para baratear o custo de reprodução da força de trabalho e matérias-primas, que permitissem o barateamento de parte do capital constante. Não se tratava apenas de garantir, através da queda nos custos e do incremento da quantidade produzida, a valorização do capital das empresas “metropolitanas”; tratava-se também de uma acirrada luta concorrencial entre as unidades produtivas das potências capitalistas.

Como era um período de rápida concentração industrial, as empresas de que estamos tratando já não eram mais aquelas pequenas empresas de outrora que, devido ao seu pequeno tamanho relativo, tinham que se subordinar às regras do mercado. Tratavam-se de grandes empresas que, em pequenos grupos, dominavam quase completamente os vários mercados de cada nação, eram pois oligopólios e oligopsônios. Dada a magnitude relativa de tais empresas, a concorrência em preços era, em geral, desastrosa para os competidores. Dessa forma, quanto mais progredia a concentração industrial, tanto mais a concorrência entre as frações do capital social tendia a se processar de outras formas.<sup>47</sup> É verdade, porém, que ao nível do comércio internacional a concorrência em preços ainda era predominante, mas muito raramente esta concorrência poderia destruir um dos concorrentes. É por essa razão que o controle das fontes de matérias-primas dos mercados, coloniais ou não, e a luta por mercados, coloniais ou não, era não só uma forma de expansão das empresas, como

---

<sup>47</sup> Joseph Alois Schumpeter, Capitalismo, Socialismo e Democracia, RJ, Zahar, 1984, Cap. VII- “O Processo de Destruição Criativa” e John Keneth Galbraith, O Novo Estado Industrial, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas, especialmente, caps. I, II e III.

também um mecanismo da luta concorrencial, uma forma de debilitar os concorrentes, principalmente, de outros Estados Capitalistas.<sup>48</sup>

Foram esses os principais determinantes da expansão territorial e da expansão das áreas de influência política a que se assistiu no final do século XIX e início do século XX, conhecida como Imperialismo, mas sem dúvida não foram os únicos. Se esses determinantes podem explicar, quase exclusivamente, o comportamento das empresas, não o podem, sem perder boa dose de realismo, explicar o comportamento político dos governantes das potências capitalistas. Isso porque, por maior poder e controle que a burguesia possa ter sobre o Estado, esse poder e controle não são absolutos e não é ponto pacífico supor que os governantes dos Estados Nacionais daquele período estavam todos eles imbuídos da mesma racionalidade econômica dos capitalistas. Normalmente a conduta dos atores sociais é plurideterminada<sup>49</sup> (por fatores econômicos, políticos, ideológicos, afetivos, tradicionais, inconscientes). Sem pretensão de esgotar a questão, creio que havia naquele período um certo contrabando de atitudes pré-capitalistas, especificamente, uma sobrevivência de tradições feudais, que explicam, em grande parte, a verdadeira corrida por anexações territoriais, seja na forma direta (colonialismo), seja na forma indireta (áreas de influência) que acabaram, devido ao nacionalismo e a tradição beligerante exacerbadas, desembocando na Primeira Guerra Mundial. Como afirma Galbraith:

“Desde os primórdios da experiência histórica, terra e homem tem sido a base da riqueza e do poderio militar; os dois sempre andaram juntos. A riqueza

---

<sup>48</sup> V. I. Lênin, op. cit. e R. Hilferding, op. cit., especialmente, cap. XXII.

<sup>49</sup> Sobre os condicionantes da conduta dos agentes sociais, veja-se Max Weber, Economia e Sociedade, Brasília-DF, ed. UNB, 1991, Volume 1, Capítulo 1- “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, especialmente, págs. 3 a 25.

de um príncipe sempre foi proporcional à extensão e qualidade das terras que dominava. Variando com a extensão e qualidade das terras, tinha-se o número, e talvez a qualidade, dos camponeses que disso dependiam e com isso também dos soldados que o príncipe podia reunir. Daí o seu poderio militar. Daí o imperativo territorial, a convicção de que nada deve ficar no caminho da conquista e defesa do território”.<sup>50</sup>

Ironicamente, quando o capitalismo parecia ter atingido o auge do seu poder de difusão, quando parecia impossível resistir às investidas das forças econômicas e da ideologia racionalizante e alienante, pois imanente à lógica do capital, a civilização do capitalismo é sacudida pela eclosão da Revolução Russa e pelos inúmeros experimentos “socialistas” que a ela se seguiram. Para aqueles que acreditavam na mera reflexividade passiva das idéias, esse episódio foi, no mínimo, desconcertante. As idéias, representadas pela contra-ideologia socialista, assumiram preeminência, assumiram a própria rédea da história, pois foram o elemento plástico desse episódio.

O capitalismo, uma vez plenamente constituído, pôs a nu todas as contradições que lhe eram inerentes. Criou uma massa de pessoas destituídas dos meios de produção que tinham que se submeter à exploração capitalista, tanto mais intensa quanto maior a concorrência que tinham que empreender entre si na busca de emprego; concorrência esta que se agudizava nos momentos de crise, de descenso cíclico (recessão e depressão), quando a demanda por trabalhadores diminuía e a oferta de trabalho crescia em virtude das dispensas de trabalhadores (desemprego conjuntural). Não bastasse condenar toda uma classe, que representa grande parte da população dos países capitalistas, à disciplina alienante da produção parcelada e em

---

<sup>50</sup> John Keneth Galbraith, A Era da Incerteza, 8a. ed., SP, Pioneira, 1991, pág. 133.

série; não bastasse a mísera remuneração da força de trabalho e o desemprego que condenam milhares de pessoas à miséria e à morte; não bastasse ainda a situação ainda mais grave das populações dos países periféricos; emerge agora toda a truculência da política imperialista.

Contra todas estas contradições eclodiram inúmeros movimentos, que iam desde a simples reivindicação de melhores condições de trabalho, de maiores salários e pela redução da jornada de trabalho, até movimentos propriamente revolucionários que almejavam o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade alternativa. Se grande parte, senão a maioria desses movimentos, era fruto da agudização das contradições do capitalismo e eclodiram “espontaneamente”<sup>51</sup>, outros foram “conscientemente dirigidos”, ou ainda nasceram como “espontâneos” mas se tornaram “conscientemente dirigidos”.

Um deles, porém, era diferente; refiro-me ao movimento que iria culminar na Revolução Russa de 1917. Em sua forma, o movimento que eclodira na Rússia não era diferente dos demais, porém a sociedade russa o era. Não obstante o entusiasmo das massas e a astúcia tão badalada dos seus líderes, não foram estes os ingredientes fundamentais da vitória. O que explica o êxito da revolução é a própria debilidade do sistema social russo de então. Tratava-se de uma sociedade em que o feudalismo, até então dominante, já se encontrava em crise. Decadência do feudalismo significa, entre outras coisas, que as classes peculiares a este sistema social se encontravam fragilizadas e que, por consequência, a classe dominante não podia impor resistência

---

<sup>51</sup> “Espontâneos”, no sentido de que não são devidos a uma actividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas formados através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’, isto é, pela concepção tradicional popular do mundo, pelo que muito terra-a-terra se chama ‘instinto’ e que não é também senão uma aquisição histórica primitiva e elementar.” Antonio Gramsci, “Espontaneidade e Direcção Consciente”, in Antonio Gramsci, Obras Escolhidas, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, Volume II, pág. 66.

organizada e efetiva ao movimento revolucionário. Decadência do feudalismo significa ainda que a burguesia incipiente tampouco se encontrava em situação melhor que a nobreza russa. Essa dualidade estrutural, característica de um período de transição, explica porque a simples tomada do poder do Estado pôde equivaler à vitória da revolução.<sup>52</sup>

Num primeiro momento, parecia que a marcha do capitalismo finalmente havia sido obstada. O modelo de planificação econômica e a estatização dos meios de produção se mostraram eficientes como forma de se empreender um desenvolvimento acelerado das forças produtivas sociais, com melhor aproveitamento dos recursos produtivos e com justiça social. A alegada superioridade da planificação econômica em relação ao mercado parecia confirmada,<sup>53</sup> principalmente quando as economias capitalistas se afundaram na mais profunda crise da história do capitalismo (1929/1933), enquanto a economia soviética continuava pujante.

O período do pós-segunda guerra marca o momento de “reação” do capitalismo: é nesse período que se assistirá a derrocada do bloco “socialista” e ao processo de globalização do capitalismo, bem como a formação, ainda em processo, da sociedade global .

---

<sup>52</sup> No mesmo sentido, John Kenneth Galbraith, A Era da Incerteza, Cap. 5.

<sup>53</sup> Para uma visão geral do papel do mercado, veja-se Sebastião Neto Ribeiro Guedes, “Mercado: uma reavaliação crítica”, in Revista Impulso, número 13, Piracicaba, ed. UNIMEP, 1993.

### **1.3- A Mundialização do Capitalismo**

Muitas das características que o capitalismo assumiu hoje são muito mais fruto de um processo de luta contra as resistências que se impuseram ao seu desenvolvimento do que uma explicitação de tendências inatas a ele. O desenvolvimento do capitalismo não foi, e não é, linear e suave. O capitalismo sempre teve que se defrontar com obstáculos ( técnicos, políticos, ideológicos e culturais) ao seu desenvolvimento e na luta contra estas resistências à expansão, seja da produção, das relações sociais ou espirituais capitalistas, é que se moldaram muitos dos contornos atuais do capitalismo. O período do pós-guerra é paradigmático neste sentido, uma vez que é durante ele que se gestam as características centrais daquilo que seriam os alicerces sob os quais se erige a sociedade global.

Após a Segunda Guerra Mundial o panorama mundial é marcado por uma tripla divisão entre os sistemas sócio-políticos dominantes: o “socialista”,<sup>54</sup> o capitalista liberal e as sociais-democracias capitalistas.<sup>55</sup> A agudização das contradições capitalistas, o fortalecimento dos movimentos populares, o êxito da revolução russa e das revoluções “socialistas” que a ela se seguiram, o êxito inicial da planificação econômica como um substituto ao regulamento cego e anárquico das atividades econômicas pelo mercado e a divisão dos partidos burgueses, levou, em vários países da Europa, os partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas ao poder. No poder, segundo Przeworski, mas sem condições objetivas de proceder um programa de

---

<sup>54</sup> Estamos nos referindo a experiência soviética e aos demais países que a seguiram.

<sup>55</sup> Em alguns países, como é o caso da Suécia e da Noruega, a social-democracia se estabeleceu logo após a Primeira Guerra Mundial, no entanto, é após a Segunda Guerra Mundial que se instalam a grande maioria das sociais-democracias européias.

socialização dos meios de produção, tais partidos, mesmo os mais radicais, tiveram que se contentar com um tipo de capitalismo onde a regulação do Estado tentava minorar as contradições geradas pelo capitalismo. Sem abandonar o capitalismo, mas adotando as recomendações de política econômica keynesiana, foi possível a esses países criar os alicerces para um compromisso de classe que, ao submeter ao controle democrático o nível de emprego e a distribuição da renda, viabilizou a social-democracia e deu aos partidos políticos representativos da classe trabalhadora uma justificativa para exercer cargos políticos sob o capitalismo.<sup>56</sup>

Após a Grande Crise de 1929/33, já havia ficado patente a necessidade do Estado aumentar seus gastos como forma de criar demanda efetiva suplementar e, assim, evitar as fases de recessão e depressão cíclica, com todas as conseqüências nefastas que estas provocam sob a produção e sob o nível de emprego.<sup>57</sup> No entanto, sob as sociais-democracias este tipo de política anti-cíclica, combinada com políticas de redistribuição de renda tiveram um papel central na revitalização do capitalismo.

Ao estabilizar a renda e ao garantir que os aumentos de salários ou de encargos fiscais impactem a todas as empresas de um determinado ramo produtivo na mesma intensidade, tornaram possível a estas um planejamento de longo prazo. Como bem percebeu Galbraith, após a Segunda Revolução Industrial, nas grandes empresas, que dominam os principais ramos industriais, a complexidade da tecnologia empregada, o grande lapso de tempo necessário para que um novo produto seja ofertado, o grande volume de capital exigido para levar adiante o processo produtivo, a inflexibilidade do investimento e a exigência de mão-de-obra especializada, tornaram a sujeição das

---

<sup>56</sup> Adam Przeworski, Capitalismo e Social Democracia, SP, Companhia das Letras, 1989, cap. 6.

<sup>57</sup> Veja-se John Maynard Keynes, The General Theory of Employment, Interest and Money, 2a. ed., Londres, Mcmillan, 1973 e Michal Kalecki, Teoria da Dinâmica Econômica, 2a.ed., SP, Nova Cultural, 1985, col. Os Economistas.

grandes empresas ao mercado algo insuportável. A necessidade de matérias-primas especializadas em quantidades suficientes e a preços previsíveis, levou-as a firmar contratos com seus fornecedores, ou a fornecer a si mesmas as matérias-primas e materiais semi-manufaturados de que necessitavam (integração vertical). Da mesma maneira, devido à inflexibilidade de seus investimentos, do tempo necessário entre o início e o fim do processo de produção de uma mercadoria e dos altos custos envolvidos, ela precisa ter certeza de que os consumidores aceitarão seus produtos. Para isso, ela condiciona os consumidores a aceitar seus produtos através da publicidade. Tudo isso, no entanto, não seria suficiente para assegurar às firmas a realização da produção e, portanto, da mais-valia e evitar guerras de preços entre as grandes empresas ofertantes de um mesmo produto, ou similar. É assim fundamental que o Estado estabilize, ou pelo menos evite flutuações bruscas para baixo, da demanda agregada, tornando possível o planejamento de longo prazo das empresas e que o Estado ou sindicato garanta que os aumentos de salários impactem a todas as empresas de um mesmo setor na mesma proporção, evitando aumentos de custos diferenciados e, por consequência, preços diferentes que possam dar origem a uma guerra de preços que seria catastrófica para todas as empresas envolvidas.<sup>58</sup>

O alargamento da regulação do Estado sobre a economia, principalmente utilizando políticas macroeconômicas de tipo keynesiano, no entanto, não se restringiu aos países sociais-democráticos. Ela foi utilizada, com múltiplas gradações, pela maioria dos países desenvolvidos e por alguns subdesenvolvidos. No geral, pode-se dizer que a consequência destas políticas com relação às grandes empresas foi

---

<sup>58</sup> John Kenneth Galbraith, O Novo Estado Industrial, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, caps. II, III e IV.

funcional: tornou possível uma expansão mais rápida e segura da produção e, com ela, da acumulação e centralização do capital.<sup>59</sup>

Se ao nível dos Estados Nacionais capitalistas o período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos 70 pode ser considerado como um período de excepcional expansão da produção e do emprego, o mesmo pode ser dito ao nível internacional com relação às empresas.

Se o período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial ao nível de economia internacional é caracterizado pelo *predomínio da exportação de capital financeiro*, o pós-guerra é caracterizado pelo *predomínio da exportação de capital produtivo*. Com a instalação de filiais de empresas americanas na Europa e Japão, no bojo do Plano Marshall, se inaugura uma nova fase no processo de concorrência interempresas ao nível internacional, bem como uma nova divisão internacional do trabalho.

Quanto maior é a escala de atividade de uma empresa — o que é determinado, em última instância, pela amplitude de “sua” demanda efetiva, ou seja, pela amplitude de seus mercados —, maior é a possibilidade de acumulação e, com ela, maior o poder de mercado de uma empresa. Seja porque quanto maior a acumulação em um dado momento, maior é a massa de lucro e, por conseqüência, maior pode ser o nível de acumulação no período de investimento seguinte,<sup>60</sup> seja porque a acumulação permite a empresa auto-financiar seus investimentos removendo os obstáculos que a falta de

---

<sup>59</sup> Não é a toa que Keynes, talvez prevendo as repercussões negativas que sua teoria teria nos meios intelectuais e empresariais mais conservadores, advertia que seus ensinamentos não conduziram ao socialismo ou a qualquer forma de restrição ao individualismo burguês, mas que era o único meio de evitar a destruição do capitalismo e tornar possível o funcionamento adequado da livre iniciativa. Veja-se J. M. Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, cap. 24.

<sup>60</sup> Karl Marx, *O Capital*, Livro I, Vol. II, cap. XXII, Seção 3, págs. 163 a 169.

capital próprio impõe à expansão da empresa,<sup>61</sup> seja ainda porque o nível relativo de acumulação conseguido ( ou o grau de concentração) dá à empresa vantagens na concorrência (economias de escala, maior capacidade de suportar uma guerra de preços, etc.),<sup>62</sup> as empresas americanas, ao penetrarem nos mercados europeus e japoneses alargando seus territórios para a acumulação de capital, obrigaram suas congêneres européias e japonesas a fazerem o mesmo sob a pena de se fragilizarem e ficarem atrás ao nível da concorrência inter-capitalista.<sup>63</sup> A esse respeito, Luciano Coutinho assim se refere ao caso da Europa:

“A ofensiva inicial das grandes empresas norte-americanas, nos anos 50, aproveitando o dinamismo da fase de recuperação das economias européias e do Japão no após-guerra, foi contra-atacada, de forma não menos agressiva, pelos grandes capitais europeus e japoneses. Na Europa, especialmente no seio do Mercado Comum, tem havido inúmeras associações e fusões entre grandes empresas, inclusive de diferentes nacionalidades, visando enfrentar o ‘desafio americano’. Este processo redundaria na formação de uma aliança dos oligopólios europeus, impulsionando-se o desenvolvimento da confederação política da europa”.<sup>64</sup>

No Japão, a ofensiva das empresas americanas resultou na adoção por parte do Estado de políticas de estímulo à rápida concentração industrial, reestimulando a conglomeração financeira, e em políticas de proteção do mercado à penetração

---

<sup>61</sup> Michal Kalecki, Teoria da Dinâmica Econômica, Parte IV, Cap. 8.

<sup>62</sup> Josef Steindl, Pequeno e Grande Capital, SP, Hucitec/Unicamp, 1990, Caps. 2, 3, e 4.

<sup>63</sup> Luciano G. Coutinho, “Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho”, in Revista Contexto, março de 1977.

<sup>64</sup> Luciano G. Coutinho, “Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho”, pág. 67.

estrangeira.<sup>65</sup> A internacionalização das corporações japonesas se dará apenas nos anos 70, depois de um bem sucedido processo de reestruturação industrial.

A exportação de capital produtivo, ou o processo de internacionalização das empresas, embora seja em grande medida resultante da competição das empresas capitalistas ao nível internacional, é ao mesmo tempo, ao nível das unidades produtivas, um aprofundamento daquele processo de racionalização da vida que tem origem com o capitalismo.<sup>66</sup> A instalação de filiais permite, ao mesmo tempo, uma ampliação de seus mercados, uma redução dos custos de transporte, o aproveitamento das fontes de matérias-primas e de mão-de-obra e a fuga de restrições à acumulação de capital advindas de políticas governamentais. Como se vê, portanto, os objetivos que determinam a montagem de filiais são os mesmos que aqueles que estão no cerne da política imperialista. Porém, uma diferença é crucial. Enquanto estes objetivos só podem ser satisfeitos sob o imperialismo mediante o apoio decisivo do Estado — seja pela colonização, seja pela criação e manutenção de áreas de influência —, o que como se sabe envolvia métodos truculentos, podem ser conseguidos agora pacificamente, inclusive dispensando o apoio direto do Estado. Não é mais necessário criar colônias ou áreas de influência, em uma palavra, criar “impérios”, como *única forma* de se garantir o controle sob as fontes de matérias-primas, para se aproveitar dos diferenciais de salários e para garantir mercados para a realização da produção. A instalação de filiais permite atingir estes objetivos, contornando as barreiras protecionistas dos Estados Nacionais, com a vantagem adicional da regularidade, que

---

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Entendendo a racionalização como um processo pelo qual, entre outras coisas, as empresas procuram a valorização do capital através da ampliação e regularização das oportunidades formalmente pacíficas de troca, prescindindo gradativamente de apoios externos, como o Estado.

não se poderia garantir à época do Imperialismo. Ademais, a Primeira Guerra Mundial já tornara clara as limitações do Imperialismo enquanto mecanismo apropriado para se garantir as condições objetivas à expansão das unidades produtivas capitalistas.

Assim, é possível conceber a internacionalização das empresas como um estágio mais avançado na expansão do capitalismo e também como um passo a mais na direção daquela tendência a autonomização da acumulação de capital em relação aos apoios externos, tão bem percebida por Marx.<sup>67</sup>

A consequência disto é uma complexificação do próprio conceito de imperialismo. Embora a política adotada por alguns dos Estados Nacionais, mormente os EUA, ainda carregue boa dose daqueles traços que marcaram o Imperialismo, ela rapidamente tende a ser minada por movimentos advindos de estruturas e processos que se desenvolvem em sentido contrário, ou seja, se desenvolvem no sentido de abalar o poder dos Estados Nacionais. Ao falar de Imperialismo, assim, torna-se fundamental levar em conta o poder e a influência das corporações transnacionais na co-determinação da dinâmica capitalista global. Mas, como afirma Octavio Ianni:

“a interdependência e o imperialismo deixaram de estar basicamente determinados pelo jogo das relações entre nações dominantes, centrais, desenvolvidas ou industrializadas, por um lado, e nações dependentes, periféricas, subdesenvolvidas ou agrárias por outro. Ocorre que a industrialização espalhou-se pelo mundo, inclusive provocando uma crescente dissolução do mundo agrário. A nova divisão internacional do trabalho, agilizada pelos meios de comunicação e transporte, cada vez mais apoiados em

---

<sup>67</sup> Karl Marx, O Capital, Livro 1, Seção III e IV.

técnicas eletrônicas, transformou o mundo em uma fábrica e um *shopping center* globais. São globalismos decisivamente baseados na organização e dinâmica das corporações transnacionais, que desenvolvem suas geoeconomias e suas geopolíticas em moldes mais ou menos independentes dos Estados nacionais. Mas é claro que sempre levam em conta esses Estados, tanto os dominantes como os dependentes, sempre em conformidade com as exigências estabelecidas em seus diagnósticos e prognósticos sobre mercados reais e potenciais, bem como sobre investimentos próprios e associados”.<sup>68</sup>

A instalação de filiais, ou o processo de internacionalização das empresas, contudo, foi se desenvolvendo a ponto de tornar as empresas corporações desterritorializadas. Contribui decisivamente para tanto aquele processo de separação entre propriedade e gestão que se intensifica a partir do final do século XIX.

As novas tecnologias gestadas na Segunda Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que aumentaram a escala de produção e a produção mínima lucrativa, complexificaram de tal forma o processo produtivo, que a administração das grandes empresas teve que ser exercida por grupos de especialistas. Estes grupos de especialistas, ou tecnoestrutura, vão ganhando poder dentro das empresas e do aparelho do Estado e substituindo a antiga dominação de classe por uma dominação de tipo legal-burocrática.<sup>69</sup> À medida que, partir da segunda metade do século passado, junto com o processo de oligopolização dos principais mercados e de burocratização da administração das empresas, vai se consolidando uma nova forma de propriedade das

---

<sup>68</sup> Octavio Ianni, Teorias da Globalização, RJ, Civilização Brasileira, 1995, págs. 147 e 148.

<sup>69</sup> J. K. Galbraith, O Novo Estado Industrial, Caps. II, III, IV, VII, XXVI e XXVII.

empresas, baseada na posse de títulos,<sup>70</sup> a administração e o poder dentro das grandes companhias passam para as mãos da tecnoestrutura.

No entanto, é só a partir do desenvolvimento de um mercado acionário internacionalizado que as empresas começam a se desterritorializar. A revolução nas comunicações, ao permitir, através de cabos submarinos ou sinais de satélites, a interligação entre os vários mercados financeiros nacionais, dando origem a um mercado acionário propriamente global, permitiu que os títulos jurídicos representativos da propriedade formal das companhias fossem transacionados em nível propriamente mundial e que entre os detentores das ações de uma companhia constem proprietários de diferentes nacionalidades. Esse processo, pelo qual o controle acionário de uma determinada companhia pode em curto prazo mudar de mãos, trouxe duas consequências importantes. Por um lado, trouxe uma estabilização da renda daquela fração de classe da burguesia meramente detentora de títulos: estabilização esta que deriva do fato que é possível a um “investidor” pulverizar seu capital dinheiro em uma carteira que inclui ações de diversas companhias, minimizando o risco de perdas, e que lhe é possível mudar rapidamente a composição desta carteira em conformidade com o desempenho das ações.<sup>71</sup> Por outro, tornou a tecnoestrutura onipotente dentro das grandes empresas, como já havia percebido Hilferding em 1910:

---

<sup>70</sup> Joseph Alois Schumpeter, Capitalismo, Socialismo e Democracia, RJ, Zahar, 1984, caps. VII, VIII e XIX.

<sup>71</sup> Rudolf Hilferding, O Capital Financeiro, Parte Segunda- “A Mobilização do Capital- O Capital Fictício”. Hilferding chega mesmo a propor ( Parte Terceira, Cap. XI-”Obstáculos na Compensação das Taxas de Lucro e sua Superação”) que, devido à liberdade e mobilidade para a composição e recomposição da carteira acionária, haveria a formação de uma “taxa lucro” média, na verdade uma taxa de retorno média equalizada.

**“O desligamento do capital de sua função também influi na direção da empresa. Para os diretores da sociedade anônima, os interesses dos proprietários na obtenção de um lucro máximo e mais rápido possível, a propensão para a economia predatória que se encontra latente em toda alma capitalista, podem ceder às exigências puramente técnicas que a empresa impõe”.**<sup>72</sup>

Para os acionistas de uma companhia, que são de nacionalidades variadas, não interessa onde e como as empresas adquirem lucros, desde que seus dividendos sejam distribuídos. Da mesma forma, para a tecnoestrutura só importa aquelas considerações técnicas referentes à expansão da empresa e, conseqüentemente da própria tecnoestrutura. Dessa forma, já não faz mais diferença a nacionalidade do território econômico, senão por motivos puramente técnicos, quais sejam, mercados potenciais, qualificação e preço da força de trabalho, etc. Isso não significa que para as empresas não importa o país em que fixam suas filiais e nem que tão pouco o desenvolvimento econômico, assim, tenderia a se homogeneizar. Além daquelas considerações econômicas *stricto sensu*, importa ainda aproveitar-se daquelas “infra-estruturas” oferecidas pelo Estado, principalmente da ciência: não é a toa, nem é uma característica irrelevante, que as grandes companhias desenvolvam suas novas técnicas nos países centrais, onde o desenvolvimento científico é maior. Dessa forma, faz sentido afirmar, como faz Octavio Ianni, que:

**“As transnacionais são corporações simultaneamente localizadas e desterritorializadas. Enraízam-se nos mais diversos e distantes lugares, mas**

---

<sup>72</sup> R. Hilferding, O Capital Financeiro, pág130.

também se movem de um a outro todo o tempo, de acordo com a dinâmica das forças produtivas, segundo as exigências da concentração e centralização do capital, concretizando a reprodução ampliada do capital em moldes crescentemente globais”.<sup>73</sup>

É porém 1989 o marco principal da aceleração e aprofundamento daquelas tendências que já vinham se desenvolvendo desde o pós-guerra. Este ano marca o desmoronamento do bloco “socialista” e, conseqüentemente, a abertura da última fronteira territorial à expansão capitalista. Sem dúvida, a centralização absoluta da vida econômica nas mãos dos burocratas do Partido Comunista, o fato das revoluções socialistas terem ocorrido em países extremamente atrasados do ponto de vista do grau de industrialização e, por esse motivo poderem ser rotuladas de “revoluções prematuras” e que, finalmente, estavam cercados e hostilizados por países capitalistas, explicam muito de seu fracasso.<sup>74</sup> Porém, o essencial na explicação de seu fracasso econômico não reside aí e sim na incapacidade do planejamento econômico em substituir plenamente o mercado enquanto instância diretora das atividades produtivas.<sup>75</sup>

O mercado, não obstante a impessoalidade, os desperdícios de recursos, e as contradições por ele geradas, possui uma função que se mostrou insubstituível pelo planejamento. Como já havia percebido Walras, os preços de mercado são um parâmetro que sinalizam aos produtores a quantidade e os tipos de mercadorias a produzir. Quando o mercado é suprimido pelo planejamento, por mais que fosse

---

<sup>73</sup> Octavio Ianni, Teorias da Globalização, pág. 148.

<sup>74</sup> Octavio Ianni, A Sociedade Global, 2a. ed., RJ, Civilização Brasileira, 1993, cap. 1.

<sup>75</sup> Alec Nove, A Economia do Socialismo Possível, SP, Ática, 1989 e Robin Blackburn, “O Socialismo Após o Colapso”, in Robin Blackburn, org., Depois da Queda, 2a. ed., SP, Paz e Terra, 1993

possível o cálculo dos valores de troca — o que não é, dado que os valores de troca se formam no mercado e que participa nessa imputação de valor o valor de uso atribuído a determinada mercadoria por seus compradores, o que equivale dizer que qualquer trabalho dedicado a um propósito sem utilidade não cria valor —, dado o caráter extremamente dinâmico da estrutura de demanda, que nada mais expressa que o valor de uso atribuído pelos consumidores às mercadorias em questão, o resultado é a escassez ou o desperdício. Para que o planejamento não gerasse tais tipos de distorção seria necessário, pelo menos no patamar que se encontra a teoria do planejamento, que plano e mercado não fossem excludentes.<sup>76</sup> Aliada porém ao desperdício e à escassez, a supressão da concorrência inter-empresas desincentivou a introdução do progresso técnico, causando o atraso técnico das empresas socialistas e a homogeneização da produção.<sup>77</sup>

O fracasso econômico do planejamento, aliado à falta de liberdade, sem dúvida foram os determinantes principais do fracasso do “socialismo”. Com a derrocada, porém, estava dada a possibilidade de difusão das relações materiais e espirituais capitalistas por todo o globo e, com elas, estava posta em causa a manutenção das conquistas sociais duramente conseguidas pela população dos países de economia centralmente planejada.<sup>78</sup>

O fracasso da experiência “socialista” teve conotações mais amplas que a mera abertura da última fronteira territorial à expansão capitalista. Ela significou o coroamento da retórica liberal, segundo à qual o ordenamento de mercado das

---

<sup>76</sup> Alec Nove, A Economia do Socialismo Possível, Partes I, II e III.

<sup>77</sup> Sobre os determinantes da introdução de inovações veja-se, Joseph Alois Schumpeter, A Teoria do Desenvolvimento Econômico, SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas e Michal Kalecki, “Tendência e Ciclo Econômico”, in Michal Kalecki, Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, SP, Hucitec, 1987.

<sup>78</sup> Eric Hobsbawn, “Adeus a Tudo Aquilo”, in Robin Blackburn, org., Depois da Queda.

atividades econômicas é superior a qualquer tipo de intervenção, uma vez que conduz a economia a um ponto de ótimo econômico. Este revigoramento da ideologia liberal, voltar-se-ia contra as sociais-democracias alicerçadas sobre o princípio da demanda efetiva. Em outros termos, significou uma tentativa de revigoramento, a partir de acontecimentos empíricos, da “lei de Say” que desde os trabalhos de Keynes e Kalecki já havia sido refutada teoricamente.

A crise do “Welfare State”, porém, já estava posta desde a metade dos anos 70 e o revigoramento da doutrina liberal apenas marginalmente viria contribuir para tanto. Duas mudanças estruturais do capitalismo respondem por esta crise: a volatilização e fusão das várias formas de riqueza e a revolução técnica/informacional.

Começemos pela Revolução Técnica/Informacional. Desde meados dos anos 70, percebe-se uma transformação na técnica utilizada no processo produtivo e na organização do trabalho dentro das grandes organizações. O desenvolvimento da informática e da robótica tornaram realidade uma geração de máquinas que se distinguem das máquinas ferramentas das revoluções industriais anteriores por serem flexíveis quanto a seus possíveis usos, por objetivarem funções reflexivas e por substituírem, num montante sem precedentes, trabalho vivo por trabalho morto.<sup>79</sup> O desemprego estrutural e/ou tecnológico surgido da aplicação destas tecnologias ao processo produtivo, combinado com a política de cooptação de trabalhadores empreendidas pelas grandes corporações — sem contar com o fim do efeito demonstração e com a perda de atração dos partidos e organizações dos trabalhadores resultante da crise do “socialismo real” — minaram o poder das organizações operárias e de seus partidos representativos, com o que o seu poder de pressão sobre o

---

<sup>79</sup> Jean Lojkin, A Revolução Informacional, SP, Cortez, 1995, Cap. II e III e André Gorz, Le chemins du Paradis, Paris, Galilée, 1983, págs. 67 a 76.

governo foi sensivelmente diminuído, num contexto em que o desemprego e a crise fiscal e previdenciária minavam as possibilidades do governo de continuar bancando sua política de bem estar social.<sup>80</sup>

A combinação de modificações tecnológicas e organizacionais teve ainda por efeito impor à classe operária um aumento da intensidade do trabalho e a precarização do emprego, criando, muitas vezes com a ajuda do próprio Estado, áreas de salários baixos e pouca proteção social nas proximidades dos países desenvolvidos (como no México, por exemplo) ou mesmo dentro dos países desenvolvidos (vide os diferenciais de salários existentes dentro da própria CEE). Dessa forma, “a instauração da produção com volume de emprego ‘desengordurado’ não acabou com o interesse das empresas transnacionais por regiões de produção que oferecessem salários baixos, simplesmente fez com que não precisassem mais andar milhares de quilômetros para encontrá-las”.<sup>81</sup>

A intensificação do processo de internacionalização do capital produtivo, que expressa em última instância o deslocamento das decisões de investimento do âmbito nacional para o global, tornaram os instrumentos de política econômica à disposição do Estado menos eficazes no que tange à sua capacidade de induzir uma trajetória de crescimento sustentado e, portanto, de alargar, pelo crescimento da renda nacional, a sua base tributária. A globalização e o entrelaçamento dos mercados financeiros por sinais de satélites e cabos submarinos, atuou no mesmo sentido: minou a capacidade dos Estados Nacionais de implementarem políticas fiscais, monetária e cambial, uma vez que os fluxos de capitais especulativos, uma vez volatilizados, podem, ao entrar e

---

<sup>80</sup> Claus Offe, Karl Hinrichs e Helmut Wiesenhal, “Time, Money and Welfare-States Capitalism”, in John Keane, ed., *Civil Society and the State*, New York, Verso, 1988 e Adam Przeworski, *Capitalismo e Social Democracia*.

<sup>81</sup> François Chesnais, “A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século”, in *Revista Economia e Sociedade*, Número 5, IE-UNICAMP, dezembro de 1995, pág. 9.

sair do país, desestabilizar o esforço do governo. Mais que isso, a formação de uma verdadeira “macroestrutura financeira” global, onde o capital dinheiro pode facilmente se valorizar sem passar pelo circuito propriamente produtivo, obrigou as empresas, sob a pena da ruína, a se tornarem multissetoriais e multifuncionais, ou seja, atuarem ao mesmo tempo em vários setores produtivos e a exercer, ao mesmo tempo, funções financeiras, produtivas e comerciais, seja nos mercados nacionais, seja no global: “Estas transformações implicam, como nunca na história do capitalismo, uma fenomenal concentração de poder financeiro. Implicam também a queda de barreiras entre mercados, setores, empresas e nações. Sem esta multifuncionalidade qualquer grupo empresarial fragiliza-se na concorrência. Conseqüentemente, ocorre um avanço expressivo na concentração, centralização e multinacionalização do capital.”<sup>82</sup>

O capital configura-se assim cada vez mais como capital em geral, como massa de capital dinheiro em busca de valorização. Em outros termos, nas grandes corporações perde sentido, gradativamente, a distinção entre as várias formas de se gerir e de se realizar riqueza.

Mais sério, porém, é que a atual especulação financeira global e a promoção dos mercados financeiros globais a instância controladora das políticas econômicas nacionais, como veiculado pela mídia e pela ideologia neoliberal, parecem conduzir a um aprofundamento da fetichização do dinheiro tão bem percebida por Chesnais:

“Esta promoção do capital-dinheiro a um *status* em que parece se desligar da produção e da troca e a partir do qual teria que dominar a vida econômica e social mundial pode ser interpretada como o último grau da fetichização das

---

<sup>82</sup> José Carlos de Souza Braga, “A Financeirização da Riqueza”, in Revista Economia e Sociedade, número 2, IE-UNICAMP, agosto de 1993, pág. 37.

relações de propriedade capitalista. Tem como consequência esconder, ou pelo menos embaçar, a fisionomia dos operadores mais relevantes e seu grau de concentração e de poder, ocultar o papel desempenhado pelos próprios Estados na gênese da ‘tirania dos mercados’ e, principalmente, escamotear os mecanismos pelos quais a esfera financeira *alimenta-se de transferências de riqueza totalmente concretas*, antes de poder instaurar circuitos fechados de distribuição interna dos ganhos e das perdas puramente financeiras”.<sup>83</sup>

Portanto, com o fim do bloco “socialista”, com a crise do “welfare state” e com a corrosão da liderança industrial americana — fruto da difusão desigual das inovações tecnológicas entre os países centrais — cai por terra tanto a bipolaridade nuclear-militar,<sup>84</sup> como a distinção sócio-política entre os vários Estados Nacionais. Ao mesmo tempo porém em que o capital adquire uma mobilidade sem precedentes no âmbito global, o que lhe permite fugir às regulamentações dos Estados nacionais, o avanço dos meios de comunicação encurtam as distâncias entre os países, entre os acontecimentos mais longínquos e a percepção deles por todos os recantos do globo. Mais que isso, os meios de comunicação veiculam uma cultura propriamente global que torna as diferenças entre os povos cada vez menor, contribuindo para a perda de poder dos Estados Nacionais.

Pois bem, o período do pós-guerra marca um período de revigoramento do capitalismo e isso por várias razões: 1) desintegra-se o bloco “socialista” que impunha objetiva e subjetivamente uma ameaça constante contra a própria existência do

---

<sup>83</sup> François Chesnais, “A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século”, pág. 21.

<sup>84</sup> Luciano Coutinho, “Nota sobre a Natureza da Globalização”, in Revista Economia e Sociedade, número 4, IE-UNICAMP, junho de 1995.

capitalismo; 2) a crise das sociais-democracias liberta o capital dos entraves que a ação estatal impunha à acumulação do capital e revigora a ideologia liberal; 3) as novas técnicas produtivas gestadas na atual revolução tecnológica propiciam gradativamente a autonomia do capital em face do trabalho humano; 4) o aprofundamento da internacionalização do capital, a fusão entre as várias formas de riqueza e o avanço nas comunicações, tornam o capital extremamente volátil, possibilitando-lhe tanto fugir às regulamentações dos Estados nacionais, como atuar ao nível propriamente global, seja nos mercados reais (de mercadorias e serviços), seja nos mercados financeiros.

Esse revigoramento do capitalismo, entretanto, se desenvolve num contexto diverso daquele que imperava do século XVIII até a Segunda Guerra Mundial, no sentido de que se pode dizer que a dinâmica capitalista se modificou e com isso se alteraram as condições de aplicação plena de muitos dos aparatos teóricos convencionais, muito deles, construídos tendo por paradigma uma sociedade nacional, em que o trabalho era categoria central e em que o mercado era a principal instância diretiva do processo econômico.<sup>85</sup>

Em resumo, portanto, poderíamos conceituar a atual fase do capitalismo como capitalismo globalizado, desde que conceituemos claramente as especificidades desta fase, fugindo assim ao lugar comum veiculado pela mídia em geral.

---

<sup>85</sup> Octavio Ianni, Teorias da Globalização, Cap. 10 e Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, SP, Brasiliense, 1989.

## 2- O Mercado de Trabalho

Como o objeto desta investigação são as mudanças pelas quais vem passando o mercado de trabalho no pós-guerra, é necessário conceituar o que se deve entender por mercado de trabalho. Como o mercado de trabalho é um mercado especial, é necessário primeiro conceituar o que é mercado, para aí então mostrar a especificidade do mercado de trabalho.

Autores de escolas de pensamento tão distintas como Karl Marx, Alfred Marshall, Jürgen Habermas, Karl Polanyi, Léon Walras ou Paolo Sylos Labini, concordariam em conceituar o mercado como um *locus* onde compradores e vendedores de mercadorias estabelecem relações de compra e venda e onde, por conseqüência, se estabelecem preços de mercado. Uma tal conceituação de aceitação geral, como é comum nos diversos campos da Ciências Sociais, não obstante, pouco ou nada nos ajudaria na compreensão do que é na verdade o mercado e, por extensão, sobre as peculiaridades do mercado de trabalho. Um tal mercado, como acima descrito, não é específico ao sistema capitalista, tendo na verdade existido em quase todas as épocas históricas, embora seu papel fosse apenas incidental na vida econômica. O que é específico ao capitalismo, ao lado da generalização da produção de mercadorias, é o fato desta mesma produção ser regulada pelo mercado. Uma economia dirigida somente pelo mercado, ou seja, por um mercado auto-regulável,

como a capitalista é um fenômeno sem precedentes na história da humanidade.<sup>1</sup> É claro porém, que mesmo sob o capitalismo, no período chamado de concorrencial, o mercado auto-regulável, suposto pelos economistas neoclássicos, nunca passou de uma construção ideológica, na medida em que um total liberalismo econômico, como princípio organizador de uma sociedade, jamais existiu.<sup>2</sup>

Para se compreender corretamente o conceito de mercado e o papel por ele desempenhado sob o capitalismo é necessário retomar criticamente as duas principais visões existentes sobre ele: a clássica/neoclássica e a marxista.<sup>3</sup> Para uma reavaliação crítica destas duas posturas teóricas antagônicas,<sup>4</sup> contamos com alguns eventos históricos recentes (a crise de 1929/33 e o colapso do “socialismo” real), que nos permitem repensar estas duas teorias.

## 2.1- O Mercado na Teoria

Como já é quase lugar comum nas Ciências Sociais, desde as obras de Adam Smith, o mercado tem uma ligação bastante estreita com a divisão do trabalho. Em Smith, no entanto, divisão do trabalho e mercado estão duplamente relacionados: por um lado, a troca origina a própria divisão do trabalho na medida em que uma pretensa

---

<sup>1</sup> Karl Polanyi, A Grande Transformação- As Origens da Nossa Época, RJ, Campus, 1980, Segunda Parte, Cap. 4. Ver também, Fred Block e M. R. Somers, “Beyond the Economistic Fallacy: The Holistic Social Science of Karl Polanyi”, in Theda Skocpol, ed., Vision and Method in Historical Sociology, Cambridge Univ. Press, 1984.

<sup>2</sup> Karl Polanyi, op. cit. .

<sup>3</sup> Na verdade existe uma terceira teoria sobre o mercado, uma teoria intermediária, a de Karl Polanyi, sobre a qual nos apoiaremos em muitos pontos para a análise subsequente.

<sup>4</sup> Pois a liberal é extremamente otimista quanto ao mercado, enquanto a marxista é pessimista.

“propensão à troca”, atributo imanente à espécie humana, dá origem a especialização;<sup>5</sup> por outro, é a própria extensão do mercado que permite a especialização individual e, portanto, a divisão do trabalho.<sup>6</sup> Portanto, segundo Smith, é por ser dotado de razão que o homem pode se relacionar socialmente com outros homens através da troca. A troca, por seu turno, ao impor um contato social aos indivíduos isolados dá origem à própria sociedade capitalista: “Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”<sup>7</sup>

Num estágio inferior de desenvolvimento social, do qual Smith parte em sua análise, cada produtor, proprietário de seus próprios meios de produção, encontra-se isolado dos demais dentro de sua especialização produtiva. É somente na circulação da

---

<sup>5</sup> Quanto à questão da origem da divisão do trabalho, Smith assim se referiu em dois escritos distintos: “A divisão do trabalho origina-se do que constitui uma inclinação natural do homem, ou seja, da tendência a efetuar trocas com seus próprios semelhantes, tendência que se mostra comum a todos os seres humanos e que é desconhecida em qualquer outro animal” (Adam Smith, “Do Baixo Valor das Mercadorias, Isto é, da Abundância”, fragmento das Conferências de Glasgow, in Cláudio Napoleoni, Smith, Ricardo e Marx, 5a. ed., RJ, Graal, s/d, pág. 181); “Essa divisão do trabalho, (...) é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria a dizer, ou se — como parece mais provável — é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar.” (Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, Livro I, Cap. II, pág. 24).

<sup>6</sup> “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim, a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.” (Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, Livro I, Cap. III, pág. 27).

<sup>7</sup> Adam Smith, op. cit., Livro I, Cp IV, pág. 31.

produção que se estabelece a relação social entre os produtores, onde cada um se beneficia do grau de produtividade que todos tiverem atingido na divisão do trabalho. Ao reportar sua análise ao capitalismo, Smith argumenta que o que é específico ao capitalismo é o fato de que o capital, ao pôr ao seu comando um certo número de trabalhadores, provê os mesmos com os meios de subsistência necessários e lhes possibilita utilizar as melhores máquinas. Em outras palavras, o capital é o meio pelo qual se potencializa a divisão do trabalho possibilitada pela troca. Providos dos meios de subsistência, aos quais os trabalhadores isolados só poderiam obter após a venda do produto de seus trabalhos, e utilizando-se de máquinas, o capital possibilita uma melhor distribuição do trabalho social e um incremento na produtividade do trabalho.<sup>8</sup>

Para Smith, portanto, o capitalismo nada mais é que a realização da própria natureza humana, objetivação social da “propensão a intercambiar”. Para completar o quadro da sociedade a que ele tem em mente falta-nos ainda agregar mais um traço específico a natureza humana: o egoísmo.

Para Smith, um dos traços específicos da natureza humana é o egoísmo. No entanto, o egoísmo humano, longe de levar, como em Hobbes, a sociedade à desagregação, é ele o elemento fundante da própria sociedade comercial. Desde que um indivíduo, na procura de seus interesses egoístas, não impeça aos demais a obtenção dos seus próprios interesses — o que deve ser garantido pelo Estado —, a busca do interesse pessoal gera benefícios para todos.<sup>9</sup>

Para precisar a maneira pela qual as atitudes egoístas individuais se transformam em virtude coletiva segundo a teoria de Smith, faz-se necessário primeiro

---

<sup>8</sup> Cláudio Napoleoni, O Valor na Ciência Econômica, Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1977, Cap. 2, págs. 19 a 31.

<sup>9</sup> Cláudio Napoleoni, Smith Ricardo e Marx, Cap. III.

precisar seu conceito de riqueza nacional, sua preocupação central ao escrever “A Riqueza das Nações” em 1776. Smith definiu a riqueza nacional como o produto *per capita* resultante do trabalho produtivo da nação. Este produto, por seu turno, depende das forças produtivas do trabalho e da proporção entre trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivos. Segundo ele, o mais importante desses dois determinantes do produto nacional é a força produtiva do trabalho, a qual depende, por sua vez, da divisão do trabalho:

“O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. (...) a abundância ou escassez de bens de que a nação disporá parece depender mais da primeira das duas circunstâncias mencionadas do que da segunda”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, Livro I, pág. 11.

Um pouco mais a frente, Smith continua:

**“O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”.<sup>11</sup>**

Numa sociedade em que a divisão do trabalho já se impôs e que portanto um indivíduo só pode prover suas necessidades pela troca, e que o capital já é uma realidade desenvolvida, os capitalistas se esforçarão em aplicar seus capitais de maneira mais eficiente naqueles setores onde a taxa de lucro é maior. Cada capitalista ao assim proceder, visando unicamente seus próprios interesses, estará maximizando a oferta de seus produtos à sociedade e, ao mesmo tempo, estará em condições de se apropriar dos excedentes dos demais indivíduos. Em outros termos, cada indivíduo ao procurar seu próprio interesse estaria, inconscientemente, promovendo o bem geral, ou seja, incrementando as forças produtivas do trabalho e, com ela, a riqueza nacional. Em suas palavras:

**“Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. (...) Ora, a renda anual de cada sociedade é sempre exatamente igual ao valor de troca da produção total anual de sua atividade, ou mais precisamente, equivale ao citado valor de troca. Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu**

---

<sup>11</sup> Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, Livro I, pág. 17.

capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. (...) e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por [uma] mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções”.<sup>12</sup>

É importante frisar que o mecanismo que garante o processo acima descrito é a concorrência entre os capitais na busca da maior taxa de lucro. E, ademais, o que impele os capitais a se deslocarem de um setor de atividade a outro são as flutuações dos preços de mercado em redor do preço natural (valor)<sup>13</sup>, que expressam, em última instância, as condições da oferta e demanda pelas várias mercadorias.<sup>14</sup> Quando o Estado, ou qualquer outro tipo de instituição ou estrutura, interfere no livre funcionamento da “mão invisível do mercado”, o resultado é que os capitais são artificialmente desviados daqueles empregos naturais, diminuindo a renda e a produção do país. Na medida em que Smith rechaça a intervenção do Estado na

---

<sup>12</sup> Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, Livro IV, págs. 64 e 65.

<sup>13</sup> Não é possível aqui discutir a interessante questão do valor em Adam Smith, basta apontar que sua teoria do valor chega a um resultado negativo. Sob o capitalismo, afirma Smith, o valor é igual à soma das taxas naturais de salário, mais lucro, mais renda da terra. Não obstante, como estas três grandezas são também, por seu turno, valores, chegamos a uma conclusão destituída de sentido: são os valores que determinam os valores. Veja-se a respeito as duas já citadas obras de Cláudio Napoleoni.

<sup>14</sup> Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, Livro I, Cap. VII.

economia, por ser danosa ao bem-estar geral, ganha o liberalismo sua primeira formulação orgânica.<sup>15</sup>

Esta visão extremamente otimista de Adam Smith com relação ao mercado foi aprofundada e aprimorada por David Ricardo. Ricardo, a partir de algumas formulações de Smith e da sistematização e aprimoramento de um conceito elaborado por Jean Baptiste Say — a “lei dos mercados” segundo a qual “a produção cria seus próprios mercados”<sup>16</sup> —, erigirá a base sobre a qual o liberalismo, até hoje, se assenta. Se em Say a “lei dos mercados” não passava de um princípio desprezível, não sistematizado e não explorado em todas suas implicações, Ricardo transformou-o em verdadeiro dogma da economia política, propriamente em uma “lei”, a “lei de Say”, como passaria a ser conhecida.

Para elaborá-la, Ricardo parte da constatação trivial, já percebida por Say, de que a produção gera um fluxo de renda de igual intensidade, que se divide entre salários e lucros, em outros termos, que a produção gera um poder de compra suficiente para realizá-la. É claro que se não há entesouramento de parte dos rendimentos gerados no processo produtivo, toda produção será vendida sem uma queda de preços. Para afirmar, todavia, que não pode haver entesouramento líquido na economia Ricardo tem que fazer as seguintes suposições: a) a única função do dinheiro é servir de meio de troca; b) a demanda global é ilimitada; c) toda poupança (no sentido de não gasto de uma parte dos rendimentos gerados no processo produtivo) é investida. Aceitando-se estes pressupostos, é claro que o resultado é uma igualdade *ex*

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, Livro IV.

<sup>16</sup> Jean Baptiste Say, Tratado de Economia Política, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1986, Cap. XV.

*ante* entre oferta e demanda, o que implica que na economia capitalista são impossíveis crises de superprodução, já que toda produção encontra um mercado.<sup>17</sup>

A partir de Ricardo e John Stuart Mill, a “lei de Say” é incorporada pela teoria neoclássica, embora com algumas modificações marginais. Com os economistas neoclássicos esta seria a pedra fundamental do liberalismo econômico, uma vez que, desde que o Estado não interfira, a “mão invisível do mercado” conduziria a economia a um ponto de ótimo econômico, a um equilíbrio de pleno emprego dos fatores de produção.<sup>18</sup> Embora muitos dos pressupostos do liberalismo econômico, incluso os pressupostos da “lei de Say”, não se verificassem na prática e embora a realidade capitalista fosse marcada por crises de produção, desemprego e subutilização de capacidade produtiva, a teoria neoclássica foi dominante até a Grande Depressão de 1929/33. Por que ? Porque: “Uma teoria que excluía a superprodução geral fazia o sistema capitalista parecer capaz de funcionar com plena utilização dos recursos produtivos e apresentava as flutuações cíclicas da economia como fricções insignificantes. (...) Dito de outro modo, a Lei de Say era um dogma servindo de apoio aos fundamentos do capitalismo...”.<sup>19</sup>

Portanto, é só no final do século XIX<sup>20</sup>, com os economistas neoclássicos, que a idéia do mercado auto-regulado se torna sistematizada e que o liberalismo econômico tem seus fundamentos econômicos plenamente desenvolvidos. Segundo esta teoria, uma

---

<sup>17</sup> David Ricardo, Principles of Political Economy and Taxation, Cambridge Univ. Press, 1951.

<sup>18</sup> Veja-se a respeito, Jorge Miglioli, Acumulação de Capital e Demanda Efetiva, 1a. ed., SP, T. A. Queiroz, 1981, Parte I e Mário Luiz Possas, Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica, SP, Brasiliense, 1987, págs. 19 a 45.

<sup>19</sup> Michal Kalecki, “Por que a Economia Ainda Não é Uma Ciência Exata”, in Jorge Miglioli, org., Kalecki, SP, Ática, 1980, Coleção Grandes Cientistas Sociais, número 16, pág. 41.

<sup>20</sup> Justamente no momento em que a intervenção do Estado sobre a economia se intensifica.

vez o mercado totalmente livre, o resultado de milhões de transações mediadas pelo mecanismo de preços de mercado conduz a economia a um equilíbrio econômico geral no qual os recursos produtivos são utilizados da maneira mais eficiente possível. Qualquer modificação passível de ocorrer no sistema econômico gerará uma adaptação afim de se estabelecer um novo equilíbrio com uma utilização ótima dos recursos produtivos. O novo equilíbrio será sempre estabelecido sempre que não haja interferência no mecanismo de preços de mercado.<sup>21</sup>

A contraposição a esta visão otimista do mercado que se desenvolveu de Pierre de Le Pessant<sup>22</sup> até os economistas neoclássicos coube a Karl Marx. Para ele, a sociedade mercantil não é um processo natural, mas consequência da perda do caráter social do trabalho humano. Em qualquer sociedade mercantil, embora os produtores de mercadorias produzam um objeto social, manifestação da divisão social do trabalho, no exercício de sua própria atividade produtiva encontram-se isolados. É só no mercado, através da troca dos produtos dos trabalhos privados, que os produtores se relacionam socialmente, ou seja, a relação social propriamente dita só se processa mediante um vínculo material externo, independente dos próprios produtores e que os subordina. Dessa forma, portanto, é a própria troca que dá origem à sociedade.<sup>23</sup> Nas palavras de Marx:

---

<sup>21</sup> Fred Block, PostIndustrial Possibilities - A Critique of Economic Discourse, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1990, Cap. 3.

<sup>22</sup> Pierre de Le Pessant, mais conhecido como senhor de Boisguillebert, foi um dos primeiros autores a proclamar a liberdade de comércio como condição suficiente para o crescimento da riqueza nacional, opondo-se, assim, aos autores mercantilistas. Veja-se a respeito, Henri Denis, História do Pensamento Econômico, 5a. ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987, Parte II, Cap. II.

<sup>23</sup> Cláudio Napoleoni, O Valor na Ciência Econômica, Cap. 3, item 3.2.

**“Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores só entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro desta troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seu próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas”.**<sup>24</sup>

**Assim, a sociedade mercantil, que só toma forma mediante a troca, pressupõe a alienação dos produtores. Se o trabalho perde seu caráter imediatamente social e só se torna social mediadamente, pela intermediação das coisas no mercado, é só quando o trabalhador se vê alienado do produto de seu próprio trabalho que o trabalho reencontra sua dimensão social. Mas, o que é fundamental é que este resgate da dimensão social do trabalho, que se efetiva mediante a troca, pressupõe a equalização dos vários tipos de trabalho. Para que a troca possa se realizar é necessário que o próprio trabalho objetivado na mercadoria se dispa de sua concretude de uso; em outros termos, é necessário que os vários tipos de trabalho se contraponham no mercado meramente como criadores de poder de compra, como valores, pois.**<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Karl Marx, O Capital, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas, Volume I, Livro I, Cap. 1, pág.71.

<sup>25</sup> Karl Marx, O Capital, Volume I, Livro I, Cap. 1.

Assim, o trabalho privado adquire de fato duplo caráter social. Enquanto trabalho privado ele tem de satisfazer determinadas necessidades sociais e, portanto, se afirmar como trabalho útil, concreto. Porém, para que possa satisfazer as necessidades de seu possuidor deve poder ser intercambiável no mercado e, para tanto, deve igualar-se aos demais trabalhos. Para que esta equalização dos diferentes trabalhos seja possível, o trabalho deve se despir de sua concretude, abstrair de sua desigualdade e se confrontar mediante o caráter comum que possui, qual seja, enquanto puro dispêndio de energia humana, trabalho abstrato, pois.<sup>26</sup>

Dessa forma, somente enquanto trabalho abstrato, produtor de valor cristalizado na mercadoria, é que se efetiva a troca no mercado entre os vários tipos de trabalho. O trabalho concreto propriamente dito nada mais é que uma pré-condição para que as mercadorias possuam valor de troca, mas é só na própria troca que se pode determinar se a mercadoria é útil para alguém. Nas palavras de Cláudio Napoleoni:

“Isto significa que na sociedade baseada na relação de troca não existe uma relação de igualdade entre as duas determinações da mercadoria, valor de uso e valor de troca, e que é o valor de troca que sanciona todo o processo: do ponto de vista da sociedade, em suma, é o valor de troca que, em virtude do seu caráter constitutivo, subordina a si o valor de uso e o justifica”.<sup>27</sup>

Adicionalmente, por fim, a dualidade contraditória entre valor de uso e valor de troca deve-se resolver na forma dinheiro. No próprio processo de troca vai se

---

<sup>26</sup> *Ibidem.*

<sup>27</sup> Cláudio Napoleoni, O Valor na Ciência Econômica, Cap. 3, pág. 62.

afirmando uma mercadoria que passa a funcionar como equivalente geral, dada sua aceitação social como intermediadora das trocas. Esta mercadoria, o dinheiro,<sup>28</sup> cujo valor de uso consiste em ser a materialização do valor de troca, é a princípio mero intermediador de valores de uso (M-D-M), não domina a troca. É só a partir do momento em que o dinheiro se converte em capital que ele passa a dominar a circulação e se impõe como poder social.<sup>29</sup>

Numa sociedade mercantil, em que a própria existência da troca já priva os produtores do caráter social de seu próprio trabalho, o produtor deve ser separado de seu próprio trabalho, o que se realiza sob o capitalismo. À medida em que o dinheiro se converte necessariamente em capital, conclui-se aquela separação que já está implícita na separação dos indivíduos do caráter concreto, imediatamente social de seus trabalhos: o trabalhador é separado das condições objetivas do trabalho (meios de produção e instrumentos de trabalho) e, por consequência do próprio trabalho.<sup>30</sup>

Separada das condições objetivas do trabalho, a própria força de trabalho se converte em mercadoria, mercadoria peculiar cujo valor de uso consiste em ser o elemento criador do valor. É exatamente essa peculiaridade da mercadoria força de trabalho, de ser substância do valor, que possibilita a seu comprador extrair dela um excedente de valor ou mais-valia.<sup>31</sup>

Com a transformação do dinheiro em capital e da força de trabalho em mercadoria completa-se aquela alienação já implícita nas categorias troca e dinheiro. Trabalho e capital passam, daqui por diante, a se contraporem. A sociedade mercantil, e o capitalismo como sua feição acabada, está assim assentada no valor e na troca, não

---

<sup>28</sup> Como será visto adiante, Karl Polany considera o dinheiro uma mercadoria fictícia.

<sup>29</sup> Karl Marx, O Capital, Volume I, Livro I, Cap. 3.

<sup>30</sup> Cláudio Napoleoni, O Valor na Ciência Económica, Cap. 3, item 3. 3.

<sup>31</sup> Karl Marx, O Capital, Volume I, Livro I, Cap. IV.

**como elementos naturais, mas como relações de produção que, embora criadas pelo homem, acabam por dominá-lo, ao mesmo tempo em que esta dominação aparece como “natural”. O fim da alienação para Marx só será alcançada quando o advento do socialismo colocar fim à sociedade mercantil.**

## 2.2- Mercado e Capitalismo Maduro

Esta é a forma pela qual o mercado é tratado nas duas principais correntes de Economia Política: a clássica/neoclássica e a marxista. A questão que se impõe diante das modificações por que passou o capitalismo é em que medida estas duas posições radicalmente distintas ainda hoje podem ser aceitáveis.

Começemos alinhando rapidamente as mudanças estruturais porque passa o capitalismo a partir do final do século passado, ou seja, a partir da Segunda Revolução Industrial, que marca a plena constituição do capitalismo. A partir da Segunda Revolução Industrial, altera-se a forma de concorrência inter-empresas predominante até então. Como consequência do processo de centralização e concentração do capital, vão emergindo unidades produtivas cada vez maiores que sozinhas, ou em pequenos grupos, dominam os vários mercados de oferta. Ao mesmo tempo que, em razão da concentração relativa da produção e das vendas e da complexificação da tecnologia utilizada, aumenta a dimensão das plantas industriais, aumenta também o requisito de capital necessário a um novo empreendimento, o que aliado à questão da obtenção de tecnologia, constitui barreira à entrada de novos competidores no mercado.<sup>32</sup> O que isso significa para a questão do mercado é que a grande dimensão das empresas torna sua subordinação ao mercado algo insuportável e, por outro lado, seu tamanho possibilita-lhe influenciar o mercado.

As grandes empresas podem influenciar o mercado não apenas porque sua posição de oligopólio lhes permite fixar os preços de venda ou porque sua condição de

---

<sup>32</sup> Paolo Sylos Labini, Oligopólio e Progresso Técnico, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas, Introdução e Parte II, Cap. I.

oligopsônio lhes permite fixar os preços de compra, mas também porque elas podem firmar contrato com seus fornecedores (ou fornecer a elas mesmas, através de integração vertical) e condicionar sua demanda através da publicidade.<sup>33</sup>

Como já dito no capítulo 1, o padrão tecnológico que emerge da Segunda Revolução Industrial condicionou as grandes empresas modernas no tocante ao planejamento e à organização. Os requisitos de matérias-primas, de partes e componentes altamente especializados, de mão-de-obra especializada (operários, técnicos, engenheiros, publicitários, administradores, etc.) e o lapso de tempo e os gastos necessários para que novos produtos possam ser ofertados, obrigam as empresas a planejarem. Qualquer erro nos vários níveis de planejamento pode resultar em enormes prejuízos financeiros às empresas. De forma semelhante, a tecnologia exige a organização dos trabalhos dos inúmeros especialistas. Na medida portanto em que se complexifica a gestão das empresas e o processo produtivo, vai emergindo uma tecnoestrutura (uma burocracia nos termos de Weber) que passa a ter o controle sobre o processo produtivo.<sup>34</sup>

A necessidade de racionalização na administração impõe-se também sobre o Estado, onde também uma burocracia pública toma o poder. Paralelamente ao desenvolvimento de uma burocracia pública, o Estado passa a intervir na economia a fim de evitar flutuações bruscas na produção e no emprego e a fim de praticar políticas sociais compensatórias. A intensificação da intervenção do Estado na economia foi necessária por várias razões. Primeiro, porque uma vez plenamente constituído o capitalismo, a produção se desenvolve na forma de ciclos econômicos,

---

<sup>33</sup> John Kenneth Galbraith, O Novo Estado Industrial, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, Caps. II e III.

<sup>34</sup> *Ibidem*, Caps. II, III e IV.

gerando as flutuações que causam prejuízos enormes às empresas — devido à inflexibilidade do investimento, dos altos custos envolvidos e do grande lapso de tempo necessário entre o início e o fim do processo produtivo — e aos países. Segundo, porque a burocracia pública e privada se entrelaçam, possuindo aspirações e interesses muitas vezes convergentes. Por fim, porque as contradições do desenvolvimento capitalista deram ensejo a movimentos organizados que passaram a pressionar o Estado para implementar políticas sociais.<sup>35</sup> A intervenção do Estado, embora com inúmeras gradações, tornou-se lugar comum depois da Grande Crise de 1929/33 e após a publicação da “Teoria Geral” de Keynes em 1936.<sup>36</sup> A partir do momento, portanto, que o Estado substitui algumas funções antes desempenhadas pelo mercado, as crises econômicas são modificadas, retardadas e/ou absorvidas. No entanto, a intervenção do Estado está submetida à restrição de não por em perigo o nível de investimento privado, responsável pela dinâmica capitalista, o que implica que a intervenção tem a forma de simples compensações dos efeitos colaterais do mercado. A intervenção estatal tinha no capitalismo liberal duas dimensões centrais: assegurar, através de mecanismos militares e jurídicos-institucionais, a existência da produção capitalista e prover a infra-estrutura necessária ao funcionamento da produção capitalista. Aliada à estas duas dimensões, a intervenção estatal agora também visa estabilizar as flutuações cíclicas e manter a demanda agregada necessária à realização da produção.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, Caps. VII, XXVI e XXVII.

<sup>36</sup> John Maynard Keynes, The General Theory of Employment, Interest e Money, 2a. ed., Londres, Macmillan, 1973.

<sup>37</sup> Jürgen Habermas, Teoria de la Accion Comunicativa, Madrid, Taurus, 1988, Tomo II, Cap. VIII.

Aliado às duas modificações estruturais porque passa o capitalismo a partir do final do século XIX — a saber, a crescente intervenção do Estado na economia, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema, e a oligopolização dos principais mercados —, verifica-se uma crescente interdependência entre pesquisa e tecnologia aplicada ao processo produtivo, que tornou as ciências a principal força produtiva do capitalismo e, a partir do final dos anos 70, deslocou o trabalho de sua posição central no processo produtivo.<sup>38</sup>

Em que medida tais modificações estruturais do capitalismo, a Crise de 29/33 e os experimentos socialistas nos proporcionam elementos para reavaliar a concepção clássica/neoclássica e a marxista do papel do mercado sob o capitalismo? Começemos pela concepção de Smith. A emergência de estrutura de mercados oligopólicas, onde as empresas tem poder de controlar os preços e de condicionar a demanda e onde existem barreiras à entrada de novos produtores, viola os pressupostos da livre concorrência implícitos na teoria de Smith e dos neoclássicos. Na verdade, mesmo naqueles setores onde o oligopólio ainda não predomina, como é o caso de alguns mercados agrícolas, a concorrência não é livre, dado que há a presença de oligopsônios e do Estado a controlar a produção e os preços de venda.

Embora desde a Segunda Revolução Industrial o crescimento do capitalismo se revelasse cíclico, foi apenas a partir da crise de 1929/33, que a “lei de Say” foi abandonada como principal dogma da economia política e que se torna clara a necessidade do Estado intervir na economia afim de evitar as crises econômicas. Foi

---

<sup>38</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’”, in Bejamin, Habermas, Horkheimer e Adorno, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, Col. Os Pensadores e A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio; também Claus Offe, “Trabalho como Categoria Sociológica Chave?”, in Claus Offe, Trabalho e Sociedade, RJ, Tempo Brasileiro, 1989, Vol. I, Cap. 1.

também no bojo da crise de 1929 que vieram a tona os trabalhos de Keynes e Kalecki, ambos mostrando que não é a produção que determina os gastos, como está implícito na “lei de Say”, e sim o contrário.<sup>39</sup> A partir de então, fica clara a flagrante incompatibilidade do liberalismo econômico baseado na “lei de Say” com o capitalismo plenamente desenvolvido e se torna clara a necessidade da intervenção do Estado na economia, seja para evitar as crises econômicas, seja para corrigir as distorções na distribuição da renda gerada pelo mecanismo de mercado.<sup>40</sup>

Aliás, como foi amplamente discutido por Polanyi, mesmo antes da emergência do capitalismo oligopólico, o mercado auto-regulável jamais pôde funcionar sem a ajuda de algum tipo de controle externo. O mercado não surgiu de qualquer propensão inata à natureza humana para a troca, mas nasceu numa esfera externa à economia dos povos primitivos. Os primeiros mercados tiveram origem a partir do comércio de longa distância, que objetivava conseguir bens localizados fora dos limites do distrito de uma tribo ou aldeia. Foram, portanto, muito mais o resultado da localização geográfica dos bens e da divisão do trabalho determinada pela localização espacial dos bens, do que uma explicitação de tendências inatas aos homens. Essas primeiras trocas e esses “mercados” assim formados, não estavam organizados tendo por base o princípio da permuta, mas da reciprocidade. A presença ou a ausência desse comércio e desse mercado não afetavam necessariamente o sistema econômico das sociedades primitivas. Enquanto o comércio permaneceu como comércio externo, ele era essencialmente um comércio complementar, subordinado a outros princípios de comportamento econômico e, portanto, incapaz de subordinar a sociedade e seu

---

<sup>39</sup> Veja-se John Maynard Keynes, op. cit., e Michal Kalecki, Teoria da Dinâmica Econômica, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, Col. Os Economistas.

<sup>40</sup> Mario Luiz Possas, Dinâmica da Economia Capitalista, SP, Brasiliense, 1987 e Jorge Miglioli, Acumulação de Capital e Demanda Efetiva, SP, T.A. Queiroz, 1987.

sistema econômico aos seus padrões. O passo decisivo da subordinação da sociedade ao padrão de mercado se deu a partir do momento que os mercados locais e municipais foram unificados em um mercado nacional, o que só ocorreu na Europa Ocidental através da intervenção do Estado. Assim, o desenvolvimento de um mercado auto-regulável só pôde ser realidade mediante a ação do Estado, que foi decisiva para garantir seu funcionamento.<sup>41</sup>

Da mesma forma, as mudanças estruturais por que passa o capitalismo a partir do final do século passado e o experimento “socialista” nos proporcionam elementos para avaliar a contribuição de Marx. O mercado até o capitalismo liberal não cumpria apenas a função de integração social, mas também de legitimação da dominação de classe através da ideologia da troca justa.<sup>42</sup> A partir do momento em que o Estado é obrigado a intensificar a sua intervenção na economia para evitar disfunções, a dominação passa a ser imediatamente política e a própria política deixa de ser um fenômeno da superestrutura:

“Se a sociedade não mais continua a se auto-regular ‘de maneira autônoma’ como uma esfera subjacente ao Estado e por ele pressuposta — e essa era a verdadeira novidade do modo capitalista de produção — , a sociedade e o Estado não estão mais numa relação que a teoria marxista determinou como relação entre a base e a superestrutura. Mas, então, uma teoria crítica da sociedade também não pode mais ser formulada exclusivamente em termos da crítica da economia política”.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Karl Polanyi, A Grande Transformação, Parte II, Cap. 5 e 6.

<sup>42</sup> Jürgen Habermas, A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, 2a. ed., RJ, Tempo Brasileiro, 1994, Cap. 4.

<sup>43</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’”, pág. 318.

O fato da ciência se transformar em técnica e do trabalho vivo ter sido deslocado de sua posição central no processo produtivo não só levanta dúvidas quanto à plena aplicabilidade da teoria do valor trabalho ao capitalismo plenamente desenvolvido, como também levantam dúvidas quanto a possibilidade do trabalho se tornar novamente imediatamente social com a advento do socialismo.<sup>44</sup>

Como a experiência soviética mostrou, não é possível numa economia complexa abdicar-se do mercado: é só através do vínculo que este estabelece que o trabalho abstrato pode adquirir validação social. A troca é a fase determinante do processo de produção social, na medida em que é só através dela que o trabalho privado poderá ou não se transformar em valor: só tem valor o trabalho aplicado em mercadorias úteis. A utilidade ou valor de uso, porém, só se expressa no mercado através da demanda. Ao se remover o mercado e o vínculo, mesmo imperfeito, que este estabelece entre esforço e necessidade, o resultado é a escassez ou a superprodução, porque através do planejamento é impossível aferir corretamente a estrutura da demanda social; em outros termos, a concorrência e a demanda co-determinam os valores.<sup>45</sup>

Mas se o mercado e alguma forma de dinheiro são indispensáveis, como auxiliares ao plano, para o bom funcionamento de uma economia socialista torna-se impossível um resgate do caráter imediatamente social do trabalho, como pensava Marx. Segundo Alec Nove, a suposição de Marx de que o planejamento poderia substituir o mercado se apoia numa separação artificial entre valor de uso e valor e na crença de que a abundância, tornada absoluta sob o socialismo, permitiria o fim dos

---

<sup>44</sup> Jürgen Habermas, "Técnica e Ciência Enquanto 'Ideologia'", e André Gorz, Adeus ao Proletariado, RJ, Forense Universitária, 1982.

<sup>45</sup> Alec Nove, A Economia do Socialismo Possível, SP, Ática, 1989, Parte I e II.

**custos de oportunidade e, conseqüentemente, a eliminação do conflito sobre a alocação dos recursos escassos:**

**“A abundância elimina o conflito sobre a alocação de recursos, já que, por definição, existe o suficiente para todos e, assim, não existem escolhas mutuamente exclusivas, nenhuma oportunidade deixa de ser aproveitada e, portanto, não há custos de oportunidade. A idade de ouro, um equilíbrio estável comunista, teria sido alcançada. Mudanças graduais, crescimento, serão simples e sem dor. A tarefa da planificação torna-se simples rotina; o papel da economia é virtualmente eliminado”.**<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Alec Nove, A Economia do Socialismo Possível, Parte I, pág. 34.

## 2.3- As Mercadorias Fictícias

Uma economia de mercado é um sistema econômico regulado *essencialmente* pelos preços formados em um mercado auto-regulável. A auto-regulação, ao seu turno, implica que toda produção é produção de mercadorias e que todas as rendas do sistema econômico derivam da venda de mercadorias. Para que isso seja possível, é necessário que haja mercados para todos os componentes da indústria, sejam eles produtos e serviços, sejam eles terra (recursos naturais), trabalho e dinheiro (capital).<sup>47</sup>

A questão é que, por definição, uma mercadoria é algo produzido para a troca e tanto o trabalho, como os recursos naturais e o dinheiro não são produzidos para a troca e, por isso, não são na verdade mercadorias genuínas. Trabalho é só outro nome para a atividade humana que acompanha a vida e o homem não é produzido para a venda no mercado, mas por motivos completamente externos ao mercado. O mesmo é verdade com relação à terra, ou natureza, que não é produzida pelo homem e também com relação ao dinheiro que, enquanto símbolo do poder de compra, não é produzido, mas apenas adquire validação social mediante a compulsão das autoridades monetárias, ou seja, porque seu curso e aceitação são impostos à sociedade pelas autoridades monetárias.<sup>48</sup>

Na medida em que a economia capitalista é uma economia mercantil e que o trabalho, a terra e o dinheiro são elementos absolutamente essenciais da produção industrial ou não, eles também tiveram que ser organizados em mercados, em grupos

---

<sup>47</sup> Karl Polanyi, A Grande Transformação, Parte II, Cap. 6.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

de oferta e procura. Como esses elementos não são mercadorias genuínas, sua inserção nos mercados reais como mercadorias é inteiramente fictícia: “Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro. Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes reais, e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a formação de tais mercados poriam em perigo, *ipso facto*, a auto-regulação do sistema. A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas”.<sup>49</sup>

Utilizando a distinção entre mercadorias genuínas e fictícias para analisar a história do desenvolvimento dos mercados sob o capitalismo, percebe-se um duplo movimento: por um lado a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas e, por outro, a restrição à regulação do mercado em relação às mercadorias fictícias. A explicação para tanto é simples. Permitir que um mecanismo tão impessoal como o mercado fosse o único diretor do destino das mercadorias fictícias seria o mesmo que condenar a sociedade ao desmoronamento.

Como a força de trabalho não pode ser utilizada ou mesmo não utilizada (desemprego) sem afetar o seu portador, o indivíduo humano, ao entregar a força de trabalho à regulação cega do mercado estaria também subordinando ao mercado sua entidade física, psicológica e moral. Ao transformar a força de trabalho numa mercadoria, sujeitando-a às leis do mercado, estava-se ao mesmo tempo aniquilando todas as formas orgânicas de existência e substituindo-as por uma organização

---

<sup>49</sup> Karl Polanyi, A Grande Transformação, Parte II, Cap. 6, pág. 85.

atomista e individualista.<sup>50</sup> Para que fosse plena a subordinação da força de trabalho ao mercado era necessário que nada interferisse com a mobilidade da mão-de-obra e com a flexibilidade dos salários. Para tanto, era necessário que todas as relações não-contratuais de vizinhança, parentesco, profissão e credo fossem eliminadas em favor do princípio do livre contrato de trabalho. Isto, *per si*, já implica numa forma de interferência no mecanismo de mercado: “Representar esse princípio como o da não-interferência, como os liberais econômicos propunham fazer, era expressar simplesmente um preconceito arraigado em favor de uma espécie definida de interferência, isto é, a que iria destruir as relações não contratuais entre indivíduos e impedir sua reformulação espontânea”.<sup>51</sup> Privados da cobertura protetora das instituições culturais e desprovidos da propriedade dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho, isto levaria os homens à mais completa destruição e, para evitá-la, é que a sociedade foi obrigada a restringir a auto-regulação do mercado sobre a força de trabalho. É essa reação da sociedade ao livre mercado que deu origem a todo tipo de legislação social e fabril e aos sindicatos que afastaram, de certo modo, o trabalho humano da órbita desse “moinho satânico”, o mercado.<sup>52</sup> Como insiste Polanyi, “Argumentar que a legislação social, as leis fabris, o seguro-desemprego e, acima de tudo, os sindicatos profissionais não interferiram com a mobilidade da mão-de-obra e a flexibilidade dos salários, como ocorre algumas vezes, é deixar implícito que essas instituições falharam redondamente em seu propósito, que foi exatamente

---

<sup>50</sup> Para uma exposição histórica do nascimento do individualismo, veja-se Karl Marx, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, 6a. ed., RJ, Paz e Terra, 1991.

<sup>51</sup> Karl Polanyi, A Grande Transformação, Parte II, Cap. 14, pág.167.

<sup>52</sup> Karl Polany, A Grande Transformação, Parte II, Caps. 6 e 14.

interferir com as leis da oferta e da procura em relação ao trabalho humano, afastando-o da órbita do mercado”.<sup>53</sup>

Da mesma forma que ocorreu com o mercado de trabalho, deixar que os recursos naturais fossem objeto de regulação exclusiva por parte do mercado, ou seja, subordinar a natureza aos imperativos da acumulação capitalista, teria significado uma destruição ambiental muito mais efetiva do que a que se verificou de fato. É por isso que a sociedade foi também obrigada a limitar a ação do mercado sobre os recursos naturais. Por fim, o próprio sistema capitalista teve que ser protegido da administração do mercado sobre o dinheiro, na medida em que a falta ou excesso de poder de compra no mercado são desastrosos para os negócios das empresas. A precoce criação de instituições monetárias, como os bancos centrais, visava exatamente retirar ao mercado a regulação sobre a moeda, evitando uma instabilidade excessiva no sistema capitalista.<sup>54</sup>

Das três mercadorias fictícias, uma se destaca mais, o trabalho, na medida em que a formação de um mercado para ela significou, na verdade, a subordinação da própria sociedade humana ao sistema econômico, modificando completamente as formas de vida do povo. É sob este mercado específico que passamos a concentrar nossas atenções.

---

<sup>53</sup> Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, Parte II, Cap. 14, pág. 179.

<sup>54</sup> Karl Polanyi, *op.cit.*, Parte II, Caps. 6, 15 e 16.

## 2.4- O Mercado de Trabalho

A produção da própria existência, na forma de intercâmbio entre homem e natureza colocou a todas as sociedades duas formas de desafios institucionais: para que a produção material pudesse se processar, ela teria que ser abastecida com o trabalho por ela requerida; os trabalhadores engajados no processo produtivo, ao seu turno, devem ser abastecidos com os meios de subsistência necessários e com os meios de subsistência sociais (*status*). Nas sociedades pré-capitalistas predominavam formas institucionais de resolver este duplo desafio, em que o tipo e o nível dos meios de subsistência dependiam de outros fatores e não da contribuição dos indivíduos para a produção social. Sob o capitalismo, é o mercado de trabalho que resolve este duplo problema de alocação, na forma de troca entre salários e *inputs* de trabalho, troca esta que coloca vendedores e compradores de trabalho em oposição. À semelhança de qualquer outro mercado, existe uma relação de concorrência em que vendedor e comprador competem com outros vendedores e compradores de força de trabalho, contra os quais devem defender seus próprios direitos para que suas respectivas ofertas e demandas tenham êxito. Esta concorrência exige a busca de estratégias racionais específicas, para o lado da oferta e da demanda.<sup>55</sup>

Do lado dos ofertantes de força de trabalho, estas estratégias envolvem a tentativa de especificar a quantidade, localização e tempo da demanda por trabalho e o ajuste dos salários à disposição dos empregadores em pagá-lo. Para os empregadores, por seu turno, estas estratégias incluem a redução da especificidade de sua demanda, quanto ao tipo e quantidade de trabalho necessário, e, quando for necessário, o

---

<sup>55</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, op. cit., Cap. I.

aumento do preço oferecido para que sua demanda possa ser satisfeita pela oferta disponível. Duas estratégias comuns a ambos os lados — ofertantes e demandantes de força de trabalho — são as tentativas de a) reduzir a intensidade das relações de concorrência de um dos lados do mercado em relação à intensidade da concorrência do outro lado, o que pode ser conseguido através da formação de coalizões; b) de se livrar de suas respectivas dependências com relação ao outro lado, procurando fontes alternativas para satisfação de suas necessidades, o que pode ser conseguido do lado dos empregadores através da racionalização do processo produtivo e do lado da oferta mediante formas de trabalho autônomas.<sup>56</sup>

Em qualquer outro mercado, ofertantes e demandantes de qualquer mercadoria tem a possibilidade de se utilizar destas diversas estratégias concorrências. No que tange ao mercado de trabalho, porém, isto não acontece, o que resulta em um poder assimétrico para o lado da demanda, permitindo-lhe explorar a força de trabalho. Vejamos melhor este ponto.

O mercado de trabalho é um mercado duplamente especial. É especial, em primeiro lugar, porque a força de trabalho é uma mercadoria peculiar, cujo valor de uso consiste em ser fonte de valor.<sup>57</sup> Em segundo lugar, porque embora a força de trabalho seja tratada de fato como mercadoria, sua forma de engajamento no mercado difere das demais mercadorias.<sup>58</sup>

Uma vez plenamente desenvolvido o capitalismo, a regularidade da produção de mercadorias e das trocas assegura que em qualquer relação de troca particular sejam transacionados valores equivalentes. O mecanismo de mercado, assim, assegura que

---

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Volume I, Seção II, Cap. IV.

<sup>58</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Caps. I e II.

qualquer troca seja uma troca de equivalentes. Dessa forma, para que a valorização do capital dinheiro (D-M-D') possa se efetivar é necessário que o proprietário do capital dinheiro encontre na esfera da circulação uma mercadoria cujo valor de uso consista em ser fonte de valor. Esta mercadoria peculiar cujo consumo consiste em objetivação de trabalho é a força de trabalho. Para que o possuidor do capital dinheiro encontre no mercado força de trabalho como mercadoria, duas condições devem ser satisfeitas. Em primeiro lugar, é necessário que o possuidor da força de trabalho possa dispor dela para poder vendê-la, deve pois ser livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Em segundo lugar, o trabalhador tem que ser livre de qualquer propriedade dos meios de produção, de qualquer possibilidade de subsistência fora do mercado de trabalho, afim de que não lhe reste outra opção a não ser vender sua força de trabalho. Portanto, para a transformação do dinheiro em capital, o possuidor do dinheiro precisa encontrar "o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho".<sup>59</sup>

Uma vez que sob o capitalismo já tenham sido gestadas as condições necessárias à formação de um mercado de trabalho, em que o trabalhador duplamente livre possa se confrontar com o proprietário do capital, o valor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, passa a ser determinada pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, na verdade, à sua reprodução, na medida em que ela só existe enquanto disposição do indivíduo vivo. A produção ou reprodução da força de trabalho, assim, consiste naqueles meios materiais ou imateriais necessário à sua

---

<sup>59</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol. I, Seção II, Cap. IV, pág. 136.

reprodução, à subsistência dos trabalhadores e de seus filhos ( alimentos, moradia, educação, etc.). No entanto, em antítese à determinação do valor das demais mercadorias, estas necessidades básicas do trabalhador, ou nível de subsistência, que determina o valor da força de trabalho, ou salário, é um produto histórico e moral e, enquanto tal, variável de época para época, de país para país.<sup>60</sup>

Assim, o possuidor do capital dinheiro ao comprar a força de trabalho, estará pagando ao trabalhador o valor de sua força de trabalho, o salário. No entanto, como a força de trabalho é fonte do valor, ela tem a característica especial, de ao ser utilizada, criar um valor excedente ao necessário à reprodução de seu próprio valor pago pelo capitalista. Na medida em que o capitalista, ao comprar a força de trabalho, pagou por sua utilização, ele pode se apropriar desse excedente, ou mais-valia, criada pelo uso da força de trabalho.<sup>61</sup>

Mas o mercado de trabalho não é somente particular porque o trabalho consiste, ele próprio, em fonte de valor. É especial porque a própria forma de engajamento da mercadoria força de trabalho no mercado difere da entrada no mercado das demais mercadorias. Essa particularidade da força de trabalho é crucial porque limita ao seu possuidor (o trabalhador) a utilização das diversas estratégias racionais de mercado, resultando em uma assimetria de poder em favor dos demandantes de trabalho. Essa assimetria de poder se expressa, na prática, no fato de que o trabalhador sempre se encontra em uma posição desfavorável quando firma um contrato de trabalho em situação de livre concorrência.<sup>62</sup> São várias as razões a explicar porque isto acontece.

---

<sup>60</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol. I, Seção II, Cap. IV.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

<sup>62</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. I.

Primeiro, porque a força de trabalho, embora seja de fato tratada como mercadoria, não ingressa no mercado como faz a maior parte das mercadorias. Enquanto a oferta das demais mercadorias é em grande parte determinada pelas expectativas dos empresários quanto à demanda e as decisões de oferta podem ser revistas com maior ou menor rapidez — dependendo da elasticidade da mercadoria em questão —, isso não acontece com a força de trabalho. A oferta de força de trabalho é determinada por processos demográficos não-estratégicos, pelas regras institucionais da reprodução humana e por processos sócio-econômicos que privam o trabalhador de uma existência fora do mercado. Dessa forma, a quantidade de força de trabalho no mercado é inelástica, o que, por consequência, impede que um eventual excesso desta mercadoria em relação à demanda possa ser revisto pelos ofertantes. Ao contrário de todas as outras mercadorias, uma eventual diminuição no preço da mercadoria força de trabalho (queda dos salários reais), em virtude de um excesso de oferta em relação à demanda, leva ao crescimento da oferta de trabalho no mercado. Isso porque a queda dos salários reais torna impraticável a certos grupos a existência fora do mercado de trabalho, como é o caso de mulheres e filhos que são obrigados a trabalhar quando a renda do marido e pai não é suficiente para manter a família. Em resumo, como o lado da oferta não tem como controlar sua própria quantidade no mercado de maneira estratégica, há uma desvantagem estrutural da mercadoria força de trabalho no mercado.<sup>63</sup>

Segundo, à medida em que os trabalhadores não controlam os meios de produção, sua subsistência material só pode ser adquirida se sua força de trabalho for vendida. Essa dependência da venda de sua mercadoria para poder sobreviver torna

---

<sup>63</sup> Ibidem.

impossível ao trabalhador, em regra geral, poder esperar condições mercadológicas mais favoráveis à venda de sua força de trabalho.

Estas duas limitações à determinação estratégica da magnitude da oferta de força de trabalho no mercado é ainda potencializada na medida em que o lado da demanda (os capitalistas) podem influenciar o aumento da oferta de trabalho no mercado. Para tanto, podem utilizar tecnologias racionalizantes que, ao causar desemprego tecnológico, ampliam o exército industrial de reserva e, portanto, a oferta de força de trabalho potencial no mercado. Assim, uma política quantitativa sistemática, relacionada à oferta de força de trabalho, só se torna possível historicamente quando uma autoridade *externa* ao mercado garante proteção social e trabalhista. As políticas estatais ao garantirem o direito à formação de coalizões, ao criarem obstáculos para a entrada no mercado de uma parte da oferta disponível (através da proibição do trabalho infantil, da regulamentação da jornada máxima de trabalho) e ao tornarem disponível para a força de trabalho excluída do mercado meios de subsistência (através da concessão de aposentadorias e seguro-desemprego), torna disponível aos trabalhadores algumas opções estratégicas que de outro modo não teriam acesso. Nas palavras de Claus Offe: “Isto significa que as opções estratégicas que, de outro modo, são acessíveis aos vendedores das outras mercadorias, no caso da ‘mercadoria’ força de trabalho devem ser facilitadas e garantidas desde o início pela regulamentação política”.<sup>64</sup>

Uma terceira limitação estratégica para o lado dos ofertantes de força de trabalho é que suas necessidades de meios materiais ou imateriais de subsistência permanecem rígidas dentro de um determinado padrão definido material e

---

<sup>64</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. I, pág. 29.

culturalmente. Enquanto os trabalhadores não podem manter a reprodução da força de trabalho com uma queda da renda familiar, a produção pode ser mantida mesmo com uma queda no uso de trabalho por unidade de produto, através de mudanças tecnológicas. Isso implica que, pelo menos a longo prazo, em média, os compradores de trabalho podem se tornar independentes da oferta com maior facilidade do que os vendedores de trabalho podem fazê-lo em relação à demanda.<sup>65</sup>

Por fim, existe uma desvantagem que diz respeito ao potencial qualitativo de adaptação do lado da oferta do mercado de trabalho. Cada trabalhador, por educação ou experiência ocupacional, pode realizar somente algumas funções no processo produtivo, estando sua força de trabalho, portanto, qualitativamente determinada dentro de certos limites. O capital, por outro lado, a curto ou longo prazo passa por uma fase de liquidez em que ele retorna à sua fase de capital-dinheiro e onde seu proprietário é livre para decidir se deseja ou não comprar outros meios de produção apropriados a um determinado uso qualitativo da força de trabalho (com qualificações menores ou diferentes) . Isso dá ao capital uma oportunidade de mobilidade que não tem equivalente no que toca à força de trabalho:

“De fato, e inteiramente diferente do capital, a capacidade de trabalho concreta que os vendedores de trabalho têm a oferecer não passa por uma fase de ‘liquidez’, em que poderia livrar-se de toda determinação qualitativa e, por assim dizer, iniciar uma nova vida; o capital não ‘envelhece’, no sentido rigoroso do termo; em vez disso, movimenta-se em círculos, renovando-se constantemente. Em contraste, os vendedores da força de trabalho só podem variar a qualidade de sua oferta dentro de limites estreitos e, como já dissemos,

---

<sup>65</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. I.

somente devido a formas de apoio (político) externo, como educação e treinamento”.<sup>66</sup>

A variável pela qual os vendedores de força de trabalho podem melhorar sua posição estratégica no mercado — e a que historicamente foi a mais importante das reações adaptativas autônomas da força de trabalho — é a dimensão espacial: emigração, urbanização e viagens diárias até o local de trabalho.

Essa assimetria na capacidade estratégica da oferta e da demanda no mercado de trabalho não resulta apenas num diferencial de poder em favor dos empregadores e na possibilidade de exploração da força de trabalho. Resulta ainda em conflitos estruturais entre ofertantes e demandantes de força de trabalho.

---

<sup>66</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. I, pág. 30.

## **2.5- O Contrato de Trabalho e a Impossibilidade de Eliminação do Diferencial de Poder entre Trabalho e Capital**

A compra de força de trabalho é uma relação estabelecida contratualmente entre trabalhadores e capitalistas. Do ponto de vista legal, trata-se de uma relação livre de troca entre iguais, em que dois equivalentes são transacionados. Marx mostrou, porém, que atrás da ideologia da troca justa, subjacente ao contrato de trabalho, existia na verdade uma relação de exploração e dominação de classes. Sobre isso, em tom irônico, Marx assim se referiu ao contrato de trabalho:

“A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. (...) O único poder que os junta e os leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral”.<sup>67</sup>

Mas o contrato de trabalho não embute somente uma relação de poder e de exploração, embute também uma relação conflituosa entre capital e trabalho, que não pode ser considerada imediatamente derivável das duas primeiras. Um diferencial de

---

<sup>67</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Volume I, Seção II, Cap. IV, pág.141.

poder não necessariamente leva a uma relação política e social conflituosa, na medida em que “poderia ser muito bem uma relação de poder estável, passiva, que se auto-reproduzisse continuamente e a cuja estabilidade e inalterabilidade as respectivas partes, com o tempo, se tornariam, por assim dizer, habituadas”.<sup>68</sup> Da mesma forma, a aparência de liberdade, subjacente ao contrato de trabalho, poderia tornar a exploração não imediatamente perceptível aos explorados, como na verdade ocorre. Vejamos pois, seguindo Offe, como se desenvolve o conflito estrutural entre capital e trabalho em sociedades em que o mercado de trabalho se faz presente, a partir de uma comparação entre o contrato de trabalho e os demais contratos.

O contrato de trabalho difere dos demais contratos de venda porque não estipulam a totalidade das relações entre as partes contratantes. Enquanto nos contratos de venda é expressamente estipulado o que (quantitativa e qualitativamente) passará da propriedade do vendedor para a do comprador, a que condições e a que preço, nos contratos de trabalho, em geral, o trabalho a ser executado em troca do salário não pode ser totalmente especificado, mesmo no caso atípico de tarefas uniformes e rotineiras. A especificação detalhada das tarefas a serem realizadas pelo empregado não podem ser especificadas porque o que o capitalista compra não é uma mercadoria com um valor de uso específico, mensurável ou estimável, mas força de trabalho viva, que permanece sob o controle do trabalhador mesmo depois de ter sido contratualmente colocada à disposição do empregador. O valor de uso que o capitalista extrai da força de trabalho não pode ser desvinculado da disposição para trabalhar do trabalhador, ou seja, a empresa não pode ela própria colocar em funcionamento a força de trabalho comprada, como pode ser feito com qualquer máquina. É essa impossibilidade de prescindir da subjetividade do trabalhador, de sua disposição à

---

<sup>68</sup> Claus Offe, *op. cit.*, cap. I., pág. 32.

cooperar no processo de trabalho, que torna impossível delimitar totalmente as tarefas e a intensidade do trabalho a ser realizado pelo trabalhador e que dá ao contrato de trabalho o caráter apenas de um estrutura contratual. Essa certa indeterminação subjacente ao contrato de trabalho é funcional para o empregador, pois, se ela não existisse, um novo contrato de trabalho teria que ser novamente feito a cada modificação das tarefas concretas a serem executadas pelos trabalhadores.<sup>69</sup>

Essa pequena margem de autonomia e subjetividade deixada ao trabalhador é sempre uma fonte de conflitos, na medida em que o trabalhador tem o interesse de evitar um excesso de esforço no processo de trabalho. O interesse dos empregados em manter sua autonomia, a integridade de sua força física e suas qualificações, entra em conflito com o interesse dos empregadores em maximizar a utilização econômica da força de trabalho, especialmente porque o valor de uso da força de trabalho não está garantido simplesmente pelo fato do trabalhador comparecer ao local de trabalho, como especificado no contrato. São estes conflitos potenciais que tornam imprescindível à organização do trabalho, mas que, não obstante, não pode garantir que o processo de trabalho funcione sem conflitos.

Assim, é de se esperar que, onde fosse possível ao empregador prescindir da subjetividade do trabalhador, de seu estímulo ao trabalho e de sua autonomia no controle de sua atividade, a empresa poderia instalar máquinas ou outros meios materiais de produção. Se não o faz, é porque ainda não é possível, por razões técnicas, organizacionais ou lucrativas, abolir a subjetividade do trabalhador.<sup>70</sup>

Dessa forma, contrastando com os demais contratos, o contrato de trabalho cria uma esfera em que, a não especificação completa das relações entre as partes

---

<sup>69</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Caps. I e II.

<sup>70</sup> *Ibidem*, Cap. I.

contratantes, gera um conflito, uma disputa entre direitos opostos: “Portanto, aqui há uma *antinomia*, direito contra direito, ambos levando a marca da lei das trocas. Entre direitos iguais, a *força decide*”.<sup>71</sup>

Vimos, portanto, que a ficção de que a força de trabalho é uma mercadoria leva a um diferencial de poder entre o lado da demanda e o da oferta e a uma relação estruturalmente conflitiosa entre capital e trabalho. O diferencial de poder, favorável ao lado da demanda no mercado de trabalho, foi historicamente amenizado tanto devido à ação dos sindicatos, como também devido à ação do Estado. Porém, o que é crucial, é que a intervenção dos sindicatos e do Estado (supondo que o Estado realmente quisesse fazê-lo) não podem anular o desequilíbrio global de poder existente entre o lado da oferta e da demanda no mercado de trabalho. Uma tal eliminação do poder na relação de troca entre capital e trabalho significaria que o empregador individual seria tão dependente do empregado como esse o é do empregador; significaria que o trabalhador poderia mudar de emprego ou outros modos de subsistência tão facilmente como o capitalista pode substituí-lo por máquinas ou outras ofertas concorrentes de força de trabalho. Nestas condições fictícias, o mercado de trabalho seria de fato um mercado como qualquer outro, deixaria de ser um mercado especial. Mas assim sendo, os salários reais médios seriam tão altos que já não sobraria nenhum excedente a ser apropriado pelos capitalistas, faltando o incentivo que torna vantajoso ao capitalista se engajar na troca entre capital e trabalho: “A política estatal, assim como a política salarial dos sindicatos, vê-se então diante de um problema de ‘otimização’, no qual o diferencial de poder prevalecente no mercado de trabalho não pode ser deixado sem controle nem pode ser reorganizado em uma

---

<sup>71</sup> Karl Marx, O Capital, citado por Claus Offe in Capitalismo Desorganizado, pág. 37.

direção que levaria o próprio mercado de trabalho, juntamente com seu diferencial de poder correspondente, a desaparecer”.<sup>72</sup>

Na prática, porém, antes dos salários reais atingirem esta magnitude, a queda da taxa de lucro amorteceria a acumulação de capital, lançando milhões de trabalhadores ao exército industrial de reserva, pressionando para baixo os salários e incentivando a substituição de capital variável por máquinas. É por esse motivo, que Marx insiste que os salários são, na verdade, determinados pela acumulação do capital e, a ela, não podem opor resistência. Assim dizia ele: “Para usar uma expressão matemática: a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário”.<sup>73</sup>

Da mesma forma que existe um limite à regulamentação do Estado no mercado de trabalho, que torna impossível, mesmo que ele quisesse, dissolver a disparidade de poder existente entre capital e trabalho, existe também uma resistência política que o impede de manter uma situação permanente de pleno emprego, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>72</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. I, pág. 62.

<sup>73</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Volume II, Seção VII, Cap. XXIII, pág. 183. Está implícito no argumento de Marx uma relação antagônica entre lucros e salários, tanto ao nível agregado quanto ao nível desagregado. Voltaremos a esta questão no capítulo seguinte, ao tratarmos do desemprego estrutural.

### **3- A Globalização e o Mercado de Trabalho**

Num contexto em que, devido à globalização do capitalismo, as fronteiras nacionais se tornaram mais fluidas, o capital — que cada vez mais afirma-se como capital em geral, devido à fusão entre as várias formas de se gerir e realizar riqueza no capitalismo contemporâneo — adquiriu uma mobilidade sem precedentes, fruto da internacionalização do capital e do avanço das comunicações. Essa extrema volatilidade adquirida pelo capital, *per si*, já seria suficiente para causar impactos relevantes sobre o mercado de trabalho.

Como foi discutido no capítulo anterior, mesmo no âmbito dos próprios Estados Nacionais, o capital possuía uma maior “liquidez” qualitativa em relação ao trabalho, já que toda unidade de capital, a curto ou a longo prazo, passa por uma fase de transformação em dinheiro. Essa maior mobilidade dá aos proprietários do capital, ao fim de determinada fase do ciclo do capital-dinheiro, a possibilidade de deslocar seu capital, em parte ou no todo, de um ramo de atividade a outro, bem como de decidir se querem ou não comprar meios de produção apropriados a uma força de trabalho com qualificações diferentes. Essa maior fluidez do capital em relação à força de trabalho permitiu que muitas empresas se deslocassem das grandes cidades, onde a mão-de-obra estava melhor organizada para cidades menores, onde a influência dos sindicatos era menor. Ao seu turno, muitos trabalhadores foram obrigados a se deslocar espacialmente a fim de conseguirem vender sua força de trabalho. Nesse processo de

adaptação espacial da força de trabalho, o trabalhador foi exposto à destruição das relações familiares e sociais locais e, muitas vezes, a riscos de empobrecimento e marginalização.<sup>1</sup>

Hoje contudo, diferentemente do período anterior ao final dos anos 70, as consequências são maiores e mais funestas. Com a globalização e a volatilização do capital, as empresas transnacionais adquiriram a possibilidade de fugir às regulamentações trabalhistas mais “protecionistas” de alguns países, ou de se esquivarem a sindicatos mais fortes, ou ainda de procurar força de trabalho mais qualificada e/ou mais barata além das fronteiras dos Estados Nacionais. E, ao assim procederem, as empresas colocam em “xeque” tanto as conquistas trabalhistas e sociais duramente conseguidas por trabalhadores de muitos países, como os próprios sindicatos.<sup>2</sup> Para fazer frente a um capital globalizado, os sindicatos teriam duas opções: fundar um sindicato também global, uma central sindical mundial; ou coordenar as políticas sindicais dos vários sindicatos nacionais ao nível propriamente mundial. Qualquer estudioso dos problemas enfrentados pelos sindicatos a partir da segunda metade dos anos 70, tem consciência das limitações de se levar a cabo uma tal proposta.

Porém, a questão é ainda mais séria. Esta volatilização se dá num contexto em que a oferta de trabalho global vem se reduzindo fantásticamente. Este desemprego, no entanto, é qualitativamente diferente daquele verificado até então. O desemprego que ora se verifica não é mais um desemprego somente conjuntural, devido a um período de desaceleração cíclica, mas um desemprego estrutural e/ou tecnológico e,

---

<sup>1</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Caps. I, II e III.

<sup>2</sup> François Chesnais, “A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século”.

portanto, persistente. Mais sério, porém, é que, como as tendências observáveis permitem presumir, o desemprego tecnológico tende a se acelerar ainda mais.

Quanto a isto, não deixa de causar espanto que a controvérsia hoje travada sobre as causas do alto e persistente nível de desemprego global seja, em grande parte, a mesma daquela entre Keynes e os economistas neoclássicos — notadamente Pigou.<sup>3</sup> Enquanto parte dos analistas, os liberais, propõe como remédio ao desemprego a flexibilização dos salários e da jornada de trabalho, os keynesianos insistem numa política pública que permita acelerar o investimento e, com ele, o emprego. O que parece comum a estas duas posições teoricamente antagônicas é a presunção de que ainda é possível alcançar uma situação de pleno emprego.

Dada a complexidade das modificações porque tem passado o mercado de trabalho na sociedade global, convém analisar separadamente estas duas grandes modificações pelas quais está passando o mercado de trabalho: a redução da oferta de trabalho global e a formação de uma mercado de trabalho global.

---

<sup>3</sup> Veja-se a respeito, Dudley Dillard, A Teoria Econômica de J.M. Keynes, 6a. ed., SP, Pioneira, 1989, Cap. II.

### 3.1- O Desemprego e a Economia Política

Desde o nascimento da Ciência Econômica, que coincide com a emergência da época especificamente burguesa, os economistas tem revelado uma enorme resistência em admitir o desemprego, senão como um fenômeno friccional e, portanto, passageiro. Em sua obra máxima, cuja primeira edição data de 1776, Adam Smith já adiantara algumas idéias que, mais tarde quando sistematizadas por Malthus em seus “Ensaio Sobre o Princípio da População”, se converteriam nas mãos de Ricardo num axioma da economia política.<sup>4</sup>

Embora não se referindo diretamente à questão do emprego, ao tratar dos mecanismos que determinam o aparecimento de uma taxa natural de salário, Smith faz explicitamente a quantidade da mão-de-obra depender dos níveis de salários. Segundo Smith, quando há um excesso de mão-de-obra no mercado em relação à demanda, os salários caem abaixo do nível de subsistência, entendido como aquele necessário à manutenção e reprodução da força de trabalho. A queda dos salários abaixo do nível de subsistência, ao desestimular os matrimônios e aumentar a mortalidade infantil, força uma diminuição da população e da oferta de trabalho no mercado. Inversamente, se há carência de trabalhadores em relação à demanda, os salários se elevam acima de sua taxa natural (nível de subsistência), estimulando os casamentos e a multiplicação da população. É dessa forma, segundo Smith, que a sociedade regula a produção da força de trabalho, como o faz com qualquer outra mercadoria, em conformidade com sua demanda.<sup>5</sup> Portanto, as flutuações da taxa de

---

<sup>4</sup> Adam Smith, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, Livro I, Cap. VII.

<sup>5</sup> *Ibidem*, Livro I, Cap. VII.

salários ao redor da taxa natural ou nível de subsistência, garantem, como diriam os economistas posteriormente, o pleno emprego da mão-de-obra.

Ricardo, que, como vimos, afirmava que são impossíveis crises de superprodução nas economias capitalistas, uma vez que “a produção cria sua própria demanda”<sup>6</sup>, repetirá os mesmos argumentos utilizados por Smith para afirmar que há uma tendência ao pleno emprego na economia capitalista.<sup>7</sup>

Mesmo que o mecanismo descrito por Ricardo para a manutenção do pleno emprego fosse correto, este só operaria a longo prazo. No entanto, como afirmou Pasinetti: “É bastante impressionante observar quão fortemente Ricardo está convencido da operação deste mecanismo. Para ser exato, ele sempre fala de um processo que operará ‘em última instância’, mas sua ênfase é tão forte que sua análise é sempre feita como se a resposta fosse quase imediata”.<sup>8</sup>

Os economistas neoclássicos manterão a convicção de que o pleno emprego é a situação normal no capitalismo liberal. No entanto, o mecanismo que assegura a tendência ao equilíbrio de pleno emprego é outro, é a perfeita substituição dos fatores de produção trabalho e capital. Embora existam certas diferenças entre os vários teóricos neoclássicos quanto à forma em que a perfeita substituição dos fatores garante o pleno emprego, é possível descrever, em linhas gerais, a operação de tal princípio. Segundo eles, qualquer produção pode ser obtida através das mais variadas combinações de trabalho e capital. Ao decidir-se por uma específica combinação entre trabalho e capital, o empresário estará visando produzir a custos mínimos e a certas

---

<sup>6</sup> Veja-se sobre isto no capítulo 2.

<sup>7</sup> David Ricardo, Principles of Political Economy and Taxation, Cap. XXVI.

<sup>8</sup> Luigi L. Pasinetti, Growth and Income Distribution, pag. 5, citado por Jorge Miglioli, Acumulação de Capital e Demanda Efetiva, SP, T.A. Queiroz, 1987, pág. 30.

quantidades afim de maximizar sua utilidade ou satisfação.<sup>9</sup> Para tanto, ele comparará o preço do trabalho e do capital de tal forma a produzir com um custo mínimo.

O preço do trabalho, ou nível de salário vigente, é determinado pelo ponto de intersecção entre as curvas de oferta e demanda de trabalho. A oferta de trabalho é determinada, por sua vez, pela relação entre a utilidade marginal do trabalho e a “desutilidade marginal do trabalho”. Em outras palavras, o trabalhador aceita trabalhar mais até o ponto em que a desutilidade resultante de um aumento de horas de trabalho (ou seja, o incômodo ou insatisfação resultante do aumento do trabalho) não ultrapasse ou mesmo iguale a utilidade marginal do salário (ou seja, a satisfação resultante do acréscimo de salário).<sup>10</sup> Dessa forma, a oferta de trabalho é função de seu preço de tal forma que ela aumenta ao se elevar os salários e diminui ao se baixar os salários.<sup>11</sup> A demanda por trabalho, ao seu turno, é determinada pela “produtividade marginal do trabalho”, ou seja, as empresas contratam trabalhadores até o ponto em que o produto gerado por um montante adicional de trabalho não se torne inferior ou igual ao custo deste trabalho para a empresa. Dessa forma, a demanda por trabalho é função inversa de seu preço de tal forma que ela cresce ao se baixar os salários e diminui ao se elevar os salários.<sup>12</sup>

Visto isso, o estado tendencial de pleno emprego e com plena utilização de capacidade produtiva pode ser explicado como se segue. Se ocorrer uma falta de força de trabalho em relação ao estoque de capital, os salários se elevam, o que estimula a substituição de trabalho por capital e impede o aparecimento de capacidade produtiva

---

<sup>9</sup> Léon Walras, Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura, SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas, Seção IV.

<sup>10</sup> Willian Stanley Jevons, A Teoria da Economia Política, SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, Cap. V.

<sup>11</sup> Chamando a desutilidade do trabalho de  $D_t$ , o salário de  $p_t$  e a utilidade da moeda de  $U_m$ , temos que:  $D_t = p_t \cdot U_m$ . Veja-se a respeito, Léon Walras, op.cit.

<sup>12</sup> Léon Walras, op. cit. Willian Stanley Jevons, op. cit.

ociosa. Se ocorrer um excesso de força de trabalho em relação ao estoque de capital, os salários baixarão estimulando a substituição de capital por trabalho. O equilíbrio é assim estabelecido quando as modificações dos preços equalizarem as utilidades marginais aos preços.<sup>13</sup> Assim, numa economia de *laissez faire*, há uma tendência ao equilíbrio de pleno emprego, desde que os salários sejam perfeitamente flexíveis.

Uma das principais hipóteses dos modelos neoclássicos de equilíbrio, tal como os de Walras, Jevons ou Menger, é a do progresso técnico como uma constante. No entanto, a introdução do progresso técnico não invalida a tendência ao pleno emprego. Vejamos o porque. O efeito principal de uma inovação tecnológica é o de tornar o capital mais produtivo em relação ao trabalho e com isso incentivar a substituição de trabalho por capital, gerando assim desemprego. No entanto, o desemprego, ao aumentar a oferta de trabalho em relação à demanda, tem por efeito baixar os salários. Esta baixa dos salários faz com que as empresas que utilizam técnicas produtivas intensivas em trabalho tenham uma função de custo tão baixa, ou mais baixa, que aquelas empresas que introduziram a inovação técnica, estimulando a substituição de capital por trabalho e, portanto, absorvendo o desemprego.<sup>14</sup>

Em resumo, para os economistas neoclássicos não é possível desemprego desde que os salários sejam perfeitamente flexíveis. A existência de desemprego no mundo real é constantemente atribuído à recusa dos trabalhadores em aceitar trabalhar pelo salário vigente, pela ação dos sindicatos em tornarem os salários rígidos à queda, ou mesmo pela ação do Estado, que ou impede a flexibilidade dos salários, ou que impede, pela sua intervenção, que “a oferta crie sua própria demanda”. Em termos gerais,

---

<sup>13</sup> Léon Walras, op. Cit. Veja-se também Alfred Marshall, Princípios de Economia Política, SP, Nova Cultural, Col. Os Economistas.

<sup>14</sup> Knut Wicksell, Lições de Economia Política, SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas, Livro Primeiro, Parte III, Cap. 2.

assim, tanto para os economistas clássicos, como para os neoclássicos, a culpa pelo desemprego cabe aos próprios trabalhadores. Não é de se estranhar, portanto, que, diante da dominância absoluta da escola neoclássica até a Crise de 1929\33, tenha havido por parte dos economistas uma resistência tremenda em admitir o desemprego, senão como desemprego friccional ou desemprego voluntário.<sup>15</sup>

A reação a esta postura que admitia o pleno emprego como fenômeno normal no capitalismo liberal coube a Marx, Keynes e Kalecki. O que é comum aos três é a tentativa de mostrar que os salários não são determinados pelos trabalhadores, como afirmam os neoclássicos e que, portanto, o desemprego não é causado pela recusa dos trabalhadores em trabalhar pelo salário vigente.

Marx, no seu extenso capítulo sobre a maquinaria,<sup>16</sup> esforçou-se em mostrar que o aumento da composição orgânica do capital é uma tendência imanente à lógica capitalista de produção. O constante incremento do capital social, a reprodução ampliada do capital, requer um emprego cada vez maior de força de trabalho. No entanto, nos momentos em que a acumulação de capital se intensifica a maior demanda por trabalho faz com que o exército industrial de reserva diminua forçando uma alta dos salários. Esta alta dos salários por sua vez, ao diminuir a taxa de mais-valia, amortece a própria acumulação de capital e, com ela a própria razão do aumento dos salários. O amortecimento da acumulação do capital, ao recompor o exército industrial de reserva, força a baixa dos salários em torno do nível de subsistência. Porém, a alta dos salários induz os capitalistas à substituição de trabalhadores por máquinas — o que se traduz num crescimento da composição orgânica do capital — as quais, ao

---

<sup>15</sup> Veja-se, como exemplo desta posição, José Pastore, Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva, SP, LTR, 1995, especialmente Introdução e Cap. I.

<sup>16</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol. II, Seção IV, Cap. XIII.

incrementarem a produtividade do trabalho, ampliam a extração de mais-valia relativa.

Se a alta dos salários é um dos determinantes da introdução de máquinas que materializam inovações técnicas, ela não é porém a mais importante. A introdução de inovações técnicas é ditada pela busca incessante do lucro extraordinário e sua generalização é forçada pela concorrência inter-capitalista, que impõe sob pena de ruína aos capitalistas individuais o constante revolucionamento do processo produtivo.

Como afirma Marx:

“A máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho. Durante esse período de transição, em que a produção mecanizada permanece uma espécie de monopólio, os lucros são, por isso, extraordinários...”<sup>17</sup>

Esta crescente composição orgânica do capital, induzida pela busca incessante da exploração do trabalho, é a causa da existência permanente de uma superpopulação

---

<sup>17</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol. II, Seção IV, Cap. XIII, pág. 29. Sobre a introdução de inovações tecnológicas enquanto condicionada pela busca do lucro extraordinário, veja-se Mário Luiz Possas, Dinâmica e Concorrência Capitalista: uma interpretação a partir de Marx, SP, Hucitec/Unicamp, 1989, Cap. II, onde há uma interessante proposta de vinculação entre as abordagens de Marx e Schumpeter a este respeito.

relativa sob o capitalismo. Nas palavras de Marx: “Como máquina, o meio de trabalho logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói”.<sup>18</sup>

Assim, para Marx, os salários são determinados pela intensidade da acumulação do capital, de tal forma que sua taxa não possa opor limites à própria reprodução ampliada do capital. Da mesma forma, o desemprego é um elemento essencial da acumulação, na medida em que ele permite salários baixos e uma superpopulação relativa para suprir as necessidades de expansão da produção capitalista.

Não obstante a análise de Marx mostrando que os salários são uma variável dependente da acumulação de capital e que o desemprego é uma característica inerente ao funcionamento do sistema capitalista, a política econômica adotada pela maioria das nações capitalistas se baseava na premissa neoclássica de que o pleno emprego é a situação normal do capitalismo e que o desemprego era fruto de uma rigidez dos salários. Em plena Crise de 1929, quando os índices de desemprego atingiram níveis assustadores, os economistas ainda pregavam a flexibilização dos salários e a não intervenção do Estado como forma de se superar a crise e de se restabelecer o pleno emprego. Foi neste contexto que a teoria neoclássica recebeu um duro golpe, com a publicação em 1936 da “Teoria Geral” de Keynes.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol.II, Seção IV, Cap. XVIII, pág. 46.

<sup>19</sup> John Maynard Keynes, The General Theory of Employment, Interest and Money. Na verdade, antes da publicação da obra de Keynes, Kalecki já havia publicado três artigos que continham, em essência, os mesmos princípios básicos da “Teoria Geral”. Porém, até os anos 70, os estudos de Kalecki permaneceram quase desconhecidos, sendo em geral tratado como um keynesiano, inclusive pelos marxistas.

Keynes argumentava que os trabalhadores e seus sindicatos só podiam fixar os salários nominais, já que os salários reais dependiam do nível geral de preços fixado pelas próprias empresas. Dessa forma, embora os salários nominais sejam rígidos, porque acordados contratualmente, o mesmo não ocorre com os salários reais, que são os que realmente interessam para as empresas.<sup>20</sup> Por este motivo, não se pode culpar os trabalhadores pelo desemprego. Para ele, o desemprego era resultante de uma conjuntura recessiva, derivada da insuficiência de demanda efetiva para a produção, hipótese não contemplada pela teoria neoclássica devido ao seu apego ao princípio de que a “produção gera sua própria demanda”.<sup>21</sup> Se portanto o desemprego é fruto de uma insuficiência na demanda agregada, a queda dos salários reais, ao diminuir o poder de compra dos trabalhadores, *ceteris paribus*, só causaria uma nova queda da demanda agregada e, por consequência, dos níveis de emprego.<sup>22</sup>

Tanto para Keynes, como para Kalecki, a única forma de se combater esta forma de desemprego conjuntural era mediante a ação do Estado, que poderia induzir, mediante seus gastos, um aumento da produção agregada até que a economia atingisse o ponto de pleno emprego. Neste ponto, porém, reside uma grande diferença entre as abordagens de ambos. Keynes, pelo fato de empreender uma análise de curto prazo, tomava o progresso técnico como uma variável dada. É exatamente essa peculiaridade de sua análise que lhe permitia afirmar que nível de produção e nível de emprego são variáveis proporcionais e positivamente correlacionadas.<sup>23</sup> Ao não levar em conta a

---

<sup>20</sup> J. M. Keynes, *op. cit.*, Cap. II.

<sup>21</sup> Veja-se J. M. Keynes, *op. Cit.*, Caps. 3 a 18.

<sup>22</sup> J. M. Keynes, *op. Cit.*, Cap. 19; veja-se também Michal Kalecki, “Salários Nominais e Reais” e “Luta de Classe e Distribuição da Renda Nacional”, in Michal Kalecki, Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, SP, Hucitec, 1987, ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli.

<sup>23</sup> John Maynard Keynes, The General Theory of Employment, Interest and Money, Caps. 3 e 18.

influência do progresso técnico sobre o nível de emprego e ao restringir sua análise à esfera puramente econômica, resultava possível aos seus olhos que o Estado induzisse um aumento no nível de produção até que a economia alcançasse o nível de pleno emprego e, neste ponto, poderia mantê-la. Bastava para isso que o Estado aumentasse seus gastos e os mantivesse, no ponto de pleno emprego, na magnitude exata para compensar a poupança (no sentido de não gasto de uma parte dos rendimentos nacionais) dos agentes econômicos, mesmo que para isso fosse preciso incorrer em déficits orçamentários.

A única qualificação que Keynes impunha a este tipo de política é a de que, quanto maior o nível de produção e de emprego, menor seria a propensão marginal a consumir e, por consequência, maior a poupança nacional que os gastos públicos deveriam esterilizar. Como o multiplicador do investimento ( $K$ ) é igual, sujeito a certas condições, ao multiplicador do emprego ( $K'$ ), e que o multiplicador do investimento é tanto menor quanto menor for a propensão marginal a consumir,<sup>24</sup> resulta que quanto maior o nível de produção e renda alcançados por uma determinada sociedade, mais difícil se torna conseguir ulteriores aumentos na produção e no emprego.<sup>25</sup>

Portanto, embora Keynes acreditasse possível ao Estado manter a economia em pleno emprego, ele tinha a percepção de que, com o desenvolvimento econômico,<sup>26</sup> esta política se tornaria cada vez mais difícil.

Kalecki, por seu turno, não restringia sua análise ao curto prazo e a incorporação do progresso técnico era um dos pontos fundamentais de sua teoria,

---

<sup>24</sup> O multiplicador do investimento é o inverso de um menos a propensão marginal a consumir, ou ainda, é igual ao inverso da propensão marginal a poupar.

<sup>25</sup> J. M. Keynes, op. cit., Livro III, Caps. 8, 9 e 10.

<sup>26</sup> Desenvolvimento econômico no sentido restrito em que Keynes emprega o termo.

especialmente no tocante ao incentivo à investir.<sup>27</sup> Entre outras consequências do progresso tecnológico, Kalecki destacava a redução permanente da participação do trabalho por unidade de produto, o que para ele não era apenas a consequência do aumento da produtividade do trabalho, mas também da particularidade do progresso técnico sob o capitalismo ser intensivo em capital.<sup>28</sup> Tal percepção das características que o progresso técnico apresenta sob o capitalismo, paradoxalmente, porém, não abalava sua convicção de que os instrumentos de política econômica à disposição do Estado poderiam proporcionar-lhe as condições necessárias para a indução do pleno emprego.

No entanto, embora o Estado tenha aprendido o “truque financeiro” para produzir e manter o pleno emprego, aspectos políticos o impediam de assim proceder. Segundo ele, a maior resistência à manutenção do pleno emprego por meio das despesas governamentais vem dos “líderes industriais”. Estes se opõem a este tipo de política não só porque condenam pura e simplesmente a intervenção do Estado na economia, mas principalmente porque temem as mudanças políticas e sociais que resultariam dessa situação: a demissão deixaria de cumprir sua missão de medida disciplinar, cresceriam as greves por maiores salários e por melhores condições de trabalho, o que aumentaria a consciência política dos trabalhadores e criaria tensões políticas.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Veja-se, por exemplo, Michal Kalecki, “Tendência e Ciclo Econômico”, in Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, 2a. Ed., SP, Hucitec, 1987, textos organizados e traduzidos por Jorge Miglioli; e “Um Teorema Sobre o Progresso Técnico”, in Jorge Miglioli, org., Kalecki, SP, Ática, 1980, col. Grandes Cientistas Sociais, número 16.

<sup>28</sup> Michal Kalecki, “Um Teorema sobre o Progresso Técnico”.

<sup>29</sup> Michal Kalecki, “Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego”, in Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.

Assim, embora o pleno emprego signifique maiores lucros — porque a produção se encontra em seu maior nível, dado o estoque de força de trabalho existente — ele jamais será mantido: “... os líderes empresariais apreciam mais a ‘disciplina nas fábricas’ e a ‘estabilidade política’ do que seus lucros. Seu instinto de classe lhes diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal”.<sup>30</sup>

Em resumo, grande parte dos economistas ou não aceita a existência do desemprego (neoclássicos), ou acredita possível, através de políticas macroeconômicas, revertê-lo (keynesianos e kaleckianos). O aumento das taxas de desemprego, verificadas a partir de meados dos anos 70, ao se mostrar irreversíveis por políticas de macroeconômicas de tipo keynesiana ou kaleckiana, tem possibilitado o ressurgimento do argumento neoclássico recomendando a flexibilização das taxas de salário como remédio ao desemprego, ou, em alguns casos, aceitando níveis crescentes de desemprego como transitórios, em face do ajustamento do sistema a um novo equilíbrio de pleno emprego, ao qual foi momentaneamente desviado pelas novas tecnologias.

---

<sup>30</sup> Michal Kalecki, “Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego”, pág. 56.

### 3.2- Tecnologia e Desemprego

Embora o desemprego que tem se verificado nas últimas décadas, não seja um fenômeno novo, ele é diferente daquele ao qual Keynes e Kalecki se referiam. À época que estes autores publicaram seus trabalhos o desemprego predominante era o de tipo conjuntural, ou seja, era um desemprego causado predominantemente por uma conjuntura cíclica recessiva ou depressiva e, como tal, era facilmente reversível à medida em que a conjuntura econômica se revertia. O desemprego que desde meados dos anos 70 vem se verificando, porém, é qualitativamente diferente, na medida em que não é reversível por uma retomada do crescimento econômico. É claro, todavia, que aliado a este desemprego não-conjuntural soma-se, de épocas em épocas, um desemprego conjuntural, que aprofunda as já alarmantes e crescentes taxas de desemprego verificadas na maioria dos países desenvolvidos.

Muitos autores tem qualificado este novo tipo de desemprego por desemprego estrutural ou tecnológico. Para eles, desemprego estrutural e tecnológico são sinônimos.<sup>31</sup> Sem dúvida, o que está por trás do desemprego atualmente verificado é um aumento assustador da composição orgânica do capital devido às novas técnicas produtivas altamente intensivas em capital, porém, desemprego estrutural e tecnológico não são uma e mesma coisa. Uma correta distinção entre os dois tipos de desemprego é fundamental pois tratá-los como fenômeno único obscurece tanto a correta compreensão do fenômeno, como também impede a tentativa de formular

---

<sup>31</sup> Veja-se, como exemplo, Adam Schaff, A Sociedade Informática, 4a. ed. , SP, UNESP/Brasiliense, 1993, Caps. 1 e 2.

estratégias políticas corretivas.<sup>32</sup> Dessa forma, embora não facilmente distinguíveis empiricamente, é necessário classificar corretamente os tipos de desemprego existentes.

A princípio, descartando a distinção entre desemprego voluntário e involuntário<sup>33</sup> — uma vez que o desemprego moderno é claramente de tipo involuntário<sup>34</sup> —, pode-se classificar o desemprego em três tipos básicos: estrutural, tecnológico e conjuntural. O desemprego conjuntural é aquele que se origina de uma conjuntura cíclica desfavorável (fases de recessão ou depressão cíclicas), causada por uma insuficiência de demanda efetiva para a produção agregada e, como tal, auto-reversível à medida em que a conjuntura econômica se reverte (fases de recuperação e auge cíclico). Este tipo de desemprego conjuntural ou cíclico é aquele que mais facilmente pode ser debelado através de políticas macroeconômicas que incentivem o aumento da demanda efetiva e, por consequência, o aumento da produção agregada (muito simploriamente chamadas de “políticas de tipo keynesiana”). O desemprego estrutural, por sua vez, é aquele que resulta de uma desproporção qualitativa entre a demanda e a oferta de mão-de-obra, devido à escassez de mão-de-obra qualificada, ou mesmo devido à inadequação do tipo de qualificação dos ofertantes de força de trabalho em relação às necessidades dos empregadores. Este tipo de desemprego pode ser revertido mediante políticas de qualificação/requalificação da mão-de-obra, como as que foram postas em prática no Governo Clinton, pelo então Secretário do

---

<sup>32</sup> Guy Standing, “El Concepto de Desempleo Estructural”, in *Revista Internacional del Trabajo*, vol.102, número 2, abril-junho de 1983.

<sup>33</sup> Sobre a distinção entre desemprego voluntário e involuntário, consultar J.M. Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, cap. 2.

<sup>34</sup> Josué Pereira da Silva, “Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social”, in *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, volume 9, número 4, out-dezembro de 1995.

Trabalho Robert Reich.<sup>35</sup> O desemprego tecnológico, por fim, é aquele que resulta da queda da participação relativa do emprego de trabalho humano na produção e nos serviços, em decorrência da mecanização ou automação do processo produtivo ou da prestação de serviços. O desemprego tecnológico, assim, pode estar associado ao desemprego estrutural e conjuntural, mas não se confunde com nenhum deles.<sup>36</sup>

Até meados do século XIX, onde o marco principal é a Segunda Revolução Industrial, ciência e técnica produtiva estavam dissociadas, no sentido de que grande parte, senão a maioria, das máquinas, processos, inovações organizacionais, etc., eram obra dos próprios capitalistas, que muitas vezes as conceberam por mero acaso. Quando estas inovações eram fruto do trabalho de “cientistas” estes ao conceberem-nas, também não visavam o seu emprego nas indústrias, não visavam transformar suas invenções automaticamente em técnica produtiva. A maioria dos novos processos produtivos, assim, tinham, para usar um termo de Weber, “o cunho da casualidade”.<sup>37</sup> A partir de meados do século passado, crescentemente, a ciência se consubstancia em técnica produtiva, a tal ponto que as grandes corporações mantêm internamente um departamento de P&D, ou estão de alguma forma em permanente contato com as universidades e instituições de pesquisa públicas e privadas. Marx, percebeu claramente esta mudança ao afirmar que, uma vez o capitalismo plenamente desenvolvido, a ciência passa a estar a serviço da acumulação de capital.<sup>38</sup> Da mesma forma que Marx, Schumpeter afirmara que dentro das grandes corporações a

---

<sup>35</sup> A posição de Robert Reich sobre o desemprego atual está em Robert Reich, O Trabalho das Nações- Preparando-nos para o Capitalismo do Século 21, SP, Educator, 1994, especialmente, Cap. 14.

<sup>36</sup> Guy Standing, “El Concepto de Desempleo Estructural” e Josué Pereira da Silva, “Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social”.

<sup>37</sup> Max Weber, História Geral da Economia, pág. 278.

<sup>38</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol. II, Seção IV, Cap. XIII.

atividade inovadora se torna rotineira e que o progresso técnico se automatiza.<sup>39</sup>

Também Galbraith e Habermas, cada um a seu modo, insistiram na idéia de que a partir da segunda metade do século passado, a ciência se transforma em técnica e que o progresso técnico se transforma em fonte de legitimação do sistema capitalista.<sup>40</sup>

A partir de meados do século passado, portanto, o desemprego de tipo tecnológico já se fazia presente no capitalismo. À diferença da época atual porém, existia uma equação bastante nítida entre investimento e nível de emprego: o emprego sempre crescia, a taxas proporcionais ou decrescentes, junto com o investimento, de tal forma que o nível de emprego guardava uma relação estreita com o nível de atividade econômica.

Embora grande parte dos novos investimentos fosse racionalizante quanto ao uso de força de trabalho, ao serem efetuados geravam um efeito de encadeamento para trás e um efeito multiplicado sobre a renda que incentivavam novos investimentos, de tal forma que o desemprego gerado em certas indústrias ou setores era compensado pelo crescimento do emprego em outras indústrias ou setores. Embora só em meados dos anos 70 o desemprego tecnológico tenha se tornado crítico, ele já se fazia presente em grande escala desde o pós-guerra. Quando o processo de modernização agrícola teve início na maioria dos países desenvolvidos nos anos 50, e que, por consequência, grande parte da força de trabalho foi expulsa do campo, o crescimento do investimento em alguns novos setores da indústria (principalmente o setor eletro-eletrônico), absorveu grande parte daquele contingente de força de trabalho que estava sendo expulso do campo. Quase que concomitantemente, porém, os novos investimentos

---

<sup>39</sup> Joseph Alois Schumpeter, Capitalismo, Socialismo e Democracia, RJ, Zahar, 1984, Parte II, Cap. XII.

<sup>40</sup> John Kenneth Galbraith, O Novo Estado Industrial, op. cit. e Jürgen Habermas, "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia", op. cit. .

industriais dos anos 60 já traziam consigo um alto índice de automação, que só tornava possível o crescimento do emprego a taxas decrescentes. O crescimento dos gastos do governo, que se tornara lugar comum no pós-guerra, ao incrementar a produção global, pôde evitar que as taxas de desemprego se tornassem muito grande. O mesmo efeito favorável sobre o nível de emprego global deveu-se ao crescimento do setor de serviços.<sup>41</sup>

Porém, com a intensificação do emprego da informática e da microeletrônica na produção industrial, no setor de serviços e na agricultura, o desemprego tecnológico aumentou de tal forma, que se desfez a equação existente entre crescimento econômico e nível de emprego.<sup>42</sup> A intensificação dos gastos do Governo, que do pós-guerra até meados dos anos 70 evitaram que o desemprego atingisse índices alarmantes, já não é mais capaz de reverter as crescentes taxas de desemprego, pelo contrário, só as incentiva: o aumento da demanda agregada resultante da elevação dos gastos públicos incentiva investimentos que racionalizam cada vez mais o processo produtivo, de forma que, paradoxalmente, o desemprego aumenta junto com o investimento.<sup>43</sup> Adicionalmente, por fim, as políticas macroeconômicas alicerçadas sobre o princípio da demanda efetiva perderam parte de sua eficácia enquanto instrumento de indução do investimento privado e, portanto, enquanto instrumento de determinação do nível de produto e crescimento econômico.<sup>44</sup>

Para a compreensão das causas do atual desemprego tecnológico e das modificações no processo de trabalho, faz-se necessário agora compreender a essência da revolução tecnológica ora em curso.

---

<sup>41</sup> Jeremy Rifkin, O Fim dos Empregos, RJ, Makron Books, 1995, Partes I e II.

<sup>42</sup> Josué Pereira da Silva, "Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social".

<sup>43</sup> Jeremy Rifkin, op. cit. .

<sup>44</sup> Veja-se a este respeito o Capítulo 1.

### **3.3- A Revolução Técnico/Informacional**

As novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho, responsáveis por um aumento assustador dos níveis de produtividade e de desemprego, tem sido o alvo das atenções de inúmeros autores. No geral, entretanto, esses autores não tem concordado quanto à denominação e ao impacto deste processo sobre a produção e a sociedade. Para alguns, estaríamos diante de uma Terceira Revolução Industrial (Rifkin e Coutinho), para outros seria uma Revolução Informática (Schaff) ou Revolução Informacional (Lojkine), para outros, ainda, Revolução Microeletrônica (Gorz). À margem, porém, de tais controvérsias que envolvem um número assustador de contendores e de argumentos, escolhemos designar este processo pelo termo revolução técnico/informacional, porque as modificações técnico-organizacionais não se limitam às indústrias; antes assistimos a uma interpenetração cada vez maior entre o setor industrial e o de serviços, entre produção material e informação.<sup>45</sup>

As principais características da revolução técnico/informacional podem ser classificadas em três grupos, intrinsecamente independentes:

-utilização crescente de robôs e autômatos na produção industrial e, a médio prazo, na produção agrícola;

-novas máquinas que se singularizam das anteriores por serem flexíveis quanto ao uso e por objetivarem funções “cerebrais ou reflexivas”;

-modificação na forma de organização do trabalho e na gestão das empresas.

As tecnologias gestadas da Primeira Revolução Industrial até os anos 70 tinham, de acordo com Lojkine, uma característica central, qual seja a de objetivar na

---

<sup>45</sup> Jean Lojkine, A Revolução Informacional, Introdução e Cap. I.

máquina funções motoras que imitam o movimento da mão humana. Como as funções da mão humana estão indissociavelmente ligadas a algum tipo de função cerebral elementar — inteligência sensório-motora, que não se confunde com a inteligência reflexiva ou abstrata — as máquinas assim gestadas possuíam uma certa forma de objetivação de funções cerebrais primitivas.<sup>46</sup> Essas máquinas, assim, dispensando crescentemente a intervenção humana direta sobre os materiais, transformavam os trabalhadores em meros apêndices das máquinas, na medida em que a maioria das tarefas consistia em comando-vigilância-contrôle.<sup>47</sup>

As máquinas informacionais, em oposição, não se limitam apenas a imitar o movimento da mão humana, elas objetivam “funções reflexivas” que lhes permitem, em algum grau, a concepção de objetivos, auto-regulando seu funcionamento sem a intervenção humana.<sup>48</sup> É claro, todavia, que quando falamos em objetivação de funções cerebrais, não estamos afirmando que as atuais máquinas ou computadores pensam ou são capazes de raciocinar. Trata-se simplesmente de emulação do pensamento, processo mecânico, o qual nada tem a ver com reflexão, ou seja, comportamento consciente e intencional.<sup>49</sup> A utilização de autômatos programáveis regulando a velocidade de circulação das peças e dos produtos e o ritmo de engrenagens das máquinas, aliados a robôs que efetuam as operações de produção propriamente ditas, tornam a participação do trabalho humano no processo produtivo cada vez mais marginal.<sup>50</sup> A substituição da eletromecânica pela microeletrônica como base da automação torna possível, assim, a substituição da força de trabalho não apenas no

---

<sup>46</sup> Jean Lojkin, A Revolução Informacional, Primeira Parte.

<sup>47</sup> Benjamin Coriat, “Autômatos, Robôs e a Classe Operária”, in Novos Estudos CEBRAP, v. 2, 2, julho de 1983.

<sup>48</sup> Jean Lojkin, op. cit. .

<sup>49</sup> Veja-se a respeito J. R. Searle, Mente, Cérebro e Ciência, Lisboa, Edições 70, 1987.

<sup>50</sup> Benjamin Coriat, “Robôs, Autômatos e a Classe Operária”.

processo produtivo *stricto sensu*, mas também no processo de comando-vigilância-contrôle do processo produtivo, com a vantagem adicional da flexibilização do processo produtivo sem perdas dos ganhos de escala e com ganhos na economia de escopo. “Robôs com controle numérico, computadores e softwares avançados estão invadindo a última esfera humana — os domínios da mente. Adequadamente programadas, estas novas ‘máquinas inteligentes’ são capazes de realizar funções conceituais, gerenciais e administrativas e de coordenar o fluxo da produção, desde a extração da matéria-prima ao marketing e à distribuição do produto final e de serviços”.<sup>51</sup>

Aliado à automação, observa-se uma modificação no processo de trabalho e na organização das empresas. A modificação no processo de trabalho tem se constituído na implementação de processos de racionalização do trabalho baseados na experiência japonesa. O modelo de organização do trabalho implementado no Japão não difere do Ocidental quanto às metas, mas apenas na maneira como essas metas devem ser alcançadas. Enquanto no modelo taylorista/fordista os ganhos de produtividade eram buscados através dos ganhos de escala, o que era possível devido ao tamanho e ao ritmo de expansão do mercado, as empresas japonesas, dado o pequeno tamanho relativo de seus mercados, tiveram que buscar formas alternativas de obter ganhos de produtividade produzindo em escalas menores. Como não era possível obter ganhos de produtividade extensiva (por meio da produção em grande série e das economias de escala), a saída visualizada por Ohno foi obter ganhos internos de produtividade através do *tensionamento* da fábrica.<sup>52</sup> Colocar a fábrica sob tensão consiste na aplicação do método *just in time*, ou seja, “produzir as unidades necessárias nas

---

<sup>51</sup> Jeremy Rifkin, *O Fim dos Empregos*, pág. 104.

<sup>52</sup> Benjamin Coriat, “Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção”, in Helena Hirata, org., *Sobre o “Modelo” Japonês*, SP, EDUSP, 1993, págs. 79 a 91.

quantidades necessárias no tempo necessário”<sup>53</sup>, o que minimiza os estoques de reservas e permite, através da gestão pelos estoques, analisar os pontos onde aplicar a racionalização.<sup>54</sup> A redução dos estoques, não só diminui o capital inativo e reduz os custos, como também estimula um processo contínuo de aprendizagem em que o impulso para a produção é invertido: o movimento se dá do fim para o começo da linha de produção.

Ao mesmo tempo em que o *just in time* permite avaliar os pontos em que a racionalização deve ser implementada, as máquinas são dispostas de tal forma que, umas diante das outras, elas se tornem o suporte para operações sucessivas. Os trabalhadores podem assim realizar tarefas em várias máquinas sucessivas, tarefas estas cujos padrões de trabalho podem ser reconfiguráveis, até diariamente, em função da qualidade e da quantidade das encomendas. Em função disso, cresce a flexibilidade, a polifuncionalidade e a responsabilidade exigida da força de trabalho, quando comparada aos modelos tradicionais de organização do trabalho (fordismo/taylorismo). Nas palavras de Coriat,

“... a via específica aberta por Ohno consiste no fato de que, tirando partido da *‘flexibilidade interna’* construída no interior dos coletivos de trabalho (*‘des-especialização’*), bem como nos espaços de produção (*‘liberalização’*), a *produtividade será buscada e obtida pela mobilização dos recursos da própria flexibilidade*. Permitindo (pela aplicação do impulso do método *just in time*) a adaptação quase instantânea a demandas variadas e diferenciadas, bem como o

---

<sup>53</sup> Stephen J. Wood, “Toyotismo e/ou Japonização”, in Helena Hirata, org., Sobre o “Modelo” Japonês, pág. 53.

<sup>54</sup> Benjamin Coriat, “Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção”.

*ajuste rápido dos efetivos às variações da quantidade, a flexibilidade, em vez de 'se opor' à coersão de produtividade, é ao contrário pensada e construída como alavanca e fator determinante chave da produtividade".<sup>55</sup>*

Assim, a produtividade é buscada não em termos da repetitividade e da produção em série, como no modelo taylorista/fordista convencional, mas sobre a flexibilidade e a variedade.

Esta flexibilidade do processo de trabalho e da produção torna o processo produtivo mais adaptado à concorrência em qualidade e diferenciação do produto, motivo pelo qual tem sido introduzido pelas empresas ocidentais. No entanto, sua introdução tem sido apenas parcial, na medida em que muito do sucesso japonês assenta-se em específicas práticas empregatícias e de relacionamento com os fornecedores e distribuidores que, por demais dependentes da cultura e da história japonesa, não parecem possíveis de serem implementados no Ocidente.<sup>56</sup>

A grande mudança organizacional dos anos 90 tem consistido numa reestruturação do organograma das empresas de maneira que o uso de computadores e de softwares substituem os níveis de gerência tradicional, comprimindo categorias e cargos, de tal forma que se simplifica e se racionaliza o processo de produção e de distribuição, dinamizando a administração tanto nas empresas industriais, como nos setores de serviços. Ao mesmo tempo em que a reorganização potencializa os ganhos de produtividade, ao tornar a administração e o processo de trabalho compatíveis com as máquinas informacionais, ela elimina grande parte da quantidade de trabalho

---

<sup>55</sup> Benjamin Coriat, "Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção", pág. 84. Grifos do autor.

<sup>56</sup> Veja-se a respeito, Stephen J. Wood, "Toyotismo e/ou Japonização".

necessária à produção, não apenas trabalhadores não-qualificados, mas também grande parte de trabalhadores qualificados ( como os de nível médio de gerência). Como contrapartida do enxugamento dos quadros da empresa, tanto a intensidade do trabalho quanto a responsabilidade que recai sobre a força de trabalho restante aumenta muito. O mesmo é verdade para o setor de serviços, onde o uso da microeletrônica racionaliza o uso de mão-de-obra.<sup>57</sup>

É importante atentar que as mudanças organizacionais e as formas de produção flexíveis se, por um lado, reduzem os postos de trabalho e exigem um maior grau de qualificação relativa para a ocupação dos postos de trabalho restantes, por outro, elas modificam profundamente o estatuto dos assalariados e as condições de emprego. Ao concentrar as atividades das empresas sobre aquilo que ela é mais apta a fazer, com o máximo de eficiência, as outras atividades são externalizadas ou terceirizadas. Nas empresas sub-contratantes, ou no caso dos assalariados externos que prestam serviços às empresas, as condições de trabalho são extremamente precárias, envolvendo uma remuneração baixa e variável segundo a quantidade de trabalho fornecida. Ao assim proceder, as empresas dividem seu pessoal em dois grandes blocos. Um primeiro, cada vez menor, de assalariados permanentes que executam as funções estratégicas e são capazes de polivalência, evolução profissional e de mobilidade. Um segundo, que tem crescido à taxas decrescentes, de trabalhadores precários, considerados independentes à firma, mas que na verdade trabalham apenas para ela, cujo ajustamento às conjunturas cíclicas é quase instantâneo e não envolve custos adicionais pela “demissão”.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Jeremy Rifkin, op. cit. .

<sup>58</sup> André Gorz, “Saindo da Sociedade do Trabalho Assalariado”, in Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, volume 9, número 3, julho-setembro de 1995. No Mesmo sentido, Veja-se Ricardo Antunes, Adeus ao Trabalho ?, Campinas, Unicamp/Cortez, 1995, Cap. II.

### 3.4- A Crise da Sociedade do Trabalho

As modificações estruturais pelas quais tem passado o capitalismo desde finais do século passado — a saber, a crescente intervenção do Estado na economia e a oligopolização dos principais mercados — aliadas a emergência do desemprego persistente enquanto fenômeno de massa, não poderiam deixar intactos os alicerces sobre os quais se erigiu a própria sociedade capitalista.

Em toda formação social, o trabalho ocupou uma posição de relevo, na medida em que representava, na forma de intercâmbio entre homem e natureza, condição da própria sobrevivência dos indivíduos e da espécie. Este ato, monotonamente repetido, de produção da própria existência, é *um dos fundamentos* de toda possibilidade de erigir um sistema social, pois em sua ausência, não há distinção entre homem e animal: “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material”.<sup>59</sup> Na verdade, o conceito de trabalho social permite distinguir os homínidas dos macacos antropóides, mas não é suficiente para captar a *reprodução especificamente humana da vida*. Esta reprodução da vida humana, a que se chegou com o *homo sapiens*, pressupõe a substituição do sistema animal de *status* por um sistema de normas sociais que pressupõe a linguagem. Nas palavras de Habermas: “Podemos assumir que somente nas estruturas de trabalho e

---

<sup>59</sup> Karl Marx e F. Engels, A Ideologia Alemã (Feuerbach), pág. 27, grifo dos autores.

linguagem completaram-se os desenvolvimentos que levaram à forma de reprodução da vida especificamente humana e, com isso, à condição que serve como ponto de partida da evolução social. *Trabalho e linguagem são anteriores ao homem e à sociedade*".<sup>60</sup>

Não obstante, antes do advento do capitalismo, esta forma de trabalho, em certo sentido compulsório, não pode ser tomado como categoria chave do sistema social. Isto porque o trabalho e a produção resultante não se constituíam no móvel do próprio sistema social. A produção e o consumo dos resultados desta estavam inteiramente subordinados a elementos que lhe eram exteriores: só importava o que os indivíduos faziam além de seu consumo material. O consumo nada mais era que condição material para o desenvolvimento de atividades que correspondiam verdadeiramente à dignidade humana (a cultura, a guerra, etc.).<sup>61</sup> O próprio trabalho, enquanto mero consumo de energias vitais, portanto, enquanto *labor* — atividade básica ligada às necessidades de perpetuação da vida e que se esgota no próprio processo vital da espécie — era considerado uma atividade indigna, vilipendiante, inerente à condição servil, no sentido *latu* do termo. O trabalho digno era aquele dedicado a atividades que não tinham a ver com a produção da própria subsistência — o que implica em liberdade em relação à natureza — e que não se esgotava no próprio ato de trabalho (*work*).<sup>62</sup> Este último trabalho (*work*), atividade propriamente humana, visava a produção de valores de uso que não se limitavam ao mero consumo.

---

<sup>60</sup> Jürgen Habermas, "Para a Reconstrução do Materialismo Histórico", in J. Habermas, Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, SP, Brasiliense, 1983, pág. 118.

<sup>61</sup> Cláudio Napoleoni, O Valor na Ciência Econômica, Cap. I, págs. 8 a 10.

<sup>62</sup> Hannah Arendt, A Condição Humana, RJ, Forense Universitária, 1983, págs. 89 a 104.

O processo econômico, desta forma, não encontrava nele próprio sua justificação e sentido. É só quando, sob o capitalismo, o consumo dos operários e dos próprios capitalistas se constituem em momento interno da produção, consumo produtivo pois, que o processo econômico se apresentará como autônomo.<sup>63</sup> Ele não mais necessitará buscar em elementos que lhe são alheios sua justificação e seu sentido, a valorização do capital, a produção pela produção, eis a razão de ser e o fim do novo sistema social que se inaugura com o capitalismo.<sup>64</sup> Ao mesmo tempo, opera-se uma metamorfose entre *work* e *labor* :

“Assim, enquanto no mundo antigo, o trabalho (*labor*) pertencia à esfera privada da necessidade econômica e a liberdade era concebida como pertencente à esfera pública, no mundo moderno (capitalista), ao contrário, o trabalho e as demais atividades econômicas passam também a pertencer à esfera pública, onde são mediados pelo mercado. Nesse processo, as duas atividades sofrem uma metamorfose: o *work* deixa de ser uma atividade solitária e se transforma em *labor*, enquanto este último deixa de seguir os ditames da natureza e passa a depender da máquina. É desta simbiose entre *work* e *labor* que nasce o trabalho moderno, uma atividade que contém elementos de ambas, mas que não se confunde com nenhuma delas”.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Cláudio Napoleoni, *op. Cit.*, págs. 8 a 10.1

<sup>64</sup> Algo que pareceu tão sem sentido para uma marxista do nível de Rosa Luxemburg, é o responsável pelo sentido do próprio processo econômico sob o capitalismo. Veja-se Rosa Luxemburg, A Acumulação do Capital, Vol. I, Cap. VII- “A Análise do Esquema de Reprodução Ampliada de Marx”.

<sup>65</sup> Josué Pereira da Silva, “Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social”, pág. 7.

Duas modificações adicionais farão com que o trabalho moderno se converta em elemento central de organização das relações sociais sob o capitalismo. Por um lado, a partir da Reforma Protestante, depois de seu movimento de secularização, o trabalho é alçado a categoria de vocação das mais elevadas e a racionalidade instrumental inerente à ação das empresas capitalistas é projetada para a totalidade do corpo social.<sup>66</sup> Por outro, o trabalho abstrato, elemento indispensável do processo de valorização do capital, se transforma de elemento de degradação social, em seu oposto: “O trabalho, por sua vez, se tornou o princípio organizador fundamental das relações sociais e, portanto, o meio através do qual os indivíduos adquirem existência e identidade social pelo exercício de uma profissão”.<sup>67</sup>

Nesses termos, portanto, com o advento do capitalismo industrial no século XVIII, o trabalho e os conflitos em torno dele se convertem em elemento central do sistema econômico e social e, conseqüentemente, em princípio axial em torno do qual deveriam, e foram erigidas as Ciências Sociais.<sup>68</sup> É claro, todavia, que se o capitalismo nesse sentido pode ser descrito como uma “sociedade do trabalho”, e se as Ciências Sociais podem captar a dinâmica do movimento social através do conflito entre trabalho e capital, restringir a análise a esse único ponto é um reducionismo: sempre houve outras formas de conflito, entre raças, sexo, etnias, etc., que não podem ser explicados tendo por princípio axial o trabalho. Por isso, embora o trabalho possa ser tomado como categoria central de análise social e da própria sociedade, ele não pode

---

<sup>66</sup> Max Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo e História Geral da Economia, Cap. IV.

<sup>67</sup> Josué Pereira da Silva, “A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate”, Revista Lua Nova, Número 35, 1995, pág. 8.

<sup>68</sup> Claus Offe, Trabalho e Sociedade-Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho, RJ, Tempo Brasileiro, 1989, Vol. I, Parte I, Cap. 1.

ser tomado como princípio explicativo *único* pois existem, e sempre existiram, contextos que transcendem o “mundo do trabalho”.<sup>69</sup>

A partir do pós-guerra, entretanto, a crescente intervenção do Estado na economia e o crescente desemprego tecnológico, acabaram por deslocar o trabalho enquanto categoria fundamental do sistema social, da vida dos indivíduos e da análise social.

A crescente intervenção do Estado na economia, elemento fundamental da dinamização do capitalismo do pós-guerra e de apaziguamento dos antagonismos de classe,<sup>70</sup> teve dois impactos importantes sobre o mundo do trabalho.

Primeiro, ao procurar amenizar as flutuações cíclicas inerentes ao capitalismo e ao implementar uma série de reformas visando minorar as contradições geradas pelo sistema capitalista,<sup>71</sup> o Estado criou inúmeras indenizações compensatórias que visavam contrabalançar os riscos básicos do trabalho assalariado (seguridade social, seguro-desemprego, auxílio doença, etc.). Estas políticas compensatórias e as reduções da jornada de trabalho que tomaram forma desde meados do século passado, acabaram por enfraquecer a identificação dos indivíduos com sua condição de trabalhador, na medida em que o trabalho vai ocupando, crescentemente, um lugar residual na vida dos habitantes dos países desenvolvidos e, especialmente, dos habitantes das sociais-democracias.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> Ver Jürgen Habermas, “Trabalho e Interação”, in J. Habermas, Técnica e Ciência Como ‘Ideologia’, Lisboa, Edições 70, s/d.

<sup>70</sup> Sobre este ponto, veja-se o Capítulo 1.

<sup>71</sup> Estas intervenções do Estado, com múltiplas gradações, foram comuns à maioria dos países desenvolvidos e a alguns subdesenvolvidos.

<sup>72</sup> Jürgen Habermas, “A Nova Intransparência - A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas”, Novos Estudos CEBRAP, número 18, setembro de 1987.

A esse respeito, Habermas afirma que o apaziguamento relativo dos conflitos entre capital e trabalho e a libertação relativa de alguns indivíduos do trabalho heterônomo, que atingiram seu ápice nos anos 70 com os “welfare-state”, não significaram a conquista de uma forma de vida emancipada, ou a ausência de conflitos:

“... os instrumentos jurídico-administrativos de implementação do programa sócio-estatal não conformam um *medium* passivo, por assim dizer desprovido de significações. Pelo contrário, a esses instrumentos concatenou-se uma práxis de singularização dos fatos, normatização e vigilância, cuja brutalidade reificante e subjetivante Foucault perquiriu nas capilaridades mais tênues da comunicação cotidiana. As deformações de um mundo da vida regulamentado, analisado, controlado e protegido são, certamente, mais refinadas do que formas palpáveis de exploração material e empobrecimento. Mais nem por isso os conflitos sociais deslocados e internalizados no psíquico e no corpóreo são menos destrutivos”.<sup>73</sup>

Vejamos o segundo impacto que a intervenção do Estado na economia causou no mercado de trabalho. Embora, por um lado, as intervenções do Estado fossem funcionais para as empresas, na medida em que evitavam grandes oscilações da demanda agregada, permitiam o planejamento interno das empresas — ao estabilizar a demanda, e regular preços e salários — e garantiam que os aumentos de salários fossem iguais para as empresas de um mesmo ramo produtivo, evitando guerras de preços; por outro lado, o aumento dos gastos sociais do Estado, as políticas de

---

<sup>73</sup> Jürgen Habermas, “A Nova Intransparência- A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas”, pág. 109.

redistribuição de renda e de seguridade social tiveram um efeito contraditório para a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo que tais políticas melhoravam sensivelmente a condição de vida da classe trabalhadora, tiveram um impacto indireto apreciável sobre a taxa de desemprego de longo prazo: o aumento dos salários e dos encargos trabalhistas foram um fator a mais na indução de investimentos em racionalização, com o que se intensificou o desemprego tecnológico.<sup>74</sup>

O crescente desemprego tecnológico que vem atingindo as nações desenvolvidas — e que com certeza se espalhará para os países não-desenvolvidos quando tiver início o processo de difusão das inovações geradas no bojo da atual revolução técnico/informacional<sup>75</sup> — não é outra coisa senão a contra-face de um processo maior pelo qual o capital se autonomiza em relação ao trabalho vivo e autodetermina sua própria valorização. Dentro da racionalidade pela qual as empresas capitalistas são administradas, é mais seguro e produtivo basear sua expansão sobre um elemento cujo serviço prestado ao processo produtivo não corre o risco de continuidade, especialmente após a segunda metade do século atual quando o movimento sindical atravessou um período de intensa atividade.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> Jürgen Habermas, “A Nova Intransparência-A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas”. Mais precisamente, o aumento das taxas de salários tem um efeito contraditório sobre o nível de emprego pela seguinte razão. A curto prazo, uma vez que os trabalhadores possuem propensão marginal a consumir maior que os capitalistas, um aumento dos salários, ao elevar a demanda por bens de consumo para trabalhadores e, por consequência, a taxa de lucro desse departamento, teve o efeito de aumentar o investimento global e, com ele, o emprego (embora a taxas decrescentes). No longo prazo, porém, teve o efeito descrito por Habermas.

<sup>75</sup> Para uma exposição do mecanismo pelo qual as inovações se generalizam, veja-se Joseph Alois Schumpeter, A Teoria do Desenvolvimento Econômico, 3a. Ed., SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas, Caps. II, IV e VI.

<sup>76</sup> A história do desenvolvimento do capital industrial, se analisada com cuidado, revela-nos uma “tendência” a autonomização toda vez que elementos estranhos a ele tentam barrar seu desenvolvimento. Foi assim em relação ao capital comercial, quando este já havia cumprido seu papel estimulante sobre a mercantilização da

É claro que se a interdependência crescente entre pesquisa e técnica transformou a ciência em principal força produtiva do capitalismo atual e tornou a contribuição direta do trabalho abstrato à produção crescentemente secundária, em pouco tempo talvez insignificante,<sup>77</sup> não há como defender que do ponto de vista econômico *strito sensu* o trabalho não perdeu a centralidade: o mesmo montante de produção e de valor pode ser obtido com quantidades decrescentes de trabalho vivo. Essa perda de centralidade do trabalho no processo produtivo, como não poderia ser diferente numa sociedade em que a produção de mercadorias é sua própria razão de ser, necessariamente se reflete além da produção, do econômico propriamente dito. O trabalho não poderá mais ser meio de existência e de identidade social, porque simplesmente não haverá mais trabalho para a grande maioria dos indivíduos.

Todavia, não apenas o desemprego e a “desreificação” do trabalho manual no processo produtivo desalojaram o trabalho enquanto mecanismo central de existência pessoal e social. A forma de organização capitalista no interior da fábrica, ao subdividir e parcelar o processo pelo qual o trabalho opera e transforma a matéria bruta em produto, em outras palavras, ao desqualificar e tornar o trabalho mera atividade mecânica e monótona,<sup>78</sup> tornou o trabalho algo insuportável, insistentemente resistido por todos aqueles que tem condições para tanto. Nessas condições, esse trabalho “desprofissionalizado” não pode mais ser fonte de identificação individual,<sup>79</sup> e nem mesmo de existência social, muito pelo contrário: “Todo trabalho torna-se suspeito de ser um castigo inútil por meio do qual a sociedade tenta mascarar para os

---

economia. Talvez o mesmo seja verdade quanto aos Estados Nacionais, quando o movimento de globalização ora em marcha minam sua existência e autonomia.

<sup>77</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’ ”.

<sup>78</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Vol. II, Seção IV, Cap. XIII- “Maquinaria e Grande Indústria”.

<sup>79</sup> Claus Offe, Trabalho e Sociedade, Livro I., Cap. I.

indivíduos o seu desemprego, *ou seja, a sua liberação possível do trabalho social*, e o caráter caduco das relações sociais que fazem do trabalho social a condição da renda e da circulação de riquezas”.<sup>80</sup>

A erosão das tradições culturais, religiosas ou secularizadas, e as reduções da jornada de trabalho conquistada pelos trabalhadores, operam no mesmo sentido. A primeira, ao enfraquecer a idéia do trabalho enquanto obrigação moral do homem e, a segunda, ao tornar mais importante ou valorizado o tempo livre do que o trabalho.<sup>81</sup>

Tudo o que foi dito implica, em outros termos, que, embora o processo produtivo encontre em si mesmo sua fonte de legitimação, o trabalho perdeu para a produção, para o indivíduo e para a sociedade sua centralidade. O progresso das forças produtivas ao invés de conduzir o capitalismo para a ruína e dar origem a uma sociedade onde os trabalhadores conscientes, totais, enquanto classe para si, pois se apropriariam da totalidade das próprias forças produtivas, reforçou o mecanismo da acumulação capitalista, que agora prescinde do trabalhador e de seu trabalho para dar continuidade a seu processo de reprodução ampliada. Nas palavras de Gorz: “A evolução tecnológica não caminha no sentido de uma apropriação possível da produção social pelos produtores. Ela caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informática”.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> André Gorz, Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo, RJ, Forense Universitária, 1982, pág. 92. Grifos do autor.

<sup>81</sup> Claus Offe, Trabalho e Sociedade, Livro I, Cap. I.

<sup>82</sup> André Gorz, Adeus ao Proletariado, pag. 91.

### **3.5- A Circulação da Força de Trabalho no Capitalismo Globalizado**

Como visto, a volatilização do capital se dá num contexto em que a oferta de trabalho global se reduziu e, conforme as tendências observáveis permitem deduzir, continuará a se reduzir. A questão que agora se nos impõe é seguinte: a globalização tornou possível ao capital se instalar onde as condições presentes ou perspectivas de mercado lhe sejam mais favoráveis; em que sentido e em que medida, porém, a globalização tornou possível ao trabalhador se deslocar para onde quer que haja emprego ou remuneração mais alta à sua mercadoria específica ? Em outras palavras, houve realmente uma globalização do mercado de trabalho, ou existe qualquer tendência em marcha que nos permita esperar uma globalização do mercado de trabalho ?

Tanto em âmbito regional, como nacional e internacional, o deslocamento espacial da força de trabalho foi historicamente a reação adaptativa autônoma mais importante como forma estratégica pela qual os vendedores de força de trabalho puderam melhorar sua posição no mercado.<sup>83</sup> No período de formação do capitalismo, em vários países, a migração teve um papel essencial ao permitir que o contingente de força de trabalho, tornada superabundante pela penetração da produção de tipo capitalista no campo, pudesse se deslocar para as cidades, onde o advento da produção industrial criava novos postos de trabalho, ou mesmo para outros países onde havia empregos. Da mesma forma, a migração permitiu aos trabalhadores melhorar sua posição estratégica quando, por vários motivos (barateamento do custo de transporte,

---

<sup>83</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. I.

fugir à pressão dos sindicatos, etc), as empresas se deslocaram de certas cidades ou regiões para outras. A migração transfronteiriça, embora em menor escala, também ao seu turno foi uma importante válvula de segurança econômica e social, permitindo que a mão-de-obra se deslocasse para países onde ela era mais escassa.<sup>84</sup>

Descartando as consequências que a necessidade de migrar impõe à individualidade do trabalhador (como, por exemplo, o isolamento num país ou região com uma cultura totalmente estranha à dele, o afastamento da família ou de seu círculo social, etc), a migração tinha como principais obstáculos o alto custo do transporte, os conflitos regionais e a própria existência do Estado-Nação que impunha controle sobre a migração. Uma das razões que explica a aversão aos migrantes é que: “as grandes migrações perturbam a imagem que a sociedade tem de si mesma como entidade cultural ou étnica unificada”.<sup>85</sup>

Hoje, todavia, devido aos contínuos desenvolvimentos tecnológicos houve um declínio acentuado dos custos de comunicação e transporte que vieram baratear e facilitar a migração. Segundo o relatório do BIRD:

“Hoje em dia, bens, capital, pessoas e idéias viajam mais facilmente e mais barato do que nunca. Na base dessas mudanças houve enormes reduções nos custos dos transportes e das comunicações. Em 1960, os transportes marítimos custavam menos de um terço do que em 1920, e os preços continuaram a cair. Os custos das comunicações caíram de maneira mais marcante: o preço de um

---

<sup>84</sup> Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995: O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial, Nova York, Oxford University Press, 1995, cap. 10.

<sup>85</sup> Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995: O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial, Parte II, Cap. 10, pag. 77.

telefonema internacional caiu para seis vezes menos entre 1940 e 1970 e para dez vezes menos entre 1970 e 1990".<sup>86</sup>

No mesmo sentido em que atuou o barateamento dos transportes, também o fim da "guerra fria", o desmoronamento do bloco "socialista" e o processo acelerado de integração de países em blocos de livre comércio, com a conseqüente perda relativa de poder e de autonomia dos Estados Nacionais, vieram facilitar os fluxos migratórios. Dessa maneira, à medida que esses fatores e o processo de globalização facilitam a migração, é de se esperar que haja uma aceleração dos fluxos migratórios e uma tendência a que os vários mercados de trabalho nacionais se integrem formando um verdadeiro mercado de trabalho global. Se isso ocorrer, aqueles trabalhadores mais flexíveis do ponto de vista espacial e temporal serão os mais aptos, do ponto de vista do capital, a ocupar os postos de trabalho oferecidos.

A hipótese relativa à intensificação das migrações e da tendência à formação de um mercado de trabalho global,<sup>87</sup> tal qual defendida por alguns autores neoliberais, porém, não encontra sustentação empírica. Como a maioria dos processos que vieram remover os obstáculos e/ou facilitar as migrações se intensificaram a partir do final dos anos 80, era de se esperar constatar uma intensificação dos fluxos migratórios a partir deste decênio. Segundo dados relativos ao ano de 1995, os fluxos migratórios (entradas e saídas totais), em relação ao tamanho da população, não são maiores hoje do que no início dos anos 70, registrando-se, cerca de um emigrante por mil habitantes (ou 0,1% da população total). Desagregando os dados, afim de detectar a origem e o destino desses fluxos migratórios, constata-se que, do total de pessoas nascidas em

---

<sup>86</sup> Banco Mundial, op. cit., Parte II, Cap. 7, págs. 59 e 60.

<sup>87</sup> Veja-se, por exemplo, Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1996- Do Plano ao Mercado, New York, Oxford University Press, 1996.

países de baixa ou média renda, apenas 2% delas não vivem em seu país de origem. Entre 2 e 3 milhões de pessoas por ano, não importa se legal ou ilegalmente, saem dos países em desenvolvimento e metade aproximadamente deste total se dirigem para os países industrializados. Este tipo de migração — dos países em desenvolvimento para os países industrializados — representa 1,5 novos imigrantes por mil habitantes ao ano, cifra significativa, porém, igual à de 1970. O aumento que vem se verificando na percentagem de estrangeiros na população total dos países industrializados, que em 1995 era de 5%, deve-se, assim, não ao crescimento da imigração, mas ao crescimento mais lento da população nativa destes países.<sup>88</sup>

Se os dados relativos à migração não corroboram a hipótese da globalização do mercado de trabalho, a análise das origens e dos destinos dos fluxos migratórios permitem concluir que a migração, longe de constituir um fenômeno global, é uma ocorrência predominantemente regional. Excetuando-se o caso dos E.U.A., que recebem imigrantes não só do México e de outros países americanos, a maioria dos migrantes permanece em suas regiões. Segundo o relatório do BIRD: “... os migrantes africanos geralmente se dirigem para outros países africanos, enquanto os da Ásia e do Oriente Médio vão para o Golfo Pérsico. Nos últimos tempos, a migração no interior da Ásia aumentou. Na Europa, os imigrantes geralmente procedem das antigas colônias ou de países vizinhos”.<sup>89</sup>

O fato do mercado de trabalho permanecer em grande parte ainda nacional ou regional, muito embora várias das tendências ora em marcha pressionem o mercado de trabalho no sentido da globalização ou da integração, só pode ser explicado na

---

<sup>88</sup> Banco Mundial, *op. cit.*, Parte II.

<sup>89</sup> Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995: O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial, Parte II, Cap. 7, pág. 61.

medida em que se reconheça que também estão atuando contra-tendências muito mais poderosas que impedem sua globalização, ou, o que dá no mesmo, que reforçam seu caráter nacional ou regional. Vejamo-las.

Em primeiro lugar, o aumento das taxas de desemprego vem criando um ambiente de xenofobia nos países receptores, uma vez que os imigrantes são cada vez mais encarados pelos trabalhadores dos diversos países como concorrentes aos postos de trabalho cada vez mais escassos. Os Governos dos países receptores, por sua vez, especialmente aqueles que possuem sistemas de bem-estar sociais ou alguns mecanismos de segurança social desenvolvidos, tendem cada vez mais a associar a imigração com o aumento dos gastos sociais, como um ônus, como uma fonte de drenagem do orçamento público, instituindo políticas de controle da imigração. Esta tendência do Estado de intensificar o controle da imigração tende a se acelerar na medida em que ganha terreno a ideologia neoliberal que prega a necessidade das finanças sadias e que cresce o desemprego e, com ele, a necessidade de aumento dos gastos sociais do Estado, num ambiente em que a capacidade fiscal da previdência social se deteriora em razão de seu tradicional vínculo com o emprego.<sup>90</sup>

Complementarmente, assiste-se em muitos países a um revigoramento dos conflitos étnicos e raciais, que, direta ou indiretamente, revigoram a xenofobia em relação aos imigrantes. Uma parte dos conflitos étnicos e raciais têm voltado a se manifestar devido à perda de poder dos Estados Nacionais: raças, etnias ou religiosidades que por muito tempo conviveram “pacificamente” por imposição de uma autoridade central, voltam a se enfrentar quando a autoridade central se

---

<sup>90</sup> Sobre o desequilíbrio fiscal da previdência social, veja-se Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 3 e Claus Offe, Karl Hinrichs e Helmut Wiesenthal, “Time, Money and Welfare-States Capitalism”.

desorganiza — caso da URSS e de alguns países do Leste Europeu — ou mesmo se enfraquece.<sup>91</sup>

Se a integração dos vários mercados nacionais acabará por prevalecer em última instância, como crê o relatório do BIRD,<sup>92</sup> ou se prevalecerá a fragmentação nacional e/ou regional, como as tendências observáveis apontam, depende da maneira pela qual as tendências observáveis se comportarão. O mais provável, porém, é que o desemprego em massa reforce aquelas posições, tanto dos Estados, como dos cidadãos de cada país, de encarar como negativo o aumento do fluxo de imigrantes.

---

<sup>91</sup> Sobre o aumento dos conflitos étnicos e raciais em decorrência da globalização, veja-se Joel Kurtzman, *A Morte do Dinheiro*, Cap. 17.

<sup>92</sup> Banco Mundial, *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995: O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial*, op. cit. . Uma leitura atenta deste relatório revela que, pelo menos implicitamente, seus autores acreditam que a globalização acabe se impondo ao mercado de trabalho, ou em outros termos, que o liberalismo acabará por triunfar.

## 4- Perspectivas Para o Mercado de Trabalho

Da discussão feita até aqui é possível concluir que, mantidas as tendências atuais, dificilmente o mercado de trabalho será por si só capaz de resolver os problemas da alocação da força de trabalho e da distribuição da renda. Os desenvolvimentos tecnológicos aplicados à produção de mercadorias e serviços reduziram a necessidade de *inputs* de trabalho para a continuidade da produção de forma que uma crescente parcela da população terá dificuldade para conseguir emprego e, conseqüentemente, para satisfazer suas necessidades de renda e de *status* social mediante a sua inserção no mercado de trabalho.

Esta impossibilidade de grande parte da população de sobreviver mediante a venda da sua força de trabalho tem implicações sociais óbvias.<sup>1</sup>

Diante deste quadro discutiremos algumas propostas alternativas para resolver esse problemas.

---

<sup>1</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 2.

## **5.1- O Debate Sobre o Futuro do Mercado de Trabalho**

Na arena política e ideológica duas são as posições ortodoxas principais, que de uma forma ou outra, ainda acham possível um resgate da sociedade do trabalho. A primeira é a liberal que propõe como solução para o desemprego a flexibilização total do mercado de trabalho. Segundo eles, a eliminação de qualquer interferência do Governo ou dos sindicatos no mercado de trabalho terá como consequência uma queda do preço da mão-de-obra, o que incentivaria as empresas a utilizar técnicas mais intensivas em trabalho, o que minoraria a curto prazo os índices de desemprego e, talvez, a longo prazo, restabelecesse o pleno emprego.<sup>2</sup>

Sem dúvida alguma, a flexibilização do tempo de trabalho e a não interferência do Governo e dos sindicatos no mercado de trabalho, resultariam numa queda dos salários. Porém, as objeções mais importantes a este tipo de estratégia dizem respeito a duas hipóteses nela implícitas, a primeira, de que uma queda das taxas de salários aumentaria a propensão a investir dos capitalistas e, com ela, os investimentos efetivos e, a segunda, de que são os altos salários o determinante único ou principal das estratégias de racionalização das empresas que tem implicado em níveis assustadores de desemprego. Dessas duas hipóteses já tratamos no capítulo 3, cabe aqui, porém, uma observação complementar. Mesmo que fossem verdadeiras as hipóteses subjacentes ao modelo liberal e mesmo que aceitemos sua premissa básica — ou seja, de que o mercado só pode desempenhar o seu papel quanto à alocação da força de trabalho e distribuição de renda à medida que se retira todo potencial de poder do lado

---

<sup>2</sup> Para uma explicação mais detalhada desta posição vide o Capítulo 3.

da oferta do mercado de trabalho —, ainda assim, numa sociedade não autoritária, cabe duvidar da possibilidade de implementação com êxito desta estratégia, e isto porque ela está alicerçada sobre uma contradição insuperável. Como os trabalhadores, numa sociedade de mercado, não possuem outra alternativa de sobrevivência a não ser a venda da sua força de trabalho, provavelmente não aceitarão passivamente a coerção do mercado e lutarão contra a subordinação de sua entidade física, psicológica e moral a um mecanismo tão impessoal como o mercado, como, aliás, já o fizeram historicamente.<sup>3</sup> Para impedir os trabalhadores e suas organizações de implementarem algum tipo de estratégia defensiva que possa obstruir o livre funcionamento do mercado auto-regulável é necessário que os trabalhadores possuam a alternativa de poder ativar sua força de trabalho e de garantir sua renda *fora* do mecanismo de mercado. No entanto, se os trabalhadores possuem esta alternativa de poder sobreviver à margem do mercado de trabalho, isto significa que eles não estão totalmente sujeitos ao mecanismo de mercado, como exige a estratégia liberal. É exatamente este círculo vicioso, esta impossibilidade de totalização do mercado de trabalho, que torna a proposta liberal, não só irrealista, como *self-defecting*:

“Quanto a isso, poderia ser inclusive argumentado que a pré-condição funcional de um funcionamento regularmente ‘puro’ do mercado de trabalho (ou seja, que não é obstruído por estruturas de poder) é a presença de uma esfera social fora do mercado na qual as pessoas possam se movimentar livremente e, assim, trabalhar e viver sem serem subjugadas exclusivamente às leis do mercado de trabalho. Essa questão pode ser expressa de outra forma: é exatamente a

---

<sup>3</sup> Karl Polany, A Grande Transformação, Caps. 6 e 14.

*totalização* do mercado de trabalho que torna este princípio sócio-econômico de organização suscetível às estruturas de poder deturpadoras do mercado, que por sua vez só podem ser eliminadas através das formas mais extremas de violência do Estado utilizadas contra o trabalhador como, por exemplo, as do regime de Pinochet, no Chile”.<sup>4</sup>

No outro extremo, com uma posição diametralmente oposta à dos liberais, há a posição de alguns marxistas que identificam a obsolescência do mercado de trabalho como um sintoma da crise final da sociedade capitalista que se avizinha. A argumentação destes, em geral, é um desenvolvimento, ou, muitas vezes, mera extensão, de algumas das “teorias” da crise presentes em Marx (crise ligada à tendência decrescente da taxa de lucro, crise de realização ligada ao subconsumo das massas, etc).<sup>5</sup> Nos debates atuais, que envolvem a questão do impacto do desemprego crônico sobre o capitalismo, uma destas variantes de crise se destaca: a ligada a uma crise de subconsumo que impede a realização da mais-valia produzida.<sup>6</sup>

Essa variante, a da crise ligada ao subconsumo das massas, pode assim ser explicada. A reprodução ampliada do capital é uma tendência imanente ao capital, na medida em que a concorrência impõe a cada unidade do capital “as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas”. No entanto, ao mesmo tempo que a reprodução ampliada do capital cria uma massa de valor de troca crescente, a racionalidade imanente ao capital impõe um crescimento contínuo da parte constante do capital em detrimento de sua parte variável. A centralização do capital, ao reforçar

---

<sup>4</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 2, págs. 91 e 92.

<sup>5</sup> Sobre as várias variantes de crise em Marx, veja-se Paul Marlor Sweezy, Teoria do Desenvolvimento Capitalista, 6a. ed., RJ, Zahar, 1985, Parte Terceira.

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, István Mészáros, Produção Destrutiva e Estado Capitalista.

e acelerar os efeitos da acumulação, acaba, ao mesmo tempo, acelerando e potencializando as revoluções na composição técnica do capital, o que se traduz num brutal aumento da composição orgânica do capital.<sup>7</sup> A consequência deste processo é a redução da participação do trabalho por unidade de produto, uma vez que: “Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção ao seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele”.<sup>8</sup>

Com o crescimento da capacidade produtiva, porém, aumenta simultaneamente a quantidade de mais-valia que necessita ser realizada, ou seja, aquela parte da produção que em termos de valor contém a parcela relativa à mais-valia potencial que só se efetiva mediante a venda da produção. A questão é que, ao mesmo tempo em que cresce a produção e a mais-valia, o mercado se restringe pela queda do poder de compra global dos trabalhadores, fruto do desemprego. É esta contradição entre a necessidade crescente de mercados em expansão para a realização da mais-valia e o crescente desemprego que reduz a demanda dos trabalhadores que poderá levar o capitalismo à ruína, a uma crise final por insuficiência de demanda efetiva.<sup>9</sup>

O problema fundamental da tese da crise de subconsumo é que ela tem pouca sustentação teórica, como mostraram Tugan-Baranovsky e, mais tarde, de uma maneira a não deixar dúvidas, Kalecki. Tugan-Baranovsky sustentava que para o capital o consumo humano só tem importância enquanto consumo produtivo, enquanto um meio de produção. Para ele, da mesma maneira que o trabalho humano pode ser

---

<sup>7</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Volume II, Seção VII, Cap. XXIII- “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

<sup>8</sup> Karl Marx, O Capital, Livro I, Volume II, Seção VII, Cap. XXIII, pág. 189.

<sup>9</sup> István Mészáros, Produção Destrutiva e Estado Capitalista, SP, Ensaio, 1989, especialmente Caps. I e II.

substituído pela máquina, seus gastos também podem ser substituídos pelos gastos necessários à obtenção desses meios de produção, em outras palavras, os gastos dos trabalhadores podem ser compensados pelos gastos dos próprios capitalistas com investimento. Segundo Tugan-Baranovsky, não há nada de paradoxal nesta proposição, uma vez que a produção sob o capitalismo jamais visou satisfazer as necessidades humanas, mas tão somente as necessidades da acumulação do capital.<sup>10</sup>

Da mesma maneira, Kalecki, partindo dos esquemas de reprodução de Marx, mostrou que são os gastos agregados dos capitalistas em consumo e investimento que determinam seus lucros.<sup>11</sup> A partir desta proposição, conhecida como “princípio da demanda efetiva”, a queda dos gastos dos trabalhadores pode ser compensada pelo aumento dos gastos dos capitalistas e/ou do Estado. Desta maneira, uma crise catastrófica por insuficiência de demanda efetiva só teria lugar mediante uma estagnação ou queda dos gastos dos capitalistas.<sup>12</sup>

Uma terceira posição política, a “realista” — designamo-la assim seguindo Claus Offe<sup>13</sup> — aceita a impossibilidade de se restaurar o pleno emprego e propõe como alternativa política para a superação do “desequilíbrio” entre oferta e demanda no mercado de trabalho a exclusão do excesso de oferta. Os grupos de trabalhadores a serem excluídos do mercado de trabalho, ou para terem uma redução “flexível” da

---

<sup>10</sup> M. Tugan-Baranovsky, “Fundamentos Teóricos del Marxismo” e “Estudios sobre las Crisis Comerciales en Inglaterra”, in L. Colletti, org., El Marxismo e el Derrumbe del Capitalismo, México, Siglo Veintiuno, 1978.

<sup>11</sup> Michal Kalecki, “As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna”, in M. Kalecki, Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.

<sup>12</sup> Michal Kalecki, Teoria da Dinâmica Econômica.

<sup>13</sup> “Estou usando o termo ‘realismo’ (sem qualquer implicação valorativa positiva) para descrever posições que cuidadosamente tentam aceitar novos fatos, descartar velhas interpretações, desejos e expectativas, e adquirir uma orientação fundamentalmente nova sempre que a ‘realidade’ pareça demandá-la.” (Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 3, pág. 118).

jornada de trabalho remunerada são, pela ordem, os imigrantes, as mulheres (principalmente as casadas), os trabalhadores mais velhos e, por último, os jovens. A presunção que se encontra por trás da proposta realista é de que o estágio atual de desenvolvimento em que se encontra as sociedades capitalistas corresponde a uma fase de transição para uma sociedade “pós-industrial” ou “pós-capitalista” e, assim sendo, a proposta política de exclusão da força de trabalho tornada abundante nada mais é que uma solução emergencial ou paliativa correspondente a este interregno.<sup>14</sup>

O problema de como essa parte da população excluída do mercado de trabalho deve ser assistida econômica e socialmente — exceção feita aos imigrantes na medida em que eles devem ser impedidos de entrar ou “estimulados” a sair — recebe duas respostas diferentes. A primeira, e mais simples, seria deixar que o problema se resolvesse por si só, ou seja, que as pessoas excluídas do mercado de trabalho encontrassem formas alternativas de subsistência, como, por exemplo, a economia informal. A segunda recomenda que a política para a família proporcione os pagamentos à força de trabalho feminina retirada de circulação, não em dinheiro, mas na moeda simbólica do reconhecimento social, em outras palavras, equiparar em termos de *status* o trabalho doméstico e os serviços prestados em educação, assistência e cuidado das crianças pelas mulheres ao trabalho assalariado.<sup>15</sup>

Uma tal proposta política para resolver o problema dos altos índices de desemprego, todavia, além de pouco eficaz, não pode produzir mais do que uma “dualização” espontânea da sociedade entre aqueles que são empregados remuneradamente e aqueles supérfluos que tem que encontrar uma forma de subsistência à margem do mercado de trabalho. É pouco eficaz porque, como mostra a

---

<sup>14</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 3.

<sup>15</sup> Ibidem. Veja-se, por exemplo, Ralf Dahrendorf, O Conflito Social Moderno.

experiência, quanto maior é o índice de desemprego, maior são as pressões pela redução dos salários pelas empresas e maior são os riscos de desemprego e, conseqüentemente, menos indivíduos e famílias podem ter recursos para abandonar sua participação total ou parcial no mercado de trabalho, apesar de suas perspectivas de trabalho cada vez piores. Para se restabelecer o pleno emprego, assim, não basta criar “espaços” fora do mercado de trabalho para aqueles que não são absorvidos por ele, uma vez que são exatamente os desempregados aqueles que têm a menor possibilidade objetiva de viver à margem do mercado de trabalho. Dessa forma, nas palavras de Offe, “a posição ‘realista’ (da mesma forma que muitas propostas ‘verdes’ a esse respeito) tem uma tendência a exagerar consideravelmente e cegamente a capacidade de absorção do desemprego pelas formas de atividade independentes, auto-organizadas, um tipo de ‘atividade livremente escolhida’ que se supõe acontecer fora das condições de emprego formais”.<sup>16</sup>

A impossibilidade das três propostas acima discutidas de restaurar as funções antes desempenhadas pelo mercado de trabalho, ou de se restaurar uma sociedade centrada no trabalho, nos levam imediatamente à discussão de quais as soluções possíveis para se complementar as funções antes desempenhadas pelo mercado de trabalho. Antes, contudo, é premente abordar uma última questão que tem ganhado força à medida em que o desemprego se acelera. Trata-se da redução do tempo de trabalho enquanto proposta para se reduzir o desemprego.

---

<sup>16</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 3, pág. 123.

## **5.2- Os Limites da Redução da Jornada de Trabalho como Remédio ao Desemprego Contemporâneo**

O “equilíbrio”,<sup>17</sup> ou melhor a possibilidade de compatibilização entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho é determinado por três grandezas: 1) o desenvolvimento da população economicamente ativa; 2) as taxas de crescimento da produtividade; 3) as taxas de crescimento da produção. Essas três grandezas, na atualidade, tem se desenvolvido de forma a gerar um crescente nível de desemprego.<sup>18</sup> Em primeiro lugar, a população potencialmente ativa tem crescido devido ao elevado número de novos trabalhadores que chegam ao mercado em relação àqueles que se aposentam e devido ao aumento do período de vida que as mulheres dedicam ao trabalho.<sup>19</sup> Em segundo lugar, o crescimento da produtividade do trabalho tem se acelerado e é provável que se acelere mais nos próximos anos em razão do acirramento da concorrência inter-capitalista no mercado mundial. O acirramento da competição em escala mundial ao forçar investimentos em racionalização através do uso intensivo da microeletrônica, da robótica e do processamento de dados terá o efeito de causar um desemprego tecnológico tanto em termos relativos, como absolutos. Em terceiro lugar, o crescimento da produção não tem sido capaz de evitar o crescimento do desemprego.

---

<sup>17</sup> A palavra equilíbrio encontra-se entre aspas no corpo do texto porque trata-se de um termo aprioristicamente emprestado da física e que é impróprio para se aplicar ao capitalismo que é essencialmente dinâmico.

<sup>18</sup> Claus Offe, Trabalho e Sociedade, Vol. I, Parte II, Cap. 5.

<sup>19</sup> Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995- O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial, Cap. 1.

Para se restabelecer o “equilíbrio” no mercado de trabalho seria possível, teoricamente, tentar incrementar qualquer uma das variáveis acima — acelerar o crescimento da produção, reduzir deliberadamente o crescimento da produtividade ou ainda diminuir a oferta de trabalho — através de políticas *ad hoc*. Na prática, porém, excetuando-se o caso de um crescimento da produção mediante a utilização da capacidade produtiva ociosa, medida cujo efeito positivo sobre o nível de emprego é relevante, embora limitada<sup>20</sup>, só é possível “reequilibrar” a oferta e a demanda por trabalho mediante a redução da oferta de trabalho. Isto porque, por um lado, o crescimento da produção mediante novos investimentos ao invés de gerar novos empregos gera um decréscimo nos postos de trabalho e, por outro, porque a possibilidade de desacelerar a produtividade é irrealista num contexto de acirramento da competição global. Quanto a isto, devemos acrescentar que a possibilidade de redução da oferta pessoal de trabalho através da acomodação do excesso de oferta em setores alternativos (como por exemplo o setor de serviços),<sup>21</sup> ou de se prolongar a obrigatoriedade escolar, já se encontra esgotada, enquanto a exclusão do trabalho dos mais idosos e incapacitados tem seu limite claramente definido pela capacidade de oneração financeira dos agentes securitários e pela indisposição dos atingidos em aceitar uma redução em seus rendimentos.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> O aumento da produção mediante a utilização da capacidade produtiva subutilizada pode aumentar o emprego a curto prazo, a longo prazo porém ela tem o efeito de induzir novos investimentos, na medida em que o crescimento da utilização da capacidade produtiva instalada embora não altere o *mark-up* ou margem de lucro, altera a massa de lucro e, conseqüentemente a taxa de lucro que é um dos determinantes básicos do incentivo à investir. Veja-se a respeito, Michal Kalecki, Teoria da Dinâmica Econômica, Parte IV. Adicionalmente, contudo, como a existência de capacidade produtiva ociosa planejada é estratégica na concorrência oligopólica, sua simples supressão, desde que persistente, pode induzir novos investimentos. Veja-se a respeito, Paolo Sylos Labini, Oligopólio e Progresso Técnico, Parte I.

<sup>21</sup> Veja-se a respeito o Capítulo 3.

<sup>22</sup> Claus Offe, Trabalho e Sociedade, Vol. I, Parte II, Cap. 5.

A única alternativa, assim, para se atingir a compatibilização entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho seria diminuir a oferta mediante a redução do número de horas trabalhadas. As empresas — especialmente aquelas instaladas nos países desenvolvidos, onde os custos indiretos do trabalho são maiores — que têm introduzido novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho têm não apenas dispensado um número crescente de trabalhadores, como também tem imposto àqueles que permanecem no emprego uma carga de trabalho maior. Esta maior carga de trabalho é tanto fruto da intensificação do processo de trabalho, como também do aumento das horas-extras. Segundo Rifkin:

“Para economizar os custos de benefícios adicionais, inclusive assistência médica e aposentadoria, muitas empresas preferem empregar uma força de trabalho menor, trabalhando mais horas, do que uma força maior trabalhando menos horas. Mesmo com o pagamento de uma vez e meia por hora extra, as empresas ainda assim pagam menos do que pagariam se tivessem de pagar pacotes de benefícios para uma força de trabalho maior.”<sup>23</sup>

Esta alternativa, que enfrenta uma oposição ferrenha dos empregadores, tem sido reivindicada pelos trabalhadores e seus sindicatos não somente como contribuição para a solução do desemprego. O motivo ocupacional é só um entre uma gama de motivos pelos quais os trabalhadores e os seus sindicatos reivindicam a redução do tempo de trabalho. Entre estes motivos podemos destacar, além do ocupacional, os

---

<sup>23</sup> Jeremy Rifkin, O Fim dos Empregos, Parte V, Cap. 15, pág. 245.

seguintes outros motivos: aumentar o tempo livre e a soberania sobre o tempo e o interesse em escassear a força de trabalho.<sup>24</sup>

Mesmo assim, os trabalhadores e os sindicatos tem se mostrado céticos em relação às propostas de flexibilização do tempo de trabalho, ou seja, às regras que tornariam a duração e a situação da jornada de trabalho dependentes dos interesses, mesmo que não exclusivamente, das empresas, pelas seguintes razões: a) as relações até agora existentes de trabalho em tempo parcial, na sua grande maioria, referem-se a ocupações com níveis baixos de qualificação, o que exclui chances de qualificação e promoção e condicionam a instabilidade cíclica do emprego; b) arranjos de trabalho em tempo parcial representam uma estratégia de racionalização das empresas para obter uma intensificação do trabalho; c) este tipo de relação de trabalho, dados os baixos salários, a intensidade do trabalho e a instabilidade do emprego, só faz sentido como ganho extra (“bico”) ou como solução provisória; d) arranjos individualizados de jornada de trabalho afetam a estratégia solidária das lutas sindicais.<sup>25</sup>

Para se evitar que a redução da jornada de trabalho possa se converter em instrumento pelo qual os empregadores, especialmente do setor de serviços, possam usar a força de trabalho conforme o surgimento de tarefas descontínuas, sem pagar salários pelo tempo em que a força de trabalho não seria usada, para evitar os efeitos negativos acima mencionados — enfim, para evitar que a redução da jornada de trabalho e sua flexibilização possam ser unilateralmente aproveitadas pelos empregadores — e para que ela tenha alguma efetividade enquanto política ocupacional, seria necessário que empregadores e empregados decidissem aceitá-la como objeto de negociação. Isso se torna mais evidente na medida em que se reconhece

---

<sup>24</sup>Claus Offe, Trabalho e Sociedade, Vol. I, Parte II, Cap. 5.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

que os representantes dos interesses dos trabalhadores só dispõem de um poder efetivo de controle nas empresas quando os direitos dos trabalhadores estão normatizados juridicamente ou em contratos coletivos, podendo assim ser cobrados junto às instâncias de intermediação ou à justiça do trabalho.

Como não se pode esperar que a regulação da flexibilização do tempo de trabalho seja possível “de cima para baixo” e como devido à sua ampla abrangência territorial o contrato coletivo não é o instrumento adequado para a normatização de questões específicas como esta, faz-se necessária uma transferência do poder de normatização e de sancionamento do plano dos contratos coletivos para o da empresa, na verdade, em favor da representação de interesses na empresa.<sup>26</sup> Fora do plano da empresa, não seria possível evitar o risco da mera transformação dos postos de trabalho em tempo integral em postos de trabalho mais produtivos em tempo parcial e sem compensações no nível de emprego agregado.<sup>27</sup>

Uma proposta como esta implica num fortalecimento da representação de interesses na empresa e numa completa reformulação no sistema de negociação na empresa, o que é possível, embora bastante complicado num contexto em que o desemprego e a crise sindical se aprofundam.

Embora o mercado de trabalho seja ainda nacional ou regional, uma tal proposta se apenas implementada em âmbito nacional ou regional não surtiria os efeitos desejados. Primeiro, porque o capital poderia contar com a alternativa de se deslocar e produzir em países e/ou regiões onde a flexibilização e redução da jornada de trabalho não estivesse implementada, ou, pior, onde ele pudesse unilateralmente usufruir de seus benefícios. Segundo, porque se implementada isoladamente por um

---

<sup>26</sup> *Ibidem.*

<sup>27</sup> *Ibidem.*

determinado país, o aumento dos custos de salários, ao pressionarem os preços das mercadorias assim produzidas, poderia colocar as empresas instaladas nestes países em desvantagem na concorrência com as demais empresas no mercado global, estimulando estas empresas a políticas e racionalização ainda mais profundas. Para se evitar estes problemas, poderia o Estado assumir alguns encargos antes pagos pelas empresas, o que seria compensado parcialmente pela redução dos gastos do governo com auxílio desemprego. Poderia ainda o Estado conceder créditos em impostos às empresas que reduzissem a jornada de trabalho e contratassem trabalhadores adicionais; a perda de receita do governo, nesse caso, seria compensada, parcialmente, pelo aumento da receita tributável gerada por um maior número de trabalhadores empregados. Porém, mesmo que essas políticas compensatórias fossem implementadas pelo Estado, elas ainda não seriam suficientes para neutralizar o aumento nos custos gerado pela redução da jornada de trabalho, dada a limitação fiscal que a maioria dos governos enfrenta hoje. Talvez, a única maneira de se implementar uma redução da jornada de trabalho numa economia globalizada, sem que isso implique em perda de “vantagens comparativas” para as empresas, é se todos, ou a maioria dos países, o fizerem.<sup>28</sup>

Se a redução e a flexibilização da jornada de trabalho podem ter um efeito considerável sobre o nível de emprego — pois, ao mesmo tempo, reduz o risco de desemprego dos já empregados e cria postos de trabalho adicionais — , muito embora sua aplicação, como discutida acima é complexa, ela não pode ser tomada como uma panacéia para o problema do desemprego. É provável que a redução da jornada de trabalho tenha um limite econômico: atingido certo limite, reduções ulteriores na

---

<sup>28</sup> Jeremy Rifkin, O Fim dos Empregos, Parte V, Cap. 15.

**jornada de trabalho cresceriam de tal forma os custos e reduziriam a produtividade a ponto de se tornarem contraproducentes. Atingido esse limite é provável que o aumento dos custos e a redução da produtividade reduzam a taxa de lucro. A redução do lucro, ou afetaria negativamente as decisões de investir e, com ela, o nível de emprego, ou incentiva políticas mais agressivas de racionalização, que causariam um aumento do desemprego.**

**O que podemos concluir, a partir da discussão acima, não é que a redução da jornada de trabalho é ineficaz, mas tão somente que, isolada, ela não pode resolver o problema do desemprego contemporâneo e que, portanto, devem ser procuradas e implementadas medidas complementares e mais decisivas.**

### **5.3- Uma Proposta Complementar para a Alocação do Trabalho e da Renda.**

Às portas de um novo século, o chão parece deslocar-se dos nossos pés. Está suficientemente claro para aqueles que se dispõem a enxergar, que o desenvolvimento do capitalismo à escala mundial não mais pode, por si só, resolver nossos problemas mais prementes, quais sejam, o desemprego, a destruição ambiental e a pobreza. Parece, ao contrário, que o desenvolvimento capitalista mesmo obsta tais resoluções. O desenvolvimento das forças produtivas perdeu seu potencial emancipador à medida em que o progresso técnico-científico tornou-se, por um lado, fundamento de legitimação da tecnoestrutura pública e privada e, por outro, fonte independente de mais-valia em detrimento do trabalho vivo.<sup>29</sup> A “Revolução Microeletrônica”, pela qual a força de trabalho é substituída por robôs e autômatos, inaugurou uma época em que o exército ativo de trabalho será constituído por uma minoria da população, enquanto a grande maioria estará impedida de satisfazer suas necessidades através do trabalho assalariado.<sup>30</sup>

Portanto, aos problemas crônicos das nações capitalistas subdesenvolvidas, como, por exemplo, a pobreza, soma-se agora o desemprego tecnológico nas nações desenvolvidas e que, provavelmente, à medida em que as novas técnicas e formas de organização do trabalho se difundirem,<sup>31</sup> se alastrará por todo o globo.

---

<sup>29</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência enquanto ‘Ideologia’”. Quanto ao desenvolvimento técnico-científico enquanto fonte de legitimação da tecnoestrutura, ver também John Kenneth Galbraith, O Novo Estado Industrial.

<sup>30</sup> André Gorz, Les Chemins du Paradis, Paris, Galilée, 1989, págs. 67 a 76.

<sup>31</sup> Na verdade, já há difusão, se bem que restrita, das novas técnicas produtivas. Porém, empregamos o termo difusão no sentido que Schumpeter o utiliza e, nesse

Se os mecanismos sociais designados para alocar a força de trabalho e distribuir a renda já não podem cumprir apropriadamente sua função, talvez não reste alternativa a não ser desvincular o trabalho da renda. Esta medida torna-se cada vez mais urgente na medida em que as instituições estatais destinadas a dar apoio aos desempregados, aos que ainda não foram empregados e aos aposentados encontram-se diante de problemas fiscais crônicos e cada vez maiores. Como as rendas do sistema da previdência são vinculadas ao montante de salários pagos na economia — na verdade são um percentual dos salários agregados —, e como devido ao desemprego crescente, cresce as despesas, enquanto as receitas diminuem, gera-se uma desproporção dinâmica entre despesas e receitas, ou seja, um desequilíbrio fiscal crescente.

“Se esse passo fosse dado, as ligações até o presente entre renda e trabalho executado, um traço característico das sociedades de mercado, seriam parcialmente rompidas, e a norma de equivalência, que serve como critério de justiça social (assim como de eficiência econômica), seria deliberadamente destruída. Inicialmente esses passos deveriam ser justificados não tanto pela invocação de velhos ideais socialistas, mas sobretudo pelo fato de que as chances de se ganhar um salário no mercado têm diminuído bastante e continuarão tão baixas que serão insuficientes para cobrir as necessidades de renda da população mesmo em Estados do bem-estar desenvolvidos.”<sup>32</sup>

---

sentido, o processo de difusão ainda não começou. Veja-se Joseph Alois Schumpeter, A teoria do Desenvolvimento Econômico.

<sup>32</sup> Claus Offe, Trabalho e Sociedade, Vol. I., Cap. 15, pág. 126.

Propostas nesse sentido têm surgido. E algumas delas tem sido implementadas por alguns Estados Nacionais, como o imposto de renda negativo,<sup>33</sup> a renda mínima, etc. Não é nosso intuito discutir todas estas propostas. Trataremos apenas de uma destas propostas de desvinculação da renda do trabalho, dentro do âmbito do próprio capitalismo. Trata-se da proposta de Philippe Van Parijs, conhecida como renda básica.<sup>34</sup>

Hoje, quando o desmantelamento dos regimes do Leste Europeu removeram da lista de possibilidades políticas qualquer forma de socialismo que ainda restasse, existe algum outro futuro para os países de capitalismo avançado que não implique um retrocesso ao “laissez-faire”, ou uma tentativa desesperada de agarrar-se ao “Welfare State”? Para Philippe Van Parijs há, e essa alternativa é mais desejável que as outras três. A essa possibilidade, o autor denomina “capitalismo de renda básica”. Em suas palavras, : “Ela se refere a um regime sócio-econômico em que a maior parte dos meios de produção é de propriedade particular, enquanto cada cidadão recebe, além de qualquer renda que possa obter da participação nos mercados ou de capital ou que se deva a algum ‘status’ específico, uma substancial renda incondicional”.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Sobre o imposto de renda negativo, veja-se Eduardo Matarazzo Suplicy & Samir Cury, “A Renda Mínima Garantida Como Proposta Para Remover a Pobreza”, in *Revista de Economia Política*, Vol. 14, número 1 (53), janeiro-março de 1994.

<sup>34</sup> Para nossa exposição utilizaremos principalmente dois textos do autor, nomeadamente, Philippe Van Parijs and R. J. Van der Veen, “A Capitalist Road to the Communism”, in *Theory and Society*, n. 15, 1987 e Philippe Van Parijs, “Capitalismo de Renda Básica”, *Revista Lua Nova*, n. 32, 1994. A diferença básica entre os dois artigos, é que no primeiro Van Parijs acreditava, como o próprio título do artigo indica, que a implementação de tal proposta acabaria conduzindo ao comunismo, enquanto no segundo, escrito após o colapso da URSS, Van Parijs descarta esta possibilidade. Aqui, para esta exposição, nos basearemos, especialmente, no último e mais recente.

<sup>35</sup> Philippe Van Parijs, “Capitalismo de Renda Básica”, pág. 69.

Para Van Parijs, a introdução de uma renda básica incondicional permite a emancipação dos indivíduos tão almejada pelo ideal comunista, sem para isso exigir a implantação de um “modo de produção socialista”.

Uma vez que uma sociedade com justiça social, como quer crer o autor, nada mais é que uma sociedade cujos membros são realmente tão livres quanto possível, para assim sê-lo, uma sociedade deve satisfazer três condições: 1) existência de uma estrutura de direitos solidamente garantida (condição de segurança); 2) existência de uma estrutura de tipo a permitir que cada pessoa seja proprietária de si mesma (condição de propriedade de si mesmo); 3) existência de uma estrutura que permita que cada pessoa tenha a maior oportunidade possível de fazer o que quer que deseje (*maximin lexicográfico*). O estabelecimento de uma sociedade desse tipo necessitaria, ademais, de um padrão pelo qual os conflitos entre as três condições acima pudessem ser resolvidos. Para o autor, de modo não rígido, uma sociedade livre deveria dar prioridade à condição de segurança sobre a propriedade de si mesmo, e desta sobre a oportunidade *leximin*. Em outros termos, é preciso leximizar as oportunidades das pessoas, respeitando a proteção de sua liberdade formal, isto é, respeitando a estrutura de direitos que incorpora a propriedade de si mesmo.<sup>36</sup>

Para que seja implantada uma sociedade realmente livre desse ponto de vista, é necessário dotar os indivíduos dos “meios” e não somente do “direito” para levarem a vida da forma que desejem. Para tanto, é crucialmente importante que se garanta ao indivíduo uma renda incondicional, sem que condições sejam impostas a seu uso e sem qualquer restrição à conduta da pessoa beneficiada; sem nenhuma restrição, em particular àqueles que estão disponíveis ao trabalho pago. Uma sociedade

---

<sup>36</sup> Philippe Van Parijs, “Capitalismo de Renda Básica”.

radicalmente livre deve, pois, assegurar a todos uma renda incondicional mais elevada possível e que seja compatível com a segurança e com a propriedade de si mesmo.<sup>37</sup>

Para designar uma renda incondicional deste tipo, Van Parijs a chama de renda básica. Esta renda básica, além de ser independente da condição familiar, do local de residência e de não se restringir àqueles que se dispõem a trabalhar, deve ainda ser disponível *ex ante*, em oposição a um imposto de renda negativo.<sup>38</sup>

Embora a introdução da renda básica máxima incondicional seja um pré-requisito fundamental à leximização da liberdade real, ela não é suficiente. Uma vez que os indivíduos possuem diferentes capacidades físicas e mentais, seus complexos de oportunidades também serão diferentes e, com ele, também serão diversos seus níveis de liberdade real a despeito de possuírem rendas básicas idênticas. Para solucionar esta questão, poderia impor-se transferências de renda decrescentes aos menos capacitados.<sup>39</sup>

Por fim, na medida que a adoção de uma renda básica máxima pressupõe a existência de uma renda *per capita* elevada, é necessário cuidar para que ela não incentive um aumento demográfico, o que poderia ser conseguido, segundo Van Parijs, ajustando sua implementação de forma que seu nível seja uma função crescente da idade, ou seja, atribuindo uma renda maior aos mais velhos e uma renda menor às crianças.<sup>40</sup>

O fato, no entanto, de uma proposta como essa ou de qualquer outra que permita minorar as contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista, pressupor

---

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> Sobre as vantagens de uma renda máxima *ex ante* sobre um sistema de imposto de renda negativo, consultar os dois já citados artigos de Philippe Van Parijs.

<sup>39</sup> Philippe Van Parijs, "Capitalismo de Renda Básica".

<sup>40</sup> Ibidem.

tanto um nível elevado de renda nacional, como também um nível elevado de tributação, deve bastar para reacendermos o debate sobre uma nova sociedade civil radicalmente democrática e sob as formas de se recuperar a eficácia das políticas econômicas num capitalismo globalizado. O ponto particularmente evidente de onde se deve partir tais discussões, é que às estruturas e aos processos que se desenvolvem ao nível global, não é mais possível contrapor soluções nacionais, mas tão somente soluções multinacionais. Enfrentemos aqui a questão do financiamento de uma política de renda básica que, sem dúvida, é um dos principais problemas a se enfrentar para sua implementação.<sup>41</sup>

Em primeiro lugar, um aumento substancial da tributação deve primordialmente resguardar-se de que não afetará negativamente o nível de atividade econômica e nem o investimento, pois, se isso ocorrer, na medida em que os tributos incidem sobre a produção e/ou a renda, o efeito líquido será nulo ou mesmo negativo: aumenta-se as alíquotas, mas o total arrecadado não cresce ou diminuem. É pois primordial optar por um imposto sobre o capital-dinheiro (mais especificamente, sobre a riqueza em geral), porque um tal tipo de imposto não altera a taxa de lucro e nem a renda agregada dos capitalistas, uma vez que ele é compensado por um aumento de suas vendas, graças ao aumento da demanda efetivada pelo gasto da renda assim redistribuída. Complementarmente, a lucratividade relativa do investimento não é afetada porque este tipo de imposto incide sobre qualquer forma de riqueza: se um certo montante de capital-dinheiro é mantido em espécie, ou aplicado em títulos do governo, ou aplicado na construção de uma fábrica, ou ainda aplicado no mercado financeiro, o mesmo imposto incidirá sobre ele, de tal forma que a vantagem

---

<sup>41</sup> Nos textos utilizados, Van Parijs não dá a devida atenção à questão do financiamento de uma política desse tipo.

comparativa não se altera. Se o investimento é financiado por empréstimo, sua lucratividade também não será alterada, porque o empréstimo não significa um aumento da riqueza do empresário investidor.<sup>42</sup>

Pode-se utilizar ainda complementarmente um imposto modificado sobre a renda. Como o imposto sobre a renda reduz a taxa de lucro líquida, enfraquecendo o incentivo a investir, é possível compensar esse efeito adverso insentando do imposto sobre a renda aquele montante investido para reposição ou expansão da capacidade produtiva.<sup>43</sup>

Como discutido no primeiro capítulo, embora nos encontremos no limiar de uma revolução tecnológica, os países capitalistas não tem experimentado taxas de crescimento do produto e da renda expressivas, como no passado,<sup>44</sup> e uma das razões para tanto é que existem no mercado aplicações financeiras com altas taxas de juros e com riscos menores que o investimento. A adoção de um imposto modificado sobre a riqueza, de tal forma que o montante investimento em capital fixo é deduzido do montante tributável, poderia não só fornecer recursos que possibilitassem financiar parte de uma política de renda básica, como ainda dinamizar as economias capitalistas, na medida em que tornaria o investimento mais atrativo que as aplicações financeiras. E, adicionalmente, como os impostos incidem ou sobre a renda ou sobre o produto adicionado, o montante arrecadado cresceria com o crescimento do produto e da renda nacional.

---

<sup>42</sup> Michal Kalecki, "Três Caminhos para o Pleno Emprego", in Jorge Miglioli, org., Kalecki, Grandes Cientistas Sociais, número 16, SP, Ática, 1980.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> O PIB mundial cresceu a uma taxa média anual de 1,8 % entre 1990 e 1994, enquanto no decênio 1980-1990 ele crescia a uma taxa média de 3,1 %. O PIB médio anual das economias de alta renda não apresenta diferenças significativas; ele cresceu 1,7 % entre 1990-1994 e 3,2 % entre 1980-1990. Veja-se Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial- 1996, Tabela 11, págs. 226 e 227.

O grande problema porém é que, devido à globalização, o raio de ação dos Estados Nacionais para implementar políticas deste tipo se estreitou e continua a se estreitar. Nas palavras de Habermas :

“Com a internacionalização dos mercados financeiros, de capitais e de trabalho, os governos nacionais tem sentido crescentemente o descompasso entre a limitada margem de manobra de que dispõem e os imperativos decorrentes basicamente não das relações de comércio em nível mundial, mas das relações de produção tramadas globalmente. Estas escapam cada vez mais às políticas intervencionistas do governo, não apenas de redistribuição monetária, mas de incentivo à indústria, subsídios creditícios, proteção tarifária etc. A administração e a legislação nacionais não têm mais um impacto efetivo sobre os atores transnacionais, que tomam suas decisões de investimento à luz da comparação, em escala global, das condições de produção relevantes”.<sup>45</sup>

No tocante ao financiamento de uma política social ampla como a apresentada, ou de qualquer outra que implique numa elevação da tributação, os problemas a serem enfrentados são enormes e de difícil solução no bojo do Estado Nacional. Quando afirmamos, seguindo Kalecki, que tanto o imposto sobre a riqueza, como o imposto modificado sobre a renda, não afetam a lucratividade relativa do investimento, estávamos implicitamente tomando por objeto a sociedade nacional, na verdade supondo uma economia fechada. Ao transpormos a análise para a economia global, a conclusão infelizmente se altera. Os dois tipos de impostos deprimem a lucratividade

---

<sup>45</sup> Jürgen Habermas, “O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização-O passado e o futuro da soberania e da cidadania”, in Novos Estudos CEBRAP, número 43, novembro de 1995.

relativa dos investimentos e das aplicações financeiras do país que as implementou em relação aos demais, o que pode causar uma fuga de capitais especulativos para outros países<sup>46</sup> e uma queda dos investimentos, o que inviabilizaria a adoção de uma política de renda incondicional garantida.

Para se implementar uma tal proposta seria necessário uma coordenação de políticas fiscais entre os vários Estados Nacionais, ou uma ação política acima dos Estados Nacionais, verdadeiramente supranacional. Sem uma coordenação deste tipo ou de uma capacidade para a ação política por parte de uma estrutura supranacional, problemas mais amplos, como o desemprego, não podem ser enfrentados de maneira decisiva. É bom que se deixe claro que não afirmamos que na impossibilidade de uma política acima dos Estados Nacionais nada reste aos Governos a não ser seguir os ditames da ideologia neoliberal, qual seja, se limitar a fomentar a “modernização” de suas economias; em outras palavras, renderem-se ao “moinho satânico global” do mercado. O que afirmamos é que se faz necessário recompor a capacidade política e econômica dos Estados para intervir.

Uma ação coordenada ou supranacional parece cada vez mais premente e muitos governos nacionais já admitem sua necessidade. Porém, sua efetiva implementação, como um pré-requisito para permitir a realização de políticas que permitam melhorar as disparidades sociais, não pode e não será levada a cabo apenas pelos agentes político-partidários. É necessário que a sociedade civil de todos os países se mobilizem e exijam uma sociedade mais justa.

---

<sup>46</sup> A fuga de capitais especulativos é um expediente extremamente simples e rápido, num mercado financeiro cada vez mais entrelaçado e ligado por computadores, como demonstra a experiência mexicana recente. Como disse Kurtzman, : “ Sinais retransmitidos por satélites ou transportados através de cabos submarinos não esperam autorização da alfândega para entrarem” ( Joel Kurtzman, A Morte do Dinheiro, SP, Atlas, 1995, pág. 18), ou, acrescentamos nós, para saírem.

De fato, todas as sociedades já constituem parte inseparável de uma sociedade global de riscos compartilhados, embora os atores sociais não se apercebam disto. Para uma ação política efetiva e cooperativa é fundamental a tomada de consciência dos desafios que o desenvolvimento capitalista está criando. No entanto, se esta tomada de consciência se processará e se as ações requeridas para minorar as contradições capitalistas serão reivindicadas e em que grau, depende muito da forma como se desenvolverá o conflito entre duas tendências antagônicas que estão no âmago do processo de globalização. Vamos a elas.

A ampliação da comunicação, que ocorre tanto por meio de linguagens naturais — veiculadas principalmente através de meios eletrônicos —, como por códigos especiais (é o caso, principalmente, do dinheiro e do direito), que está mesmo na base do processo de globalização, tem conduzido a duas tendências opostas. Por um lado, ao integrar cada vez mais as pessoas e ao encurtar o tempo e a distância entre os acontecimentos e a percepção destes, ela promove a expansão da consciência dos atores individuais, ou coletivos. Por outro, ela promove a ampliação dos sistemas (como os mercados), redes ou organizações. A ampliação e difusão dos sistemas e das redes, embora intensifiquem e multipliquem os contatos e as informações dos atores, não estimula a expansão de um mundo compartilhado intersubjetivamente. “Atualmente, ainda não está claro se a expansão dessa consciência, que depende de intersubjetividades de ordem mais elevada, num universo ainda maior de significados compartilhados, será capaz de abarcar os sistemas ampliados, ou se em vez disso os processos sistêmicos, tendo se autonomizado, irão levar à fragmentação de uma multiplicidade de aldeias globais sem relacionamento entre si”.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Jürgen Habermas, “O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização”, pág. 99.

Por mais que a proposta acima esboçada de desvinculação da renda do trabalho pareça audaciosa, o fato é que ela ainda está incompleta. É incompleta porque uma renda monetária incondicional só seria suficiente para garantir a satisfação das necessidades vitais além de um nível de subsistência civilizado. Para assim não ser, seria necessário que o nível de gastos públicos e de tributação excedessem os limites economicamente justificáveis. Porém, mesmo que a questão do financiamento fosse equacionada, ainda assim apenas uma das dimensões do problema do mercado de trabalho teria sido resolvida, ou seja, teria se encontrado uma solução alternativa para a questão da alocação da renda, mas persiste a questão da alocação da força de trabalho para tarefas socialmente úteis. Assim, seria necessário, conjuntamente à redução do número de horas trabalhadas por pessoa, também buscar fora do mercado de trabalho a satisfação para a necessidade humana de atividades significativas, úteis e justificadas.<sup>48</sup>

A continuidade da atual revolução tecnológica determinará o desaparecimento de muitos dos empregos hoje existentes, mas também criará novos empregos, muitos dos quais estarão relacionados com a aplicação das novas tecnologias e com a indústria do entretenimento que deve crescer bastante com o aumento do tempo livre. Persistirá porém o problema de que a destruição de postos de trabalho será muito maior e mais rápida que a criação de novos empregos. Para essa enorme massa de desempregados será necessário criar formas de atividades socialmente úteis e reconhecidas que incentivem os indivíduos a executá-las e que lhe dêem em troca algum tipo de *status* social. De outra maneira, embora suas necessidades materiais possam estar satisfeitas mediante a obtenção de uma renda básica, há o perigo da ausência de uma atividade,

---

<sup>48</sup> Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, Cap. 3.

de um ideal, ou de um horizonte, de criar uma sociedade de alienados, criar toda uma espécie de patologia social, que permita que as fontes de solidariedade social minguem ainda mais. Tais tipos de atividade podem ser criadas pelo Estado, acoplando a obtenção da renda básica, ou acréscimos desta, à prestação de algum tipo de atividade socialmente útil, como a educação, a preservação ambiental, a assistência social, etc.<sup>49</sup>

O ideal, porém, seria que os próprios indivíduos se organizassem de forma a dedicarem uma parte do seu tempo livre a algum tipo de atividade socialmente útil. Um sinal positivo de que isso não é só possível como também provável, é dado pelo crescimento de setores independentes em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As próprias pessoas estão se organizando voluntariamente, criando instituições, em nível local, nacional e muitas vezes internacional, para suprir as necessidades que não estão sendo atendidas pelo mercado ou pelo setor público. Em muitos países, como é o caso dos E.U.A., Inglaterra, Alemanha, Itália e Japão, o “terceiro setor” tem crescido dramaticamente, muitas vezes mais que os setores públicos e privados, mas o setor independente também tem se desenvolvido rapidamente nos países não-desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento elas já somam 35 mil organizações e muitas vezes se constituem em única fonte de reivindicação de melhorias na esfera social.<sup>50</sup>

Essas instituições, ou “terceiro setor”, ou ONGs, provavelmente crescerão ainda mais, na proporção inversa da redução do papel que o setor público e privado desempenhará na vida cotidiana dos seres humanos. Esse terceiro setor poderá desempenhar um importante papel na sociedade futura, não só pelos serviços que possa prestar, mas principalmente porque ele não está, como as empresas e o Estado, tão submetido à lógica do sistema, podendo vir a desenvolver vínculos de

---

<sup>49</sup> *Ibidem.*

<sup>50</sup> Veja-se a respeito os dados de Jeremy Rifkin, O Fim dos Empregos, Caps. 16, 17 e 18.

solidariedade, os quais necessariamente se opõem à racionalidade instrumental e, assim, poderiam se opor a colonização do mundo da vida.

Com a globalização e a atual revolução tecnológica em curso, estão emergindo processos e forças que tanto podem conduzir a uma sociedade mais justa e democrática, como podem conduzir a uma erosão da moralidade que certamente minaria a força integrativa da cidadania democrática. Se a sociedade que se avizinha será ou não melhor, depende da forma como a sociedade civil mundial reagirá às transformações em processo. Como diz Rifkin:

“Estamos entrando numa nova era de mercados globais e de produção automatizada. A estrada para uma economia quase sem trabalhadores está à vista. Se esta estrada leva a um porto seguro ou a um terrível abismo, dependerá de como a civilização irá preparar-se para a era pós-mercado que virá logo após a Terceira Revolução Industrial. O fim do trabalho poderia significar a sentença de morte para a civilização, como a conhecemos. O fim do trabalho poderia também sinalizar uma grande transformação social, um renascimento do espírito humano. O futuro está em nossas mãos”.<sup>51</sup>

Se o desenvolvimento das forças produtivas converteu-as em forças destrutivas, no sentido discutido por Habermas,<sup>52</sup> ela também criou as pré-condições econômicas para uma sociedade mais justa. O que nos falta, entretanto, é o mais difícil: as condições políticas e culturais para se erigir uma tal sociedade.

---

<sup>51</sup> Jeremy Rifkin, *O Fim dos Empregos*, Parte V, Cap. 18, pág. 315.

<sup>52</sup> Jürgen Habermas, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’ ”.

Que alguns julguem tudo isso utópico diante das últimas experiências históricas, lembro-os de que a jornada de trabalho de 8 horas diárias era também impensável no século XVIII, assim como o advento do *welfare state* no século XIX. É dessa forma que ganha relevância as palavras a seguir:

*“O pensamento histórico saturado de experiência parece destinado a criticar os projetos utópicos; o pensamento utópico, em sua exuberância, parece ter a função de abrir alternativas de ação e margem de possibilidades que se projetam sobre as continuidades históricas. Na verdade, porém, a moderna consciência do tempo inaugura um horizonte onde o pensamento utópico funde-se ao pensamento histórico”.*<sup>53</sup>

O fim do “socialismo real”, o desmonte do “welfare state”, a perda de poder dos sindicatos e da ideologia socialista e a reaparição com força total dos movimentos de direita e do neoliberalismo, não significam o “fim da história”, nem o fim das utopias. Significam tão somente o fim de uma época histórica e de uma certa utopia. As utopias ressurgirão sempre enquanto o desenvolvimento capitalista gerar novas contradições, ou simplesmente, enquanto reproduzir as já existentes. A esperança de emancipação da sociedade não perdeu sua força, simplesmente se transformou, aprendeu com a história.

---

<sup>53</sup> Jürgen Habermas, “A Nova Intransparência- A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas”, pág. 104.

## Considerações Finais

O capitalismo, desde sua gênese, apresentou-se como um sistema social com alto poder de difusão à escala mundial, o que levou autores de diferentes matrizes teóricas e em épocas diferentes, tais como Adam Smith, Karl Marx, Max Weber e Immanuel Wallerstein, a prognosticarem a sua difusão por todo o globo.<sup>1</sup> Estes autores, porém, não imaginavam — e nem o podiam àquela época, no caso de Smith, Marx e Weber —, que o desenvolvimento do capitalismo por todo o globo modificaria a dinâmica capitalista.

A atual fase do desenvolvimento capitalista, inaugurada aproximadamente a partir da segunda metade deste século, é qualitativamente diferente dos ciclos de difusão anteriores do capitalismo. Tanto sobre o mercantilismo e colonialismo, como sobre o imperialismo, a dinâmica da acumulação *pari passu* fortalecia o poder do Estado Nacional. Hoje, porém, aqueles mesmos processos e instituições que outrora

---

<sup>1</sup> Esta afirmação, quando referida a Marx, Weber e Wallerstein não deve causar surpresa, veja-se por exemplo, Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto do Partido Comunista, Petrópolis, Vozes, 1988, e dos mesmos autores, A Ideologia Alemã (Feurbach), op. cit. ; Max Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo; Immanuel Wallerstein, The Politics of the World-Economy- The States, the Movements and the Civilizations, Cambridge, Cambridge University Press, 1988. O mesmo não é tão claro no caso de Smith, uma vez que não está explícito em suas obras, embora decorra logicamente de sua análise. Como o capitalismo nada mais é que a realização da natureza humana, objetivação de uma pretensa tendência inata aos homens a intercambiar, ele tende não só a se perpetuar, como a se espalhar por todos os recantos do globo. Veja-se, Adam Smith, “Do Baixo Valor das Mercadorias, isto é, da Abundância”, in Claudio Napoleoni, Smith, Ricardo e Marx, op. cit.

deram origem ao Estado-nação põem sua soberania em questão. A soberania do Estado Nacional se vê abalada quando, como procuramos mostrar, o desenvolvimento do mercado financeiro propriamente global e o advento das empresas transnacionais reduzem o raio de ação e a efetividade das políticas e da legislação nacionais.

A simples existência de pressões que se projetam no sentido de forçarem a redefinição do papel do Estado Nacional já seria, por si mesma, uma fonte de preocupação, pois, o Estado-Nação propiciou uma estrutura na qual a idéia republicana de uma comunidade, influenciando conscientemente sobre si mesma, historicamente pôde ser articulada e institucionalizada.<sup>2</sup> Porém a gravidade do momento atual não reside apenas na impossibilidade, e/ou na maior dificuldade, de implementação de projetos nacionais autônomos de desenvolvimento. Reside sim na espetacular amplificação das contradições anteriormente existentes e no aparecimento de novas contradições, agora globalmente criadas pelo desenvolvimento capitalista.

Dentre a enorme gama de contradições que vem afrontando a sociedade mundial atualmente uma se destaca: o desemprego. Se os baixos salários e a exploração dos trabalhadores são em si vexatórios e humilhantes, especialmente numa sociedade onde o critério de capacidade é habilidade de ganhar dinheiro,<sup>3</sup> não existe adjetivos para classificar o desemprego. Se o “empregado explorado” está condenado a um padrão de consumo que, especialmente nos países pobres, nem sempre é suficiente para garantir muito mais que a mera reprodução da sua força de trabalho, o desempregado está num estado de completo impedimento de satisfazer suas necessidades mais básicas e, algumas vezes — como é o caso da imensa maioria dos países pobres, onde muitas vezes não existe nenhuma *política efetiva e duradoura* de

---

<sup>2</sup> Jürgen Habermas, “O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização”.

<sup>3</sup> C. Wright Mills, A Elite do Poder, RJ, Zahar, 1981, Cap. V.

compensação aos problemas causados pelo desemprego — de completo impedimento de satisfazer suas necessidades biológicas *stricto sensu*.

Toda fase de desenvolvimento acelerado da produção capitalista foi historicamente precedida e impulsionada por uma revolução tecnológica,<sup>4</sup> no bojo da qual assistiu-se, *pari passu* ao revolucionamento do processo produtivo, um período de “adaptação” — em que se observava falências de empresas, queda do rendimento nacional e desemprego estrutural. Hoje, porém, embora estejamos no limiar de uma revolução deste tipo, ou, segundo alguns afirmam, em plena revolução tecnológica, as taxas de crescimento da produção não tem sido espetaculares na imensa maioria dos países.<sup>5</sup> Até aqui, o saldo da atual revolução tecnológica tem sido negativo para muitas pessoas. A utilização crescente de robôs, autônomos e da tecnologia da informação diminuiu de tal forma a necessidade de *inputs* de trabalho para a continuidade do processo produtivo que já é possível visualizar uma sociedade futura quase sem trabalho. O desemprego atual, como procuramos mostrar, é não só maior, mais qualitativamente diferente — porque permanente e geral, e não mais conjuntural e setorial — do que o desemprego de épocas passadas da história do capitalismo. O número de pessoas em idade adulta à margem do mercado de trabalho (desempregados e subempregados) já atinge hoje a cifra 30% da mão-de-obra global<sup>6</sup>, número que deve crescer continuamente nos próximos anos, na medida em que as

---

<sup>4</sup> A percepção disto levou alguns autores, como Joseph Alois Schumpeter, a correlacionar o desenvolvimento econômico e a ocorrência de ciclos econômicos com o processo de inovação. Sobre este ponto, veja-se, J. A. Schumpeter, Teoria do Desenvolvimento Econômico, op. cit. .

<sup>5</sup> Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1996: Do Plano ao Mercado, Oxford University Press, 1996.

<sup>6</sup> OIT (Organização Internacional do Trabalho), World Employment, Genebra, 1996.

novas técnicas produtivas se difundirem tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos.

A questão assume contornos sombrios à medida em que, na sociedade global em processo, o desemprego se coaduna com a redução do raio de manobra do Estado Nacional para implementação de políticas econômico-sociais.

Se o desemprego atual, que é predominantemente tecnológico, tem uma causalidade diferente do desemprego verificado no passado, as políticas hoje necessárias ao enfrentamento do desemprego também deverão ser diferentes. No passado, como o desemprego era predominantemente de tipo conjuntural, era possível revertê-lo por uma retomada e/ou aceleração das taxas crescimento econômico. Hoje, porém, o incremento das taxas de crescimento da produção podem mesmo, ao incentivar investimentos com inovação, resultar não numa redução, mas num recrudescimento das taxas de desemprego. Como procuramos mostrar, a única política possível para se reduzir o desemprego é a redução do tempo de trabalho. Ela sozinha, no entanto, é limitada e insuficiente para absorver o excedente de força de trabalho que se acumula rapidamente no mercado, acarretando problemas políticos e sociais que já se tornam explosivos. Em outros termos, isso equivale a afirmar que o mercado de trabalho se tornou insuficiente enquanto mecanismo de alocação da força de trabalho e da renda e que não é mais possível revitalizá-lo.

Como já não é mais possível esperar do mercado a alocação do trabalho e da renda, é necessário criar mecanismos institucionais para a alocação da renda que independam da contribuição dos indivíduos para a produção social.<sup>7</sup> É necessário também criar, à margem do mercado, atividades que possibilitem suprir as

---

<sup>7</sup> Aliás, nas sociedades pré-capitalistas, antes do advento do mercado de trabalho, tanto o trabalho requerido para a produção social, como os meios de subsistência necessários aos indivíduos, eram providos mediante mecanismos institucionais.

**necessidades humanas de atividade útil, significativa e socialmente reconhecidas. É exatamente a necessidade de soluções desse tipo para o problema do desemprego, num ambiente em que os Estados Nacionais já não podem implementá-las isoladamente, que tornam extremamente incerto o futuro de bilhões de pessoas marginalizadas da sociedade capitalista. A necessidade e a dificuldade de soluções supra-nacionais para nossos problemas mais prementes, assim, cada vez mais clamam por uma organização da sociedade civil de cada país, ou propriamente mundial.**

**O presente está prenhe do futuro, mas na medida em que não existe necessidade ou inevitabilidade no campo das Ciências Sociais, a forma da sociedade futura depende muito da vontade e da capacidade de ação política da sociedade civil para se projetar num nível acima dos e entre os Estados Nacionais.**

## Bibliografia

- Anderson, Perry, "Possibilidades e Limites do Sindicato", in Revista Oitenta, número 3, s/d.
- Antunes, Ricardo, Adeus ao Trabalho ?, Campinas, UNICAMP/Cortez, 1995.
- Arato, Andrew, "Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil- Orientações Para Novas Pesquisas", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 27, ano 10, fevereiro de 1995.
- Arendt, Hannah, A Condição Humana, RJ, Forense Universitária, 1983.
- Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995: O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial, Nova York, Oxford University Press, 1995.
- Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1996: Do Plano ao Mercado, Nova York, Oxford University Press, 1996.
- Berman, Marshall, Tudo que é Sólido Desmancha no Ar - A Aventura da Modernidade, SP, Companhia das Letras, 1986.
- Blackburn, Robin, "O Socialismo Após o Colapso", in Blackburn, Robin, org., Depois da Queda, 2a. ed., SP, Paz e Terra, 1993.
- Block, F. & Somers, M. R., "Beyond the Economistic Fallacy: The Holistic Social Science of Karl Polanyi", in Skocpol, T., Vision and Method in Historical Sociology, Cambridge Univ. Press, 1984.

- Block, Fred, PostIndustrial Possibilities- A Critique of Economic Discourse, Berkeley and Los Angeles, University of Califórnia Press, 1990.**
- Boltho, Andrea & Glyn Andrew, “Hay Alguma Política Macroeconómica Capaz de Crear Empleos?”, in Revista Internacional del Trabajo, vo. 114, número 4-5, 1995.**
- Braga, José Carlos de Souza, “A Financeirização da Riqueza”, in Revista Economia e Sociedade, número 2, IE-UNICAMP, agosto de 1993.**
- Camargo, José Marcio, org., Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil, 1a. ed., RJ, editora FGV, 1996.**
- Chesnais, François, “A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século, in Revista Economia e Sociedade, número 5, IE-UNICAMP, dezembro de 1995.**
- Cohen, J. & Arato, A., “Sociedade Civil e Teoria Social”, in, Avritzer, L., org., Sociedade Civil e Democratização, BH, Del Rey, 1994.**
- Coriat, Benjamim, “Autômatos, Robôs e a Classe Operária”, in Novos Estudos CEBRAP, v. 2, 2, julho de 1983.**
- Coriat, B., “Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção”, in Hirata, H., Sobre o “Modelo” Japonês, SP, EDUSP, 1993.**

- Coutinho, Luciano G., “Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho”,  
in Revista Contexto, março de 1977.
- Coutinho, Luciano G., “A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes  
Tendências de Mudanças”, in Revista Economia e Sociedade, número 1, IE-  
UNICAMP, agosto de 1992.
- Coutinho, Luciano G., “Notas Sobre a Natureza da Globalização”, in Revista  
Economia e Sociedade, número 4, IE-UNICAMP, junho de 1995.
- Dahrendorf, Ralf, O Conflito Social Moderno, SP, Jorge Zahar/ EDUSP, 1992.
- Dainez, V.L., “Say, Malthus, Keynes e Kalecki: Um Estudo Sobre o Princípio da  
Demanda Efetiva”, Piracicaba, Unimep, 1991, monografia, mimeo.
- Dainez, V.L., “As Expectativas na Dinâmica Capitalista”, in Revista Impulso, número  
13, Piracicaba, editora UNIMEP, dezembro de 1993.
- Dainez, V.L., “Burguesia e Capitalismo: A Visão de J. A. Schumpeter”, trabalho de  
conclusão da disciplina Economia e Sociedade: A Burguesia, Campinas, IFCH-  
UNICAMP, junho de 1993, mimeo.
- Dainez, V.L., “A Gênese do Capitalismo Moderno: a abordagem de Max Weber”,  
trabalho de conclusão da disciplina HS-50-Teoria Sociológica: Marx e Weber,  
Campinas, IFCH-UNICAMP, dezembro de 1993, mimeo.

- Dainez, V. I., “A Marcha do Capitalismo”, trabalho de conclusão da disciplina HS-50-Teoria Sociológica: Teorias da Globalização, Campinas, IFCH-UNICAMP, agosto de 1994, mimeo.**
- Dainez, V. I., “Sobre A Eficácia das Políticas Macroeconômicas nos Anos 90”, trabalho de conclusão da disciplina HS-459-Tópicos Especiais em Trabalho e Sindicalismo, Campinas, IFCH-UNICAMP, junho de 1995, mimeo.**
- Dainez, V.I., “Mercado e Capitalismo: Um Excurso a Partir de Algumas Experiências Recentes”, in Revista Temáticas, ano 4, número 8, IFCH-UNICAMP, 1996.**
- Denis, Henri, História do Pensamento Econômico, 5a. ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987.**
- Dillard, D., A Teoria Econômica de J.M. Keynes, 6a. ed., SP, Pioneira, 1989.**
- Dobb, Maurice, A Evolução do Capitalismo, SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas.**
- Esping-Andersen, Gosta, “As Três Economias Políticas do Welfare State”, in Revista Lua Nova, número 24, setembro de 1991.**
- Foucault, Michel, As Palavras e as Coisas, 7a. ed., SP, Martins Fontes, 1995.**
- Galbraith, John Kenneth, O Novo Estado Industrial, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.**

- Galbraith, John Kenneth, A Era da Incerteza, 8a. ed., SP, Pioneira, 1991.
- Giddens, Anthony, As Consequências da Modernidade, SP, ed. UNESP, 1991.
- Gramsci, Antonio, “Espontaneidade e Direção Consciente”, in Gramsci, Antonio, Obras Escolhidas, Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- Gorz, André, Adeus ao Proletariado- Para Além do Socialismo, RJ, Forense Universitária, 1982.
- Gorz, André, Le Chemins du Paradis, Paris, Galilée, 1989.
- Gorz, André, “A Nova Agenda”, in Blackburn, Robin, org., Depois da Queda, 2a. ed., SP, Paz e Terra, 1993
- Gorz, André, “Saindo da Sociedade do Trabalho Assalariado”, in Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, volume 9, número 3, julho-setembro de 1995.
- Guedes, Sebastião Neto Ribeiro, “Mercado: Uma Reavaliação Crítica”, in Revista Impulso, Volume 6, Número 13, Piracicaba, Editora UNIMEP, 1993.
- Habermas, Jürgen, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’”, in Bejamin, Habermas, Hokheimer e Adorno, SP, Abril Cultural, 1983, col. Os Pensadores.
- Habermas, Jürgen, “Trabalho e Interacção”, in Habermas, J., Técnica e Ciência como ‘Ideologia’, Lisboa, Edições 70, s/d.

- Habermas, Jürgen, “A Nova Intransparência- A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas”, in *Novos Estudos CEBRAP*, número 18, setembro de 1987.
  
- Habermas, Jürgen, Teoria de la Accion Comunicativa, Madrid, Taurus, 1988
  
- Habermas, Jürgen, A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, 2a. ed., RJ, Tempo Brasileiro, 1994.
  
- Habermas, Jürgen, “Para a Reconstrução do Materialismo Histórico”, in Habermas, J., Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, SP, Brasiliense, 1983.
  
- Habermas, Jürgen, O Discurso Filosófico da Modernidade, Lisboa, Dom Quixote, 1990.
  
- Habermas, Jürgen, “O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização”, in *Novos Estudos Cebrap*, número 43, novembro de 1995.
  
- Hilferding, Rudolf, O Capital Financeiro, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, col. Os Economistas.
  
- Hirata, H., org., Sobre O “Modelo” Japonês, SP, EDUSP, 1993.
  
- Hobsbawn, E. J., Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, RJ, Forense Universitária, 1978.

- Hobsbawn, E. J., Os Trabalhadores- Estudos Sobre a História do Operariado, RJ, Paz e Terra, 1981.
- Ianni, Octavio, A Sociedade Global, 2a. ed., RJ, Civilização Brasileira, 1993.
- Ianni, Octavio, Teorias da Globalização, RJ, Civilização Brasileira, 1995.
- Jevons, Willian Stanley, A Teoria da Economia Política, 3a ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Kalecki, Michal, Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, SP, Hucitec, 1987.
- Kalecki, M., Teoria da Dinâmica Econômica, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, col. Os Economistas.
- Keynes, John Maynard, The General Theory of Employment, Interest e Money, 2a. ed., Londres, Mcmillan, 1973.
- Kurtzman, Joel, A Morte do Dinheiro, SP, Atlas, 1995.
- Kurz, Robert, O Colapso da Modernização, 2a. Ed., SP, Paz e Terra, 1993
- Labini, Paolo Sylos, Oligopólio e Progresso Técnico, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Lênin, Vladimir Ilich, Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, 5a. Ed., SP, Global, 1989, col. Bases, número 23.
- Lévi-Strauss, Claude, Raça e História, 3a. Ed., Lisboa Editorial Presença, s/d.

- Lévi-Strauss, Claude, Tristes Trópicos, ed. Martins Fontes, s/d.
- List, Georg Friedrich, Sistema Nacional de Economia Política, 3a. Ed., SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas.
- Lojkine, Jean, A Revolução Informacional, SP, Cortez, 1995.
- Luxemburg, Rosa, A Acumulação do Capital, 2 vols., 3a. Ed., SP, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1988.
- Mantoux, P., A Revolução Industrial Inglesa do Século XVIII, SP, Hucitec, 1988.
- Marshall, Alfred, Princípios de Economia Política, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Marx, K., O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Pensadores.
- Marx, Karl, Salário, Preço e Lucro, SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Pensadores.
- Marx, Karl, O Capital, 5 volumes, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Marx, Karl, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, 6a. ed., RJ, Paz e Terra, 1991.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich, A Ideologia Alemã (Feuerbach), 9a. ed., SP, Hucitec, 1993.
- Mello, João Manuel Cardoso de, O Capitalismo Tardio, SP, Brasiliense, 1987.

- Merleau-Ponty, M., “De Mauss a Claude Lévi-Strauss”, in Merleau-Ponty, M., Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 1980, Col. Os Pensadores.
- Mészáros, I., Produção Destrutiva e Estado Capitalista, SP, ed. Ensaio, 1989.
- Miglioli, Jorge, org., Kalecki, SP, Ática, 1980, Col. Grandes Cientistas Sociais, número 16.
- Miglioli, Jorge, Acumulação de Capital e Demanda Efetiva, 1a. ed. SP, T. A. Queiroz, 1981.
- Minsky, Hynar, John Maynard Keynes, New York, Columbia University Press, 1970.
- Minsky, Hynar, “The Financial Instability Hypothesis: Capitalist Process and the Behavior of de Economy”, in Kindleberger and Laffarque, eds, Financial Crises, Cambridge, 1982.
- Napoleoni, Cláudio, O Valor na Ciência Econômica, Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1977.
- Napoleoni, Cláudio, Smith, Ricardo e Marx, 4a. ed., RJ, Graal, 1985.
- Novais, Fernando, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 3a. ed., SP, Hucitec, 1985.
- Nove, Alec, A Economia do Socialismo Possível, SP, Ática, 1989.

- Offe, Claus; Hinrichs, Karl e Wiesenthal, Helmut "Time, Money and Welfare–States Capitalism", in Keane, John, ed., Civil Society and the State, New York, Verso, 1988.
- Offe, Claus, Capitalismo Desorganizado, SP, Brasiliense, 1989.
- Offe, Claus, Trabalho e Sociedade- Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho, 2 volumes, RJ, Tempo Brasileiro, 1989 (vol. 1) e 1991 (vol. 2).
- OIT (Organização Internacional do Trabalho), World Employment, Genebra, 1996.
- Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de, "Considerações Sobre a Formação do Capitalismo", Campinas, IFCH-UNICAMP, 1977, dissertação de mestrado, mimeo.
- Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de, "O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado" Campinas, IE-UNICAMP, s/d, Tese de Doutorado, mimeo.
- Parijs, Philippe Van & Van der Ven, R. J., "A Capitalist Road to the Communism", in Theory an Society, número 15, 1987.
- Parijs, Philippe Van, "Capitalismo de Renda Básica", in Revista Lua Nova, número 32, 1994.

- Parijs, Philippe Van, "A Justiça e a Democracia são Incompatíveis ?", in Estudos Avançados, SP, USP, 9 (23), 1995.
- Pastore, José, Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva, SP, LTR, 1995.
- Polany, Karl, A Grande Transformação-As Origens da Nossa Época, RJ, Campus, 1980.
- Possas, Mario Luiz, Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica, SP, Brasiliense, 1987.
- Possas, Mario Luiz, Dinâmica e Concorrência Capitalista: uma interpretação a partir de Marx, SP, Hucite/UNICAMP, 1989.
- Przeworski, Adam, Capitalismo e Social Democracia, SP, Companhia das Letras, 1989.
- Reich, Robert B., O Trabalho das Nações, SP, Educator, 1994.
- Ricardo, David, Principles of Political Economy and Taxation, Cambridge Univ. Press, 1951.
- Rifkin, Jeremy, O Fim dos Empregos, RJ, Makron Books, 1995.
- Say, Jean Baptiste, Tratado de Economia Política, 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1986, col. Os Economistas.

- Schaff, Adam, A Sociedade Informática, 4a. ed., SP, UNESP/Brasiliense, 1993.
- Schumpeter, J.A., Imperialismo e Classes Sociais, RJ, Zahar, 1961.
- Schumpeter, Joseph Alois, Capitalismo, Socialismo e Democracia, RJ, Zahar, 1984.
- Schumpeter, J. A., A Teoria do Desenvolvimento Econômico, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Searle, J. R., Mente, Cérebro e Ciência, Lisboa, Edições 70, 1987.
- Silva, Josué Pereira da, “A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate”, in Revista Lua Nova, número 35, 1995.
- Silva, Josué Pereira da, “Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social”, in Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, volume 9, número 4, out-dezembro de 1995.
- Silva, Josué Pereira da, Três Discursos, Uma Sentença: Tempo e Trabalho em São Paulo- 1906/1932, SP, Annablume/FAPESP, 1996.
- Smith, Adam, Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, 3a. ed., SP Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Smith, Adam, “Do Baixo Valor das Mercadorias, Isto é , da Abundância”, Fragmento das Conferências de Glasgow, in Napoleoni, Cláudio, Smith, Ricardo e Marx, 4a. ed., RJ, Graal, 1985.

- Standing, Guy, “El Concepto de Desempleo Estructural”, in *Revista Internacional del Trabajo*, Vol. 102, número 2, abril-junho de 1983.
- Steindl, Josef, Pequeno e Grande Capital, SP, Hucitec/Unicamp, 1990.
- Suplicy, E. M. & Cury, S., “A Renda Mínima Garantida como Proposta para Remover a Pobreza no Brasil”, in *Revista de Economia Política*, vol. 14, número 1 (53), janeiro-março de 1994.
- Sweezy, P. M., Teoria do Desenvolvimento Capitalista, 6a. ed., RJ, Zahar, 1985.
- Teixeira, Ana Cláudia Chaves, “Pensando as Organizações Não-Governamentais no Brasil a partir da Teoria da Ação Comunicativa de J. Habermas”, in *Revista Temática*, ano 4, número 8, 1996.
- Tugan-Baranovsky, M., “Fundamentos Teóricos del Marxismo” e “Estudios Sobre las Crises Comerciales en Inglaterra”, in Colletti, L., org., El Marxismo e el Derrumbe del Capitalismo, México, Siglo Veintiuno, 1978.
- Wallerstein, Immanuel, The Politics of the World-Economy- The States, The Movements and the Civilizations, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- Walras, Léon, Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- Weber, Max, História Geral da Economia, 1a. ed., SP, Mestre Jou, 1968.
- Weber, Max, Economia e Sociedade, Brasília-DF, ed. UNB, 1991, Vol. 1, Cap. 1.

- Weber, Max, “Religião e Racionalidade Econômica”, in Cohn, Gabriel , org., Weber, SP, Ática, 1991, Col. Grandes Cientistas Sociais.
- Weber, Max, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, 7a. ed., SP, Pioneira, 1992.
- Wicksell, Knut, Lições de Economia Política, 3a. ed., SP, Nova Cultural, 1988, Col. Os Economistas.
- Wright Mills, C., A Elite do Poder, 4a. ed., RJ, Zahar, 1981.
- Wood, Stephen J., “Toyotismo e/ou Japonização”, in Hirata, H., org., Sobre o “Modelo” Japonês, SP, EDUSP, 1993.